

PROPOSTA

Revista Trimestral de Debate da FASE • Ano 29 • Setembro/Novembro de 2000 • Nº 86 • Preço: R\$ 8,00

A Cisão Entre Capital
Fictício e Real e as Novas
Figuras do Trabalho
Giuseppe Cocco

A economia solidária entre
a resistência e a utopia
Pedro C. Cunha Bocayuva

Desenvolvimento Humano
e as Desigualdades Étnicas
no Brasil: um retrato de
final de século
Marcelo Paixão

Entrevista
Gilberto Dumas

A Educação Profissional
do Cidadão Produtivo à
Luz de uma Análise de
Contexto
Maria Ciavatta

Abrindo o leque de
oportunidades
Nassim Gabriel Mehedff



Trabalho e desenvolvimento humano

ES GOTADA

Conselho Deliberativo

Presidente

Ana Clara Torres Ribeiro

Vice Presidente

Leilah Landim Assumpção

1ª Secretária

Márcia Pereira Leite

2ª Secretário

Paulo Pena Schutz

3º Secretária

Fernanda Carísio

Suplentes:

Décio Lima de Castro;

Luis Carlos Delorme Prado

Maria Lucia Karam

Renato Sergio Maluf.

Conselho Fiscal

Jorge Vicente Muñoz

Carlos Bernardo Vainer

Ricardo Gouveia Corrêa

Suplente

José Moreira Bartholo

Associados Efetivos

Pe. Adelar Pedro de David * Alexandre

Sgrezia * Antônio Abreu * Bráulio

Rodrigues da Silva * Cândido

Grzybovski * Carlos Nelson Coutinho

* Ênio Candotti * José Sérgio Leite

Lopes * Lizt Vieira * Luís Eduardo

Soares * Luiz Gonzaga Ulhoa Tenório

* Otávio Guilherme Cardoso Alves

Velho * Otilia Silva Leite * Peter

Collins Cona * Ricardo Peret * Sérgio

Góes de Paula * Sívio Caccia Bava

* Uri Gomes Machado

* Wanda Engel Aduan

Diretor Executivo

Jorge Eduardo Saavedra Durão

Diretores de Áreas Temáticas e Programas

Maria Emilia Lisboa Pacheco

Orlando Alves dos Santos Jr.

Pedro Cláudio Cunha Bocayuva

FASE- Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

Os objetivos permanentes da FASE

Contribuir para a construção de uma alternativa de desenvolvimento fundada na justiça social, na preservação do meio ambiente e na ampliação da cidadania. Apoiar, com uma visão e atuação própria, através de ações educativas e de projetos demonstrativos, a constituição, o fortalecimento e a articulação de sujeitos coletivos do desenvolvimento

Os objetivos estratégicos da FASE no triênio 1999-2001

Através das ações empreendidas em torno dos eixos acima descritos, pretendemos, ao longo do próximo triênio:

- contribuir para o questionamento público do modelo de desenvolvimento nacional, evidenciando sua insustentabilidade social, cultural, econômica e ambiental, buscando, ao mesmo tempo, desenvolver projetos demonstrativos públicos e contra-modelos possíveis e viáveis, tendo por beneficiários, sobretudo, os excluídos em cenários críticos;

- ter realizado um balanço das perspectivas do desenvolvimento atual, a partir de problemáticas setoriais, criticando o tipo de desenvolvimento e as alternativas propostas pelos movimentos sociais e organizações da sociedade civil em suas lutas sociais, contribuindo para colocar a sustentabilidade na agenda política (sociedade civil, partidos políticos e Estado), na agenda de diálogo entre organizações da sociedade civil na América Latina e no diálogo Norte-Sul;

- integração do conjunto das áreas em instâncias de trabalho sobre Desenvolvimento Local.

- ter contribuído para que o Fórum de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento seja reconhecido como ator público, como espaço de trabalho democrático e como espaço de reflexão e formulação de propostas;

- fomentar políticas que efetivem o acesso dos setores excluídos da população a direitos econômicos e sociais, em âmbito nacional e regional;

- difundir metodologias de monitoramento de políticas públicas, através da produção de indicadores de desenvolvimento social e humano fundados nas noções de direitos econômicos e sociais e de sustentabilidade democrática;

- contribuir para o fortalecimento dos movimentos sociais e das esferas públicas não estatais, através do apoio a elaboração de Plataformas que sintetizem e unifiquem as demandas populares e do fortalecimento das redes formadas em torno de questões como meio ambiente e desenvolvimento sustentável; saneamento sócio-ambiental; alternativas de trabalho e renda ou pela reforma agrária.

- desenvolver uma nova *Carta Compromisso* evidenciando os eixos, conceitos e valores que nortearão a atuação da FASE na passagem do século.

- viabilizar um novo *mix* de sustentação financeira que amplie a base de legitimação da FASE na sociedade brasileira, em especial junto a setores médios da população e formadores de opinião.

Editorial	5
A Cisão Entre Capital Fictício e Real e as Novas Figuras do Trabalho <i>Giuseppe Cocco</i>	6
A economia solidária entre a resistência e a utopia <i>Pedro Claudio Cunha Bocayuva</i>	18
Desenvolvimento Humano e as Desigualdades Étnicas no Brasil: um retrato de final de século <i>Marcelo Paixão</i>	30
Entrevista <i>Gilberto Dupas</i>	53
Abrindo o leque de oportunidades <i>Nassim Gabriel Mehedff</i>	68
A Educação Profissional do Cidadão Produtivo à Luz de uma Análise de Contexto <i>Maria Ciavatta</i>	76

FASE Nacional

Rua das Palmeiras, 90, Botafogo
22270-070, Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (021) 286-1441
Fax.: (021) 286-1209

FASE-RIO

Rua das Palmeiras, 90, Botafogo
22270-070, Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (021) 286-1441
Fax.: (021) 286-1209

FASE-VITÓRIA

Rua Graciano Neves, 377/2º pav.
29015-330, Vitória-ES
Tel/Fax: (027) 223-7436

FASE-RECIFE

Rua Viscondessa do
Livramento, 168 Derbi
52010-060, Recife-PE
Tel.: (081) 221-5478

FASE-BELÉM

Rua Bernal do Couto, 1329,
Umarizal
66055-080, Belém - PA
Tel.: (091) 242-0318
Fax.: (091) 241-5310

Projeto Gurupá

Travessa Quintino
Bocayuva, 1259 Nazaré
66053-240 Belém - PA
Tel.: (091) 223-4628
Fax.: (091) 242-4341

FASE-CÁCERES

Rua 06 Qd. 03, casa 18
Monte Verde,
78200-000 Cáceres - MT
Caixa Postal 10
Tel.: (065) 223-4615

FASE-ITABUNA

Rua Rio Branco, 93
Califórnia,
45600-000 Itabuna - BA
Tel.: (073) 613-9129
Fax.: (073) 613-9072

**Proposta**

Nº86 - Setembro/Novembro de 2000

Uma publicação trimestral da FASE

Conselho Editorial

Alberto Lopez Mejía
Ana Clara Torres Ribeiro
Clarice Melamed
Grazia de Grazia
Haroldo Baptista de Abreu
Jean-Pierre Leroy
João Ricardo Dornelles
Jorge Eduardo Saavedra Durão
Leandro Valarelli
Luis César de Queiroz Ribeiro
Marcelo Paixão
Márcia Leite
Maria Emília Lisboa Pacheco
Orlando dos Santos Junior
Paulo Gonzaga
Pedro Cláudio Cunha Bocayuva
Ricardo Salles
Rosemary Gomes
Sandra Mayrink Veiga
Virgínia Fontes
Regina Leite Garcia

Assessora de Comunicação
Sandra Mayrink Veiga

Editor Responsável
Luiz Antônio Correia de Carvalho

Organização do Nº 86
Pedro Cláudio Cunha Bocayuva
Sandra Mayrink Veiga

Assistente de Publicações
Sílvia Helena Matos Brandão

Revisão
Márcio Alexandre Gualberto

Fotos
R. J. Ripper
**Projeto gráfico/Editoração/
diagramação**
Pedro Veiga

Informações e Vendas
Setor de Publicações
Rua das Palmeiras, 90
Botafogo, 22270-070
Rio de Janeiro RJ
Tel.: (021) 2861441
Fax: (021) 2861209
E-mail: sbrandao@fase.org.br

Todas as opiniões emitidas nos artigos
assinados são de inteira responsabilidade de
seus autores



Nesta edição de **Proposta** retomamos o tema das mudanças no regime de acumulação e nas relações de trabalho, que têm sido um terreno de disputa chave na formulação de novas propostas de organização da sociedade nesse final do século. Na seleção dos artigos levamos em conta a perspectiva de uma nova centralidade do trabalho apoiada numa estratégia de sócioeconomia solidária que vem se construindo como referência para uma possibilidade de emancipação social, a partir da crise dos referenciais clássicos de transformação e regulação macroeconômica e política. Procuramos contribuições que focalizassem os novos sujeitos do trabalho difuso no quadro de fragmentação e precarização do trabalho, as novas redes e agenciamentos sócio-produtivos, a emergência de um novo trabalhador(a) coletivo ligado aos processos da economia da informação e da comunicação.

Nas páginas desse número de **Proposta** veremos os elos entre materialidade e imaterialidade dos processos e produtos de trabalho que atravessam os novos territórios produtivos, redefinindo as dimensões estruturais do conflito social e da divisão e organização do trabalho. Os sistemas públicos de emprego, as práticas dos sindicatos, a organização das empresas, os padrões organizacionais e logísticos ligados à acumulação flexível, exigem novos olhares sobre a questão do trabalho. Proposta mais uma vez enfrenta esse desafio levando em conta as dimensões múltiplas e as reformulações práticas e paradigmáticas, por isso, podemos afirmar que Giuseppe Cocco, Cunca Bocayuva, Nassin Mehedff, Maria Ciavatta, fazem um painel que nos permite atualizar questões colocadas sobre a crise do mundo do trabalho em outros números de nossa revista, e que devem ser retomadas num futuro próximo.

Aprofundando os temas de interesse da agenda propositiva dos sujeitos coletivos interessados em construir alternativas de desenvolvimento sócio-sustentável e solidário buscamos, neste número, colocar em pauta o tema da exclusão na sua conexão com as questões do futuro da crise do trabalho e em face ao processo de globalização através da entrevista com Gilberto Dupas.

Como contribuição especial publicamos o trabalho de Marcelo Paixão realizado pela FASE com apoio da Fundação Ford e de Terre des Hommes, de elaboração do estudo e recorte do Índice de Desenvolvimento Humano da população afrodescendente brasileira.

A Cisão Entre Capital Fictício e Real e as Novas Figuras do Trabalho*

Giuseppe Cocco¹



*Este artigo foi extraído do livro *Trabalho e Cidadania. Produção e Direitos na Era da Globalização*. São Paulo, Editora Cortez, 2000.

¹ Giuseppe Cocco é Professor Titular da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS, UFRJ) e Coordenador do Laboratório Território e Comunicação (LABTeC, CFCH/UFRJ). Formado em Ciências Políticas pela Universidade de Padova (Itália), doutorou-se em História Social pela Universidade de Paris 1 (Panthéon-Sorbonne). Colaborou, no âmbito da revista francesa *Futur Antérieur* (Ed. L'Harmattan, Paris), com Antonio Negri, Maurizio Lazzarato, Jean-Marie Vincent, Yann Moulier Boutang, Michèle Collin e Thierry Baudouin. Radicado no Brasil desde 1995, ensina na área de "trabalho" e realiza diversas pesquisas sobre as dinâmicas produtivas dos territórios.

Desde a crise asiática de 1997, a chamada globalização econômico-financeira assumiu uma nova e dramática visibilidade. A integração de cada país numa circulação mundializada de créditos, aplicações financeiro-monetárias e mercadorias aparece, ao mesmo tempo, como um fato incontornável e como a maior responsável pela atual desordem econômica. A globalização desempenha um papel paradoxal. Por um lado, é o bode expiatório ao qual os governos podem imputar a falência de suas políticas (no caso do Brasil, a falência do Plano Real); por outro, é nas instituições (FMI, Banco Mundial etc.) e nos mercados (pelas políticas cambiais, das taxas de juros, etc.) da globalização que se buscam as receitas e os remédios para a crise.

Mais uma vez, a tragédia confunde-se com a farsa. Atribui-se à “globalização”, como fenômeno genérico, as responsabilidades pela crise para, ao mesmo tempo, entregar definitivamente às mãos desta “globalização”, como preciso conjunto de instituições transnacionais, a definição e gestão das políticas para se sair da crise.

A tautologia irresponsável dos “responsáveis” políticos certamente não encontrará soluções nas arbitrárias identificações entre os esforços de crítica da economia política da globalização e a volta ao passado. A impossibilidade de se “retornar ao tempo da pré-globalização” não significa certamente que as “reformas de FHC” sejam inevitáveis e invencíveis. A identificação “período pré-globalização/período pré-liberal” traduz-se na afirmação ideológica de que o futuro será necessariamente globalizado e liberal. Trata-se de uma operação intelectual e teoricamente simplória. Mas ela se baseia nas insuficiências teóricas que, a nosso ver, caracterizam as abordagens críticas e suas articulações políticas.

A face mais imediata dessas limitações encontra-se na falta de clareza acerca das ambigüidades que caracterizam a relação entre a crítica da economia política da globalização e a “defesa” (implícita ou explícita) do “passado”. É claro, ninguém defende o passado enquanto tal,

mas muitos apostam na defesa de formas e de conteúdos institucionais que só podem ser sustentados ou reivindicados numa perspectiva “conservadora”. Essas ambigüidades estão embutidas em análises das transformações político-econômicas do mundo contemporâneo que não conseguem estabelecer um distanciamento entre, por um lado, a sacrossanta crítica ao pano de fundo ideológico da globalização (pós-moderno e neoliberal) e, por outro lado, as bases materiais que tornam eficaz essa investida ideológica.

Com efeito, precisamos abordar o debate sobre a pós-modernidade do ponto de vista das **transformações do trabalho**. Areflexão sobre a crise do capital financeiro globalizado deve ser trilhada a partir deste recorte. Ao contrário, as análises de tipo neo-industrial acabam transformando a autonomização da esfera financeira em objeto fundamental de análise. Não é possível analisar a crise financeira em si. A nosso ver sua qualidade completamente nova depende dos (e não os determina) paradigmas que caracterizam os processos de trabalho no capitalismo contemporâneo.

Entre os buracos negros da financeirização e a crise do Estado nacional

Robert Kurz vê a crise financeira como uma mera consequência de um “*colapso do sistema mundial*”[que] desdobra-se em *três planos* lógicos dispostos de certa forma em camadas superpostas” (Kurz, 1999). O primeiro tem a ver com um descompasso: o crescente aumento das forças produtivas ultrapassaria as capacidades de modernização do sistema monetário. O segundo, diretamente determinado pelo primeiro, tem a ver com a “antecipação de uma criação de valor futura que jamais ocorre”. A dinâmica do endividamento que esse plano supõe, e ao mesmo tempo reforça, traduz-se num *capital monetário fictício* que – e aqui temos o terceiro plano –, desemboca na “crise financeira, e esta, por seu turno, [na] crise monetária” (ibid.).



A tese de Kurz pode ser resumida nos seguintes termos: a crise, como descompasso entre esfera real e esfera fictícia, seria a consequência da progressiva autonomização de uma esfera financeiro-monetária que, falsificando-a, torna insolúvel a *crise que subjaz ao capital produtivo*. Em última instância, a crise nada mais é que um poder de compra estruturalmente subdimensionado com relação às capacidades produtivas. A tentativa de solucionar esse descompasso por meio do endividamento produz o que Kurz chama de *falsificação*. A relação entre crédito e produção se inverte, uma vez que o “real” (a produção) se torna um elemento secundário do fictício (o monetário-financeiro). Enfim, “não há nenhuma solução possível de política monetária, porque os próprios fundamentos do moderno sistema produtor de mercadorias estão em xeque” (Kurz, 1999).

O aparelho conceitual de Kurz oferece um esquema interpretativo, como acabamos de ver, relativamente simples e claro. Porém, se alguns autores (cf. Fiori, 1997 e 1999) tentam encontrar nele bases de sustentação para uma alternativa política à financeirização, e portanto à globalização, eles não percebem que essa abordagem constitui um tipo de atualização do pensamento negativo frankfurtiano aos sabores da pós-modernidade: “Hoje o capitalismo devorou tudo, ocupando-se agora em digeri-lo ou transformá-lo em lixo. Com

isso, a modernidade chegou ao fim de suas possibilidades, justamente porque não há mais protestos” (Kurz, 1998).

Em face do desmoronamento do capitalismo-cassino, Kurz (1997) está firmemente convencido de que “o sistema capitalista destrói-se [apenas] pela sua lógica interna”. As possibilidades de transformação radical estão embutidas em sua catástrofe anunciada, como consequência dela e não como causa. A vontade de transformação do autor torna-se simples espera do “dilúvio” bíblico. Não há saída, nem mesmo do lado de um eventual “novo hiperkeynesianismo estatal ou supra-estatal” que necessariamente seria o “último buraco negro que o capitalismo poderia criar, a fim de prolongar artificialmente sua vida” (Kurz, 1998). Assim, as propostas de “regulação supra-estatal”, em particular as articuladas em torno da idéia de impor uma taxa sobre transações financeiras, o “Imposto Tobin”, estão, segundo Kurz, “fadadas à crise”.

As abordagens da globalização (e da crise) em termos de separação entre as esferas real e financeira não se limitam aos ensaios de Robert Kurz, constituindo uma quase unanimidade no campo do pensamento crítico.

Esse núcleo teórico norteia um amplo leque de tentativas de redefinir os espaços da política em face do império da economia. Embora tais

esforços às vezes divirjam com relação ao modo de apreender a “globalização”, quer se propondo a resistir (cf. Fiori, 1997), a esse processo, quer aceitando-o como irreversível, a maioria assume um ponto de partida comum. Trata-se do Estado-nacional (e de sua soberania), considerado como o espaço fundamentalmente insuperável da política e da construção de uma alternativa ao mercado. Essas teses vêem o Estado como o baluarte a partir do qual seria possível combater a ditadura do capital fictício e manter a centralidade da esfera real e, portanto, da dinâmica do desenvolvimento. É a posição de Maria Conceição Tavares (1999), que afirma: “O Real morreu. Salvemos a nação!”.

Embora o faça a partir de bases teóricas mais complexas (até porque elas “misturam” Kurz e a teoria dos ciclos de longa duração), José Luís Fiori coloca-se na mesma perspectiva. Num belo artigo, publicado no mesmo número do caderno “Mais!” (Fiori, 1999) dedicado à crise, Fiori lembra as derrotas das duas grandes tentativas de democratização do modelo de desenvolvimento no Brasil contemporâneo. A “primeira tentativa de reforma social democratizante do desenvolvimentismo” foi derrotada pela “coalizão de poder conservadora que sustentou o golpe de 64 e todo o período do regime militar”. Bloqueados os programas socioeconômicos “universalizantes”, o desenvolvimentismo conservou a “marca autoritária e anti-social” que caracterizara o getulismo até o período de Juscelino Kubitschek. Nos anos 90 também, a constituição democrática e universalizante (de 1988) é derrotada e será destruída pelas “mesmas forças de centro-direita que haviam sustentado o

desenvolvimentismo conservador dos militares” – agora, contudo, aliadas a um componente da frente democrática que abandonou o campo progressista. Por duas vezes, portanto, a constituição de um Estado democrático teria sido inibida. O Golpe de 64 impediu a reforma do getulismo de Kubitschek; Fernando Henrique Cardoso esvaziou a Constituição de 88. Mas enquanto os militares mantiveram, ainda que de forma autoritária, o rumo desenvolvimentista, a

“nova liderança intelectual” do antigo bloco de centro-direita converteu-se ao neoliberalismo. Hoje, “após dez anos de destruição, o Estado já não dispõe dos instrumentos indispensáveis a uma retomada desenvolvimentista”, conclui Fiori.

O debate sobre a crise financeira global aponta, pois, para *dois eixos* interligados de discussão teórica. Um tem a ver com a questão da *autonomização da esfera do capital fictício* em relação à esfera “real”. O outro com a questão do *Estado como espaço de resistência e democratização*. Esses dois

eixos aparecem, implícita ou explicitamente, profundamente interligados. Digamos que à financeirização como diminuição da esfera real corresponderiam os espaços políticos da globalização (um Estado privado de sua soberania). Em contrapartida, o Estado (com sua soberania) permaneceria como baluarte de uma possível retomada da esfera real e, portanto, como condição *sine qua non* de uma verdadeira democratização. No âmbito deste artigo, nos limitaremos a um aprofundamento acerca das implicações teórico-políticas do primeiro eixo de discussão, o que enfatiza os fenômenos ligados à financeirização.

**PRECISAMOS PASSAR
AO CRIVO
DA CRÍTICA, POR UM
LADO, OS
PRÓPRIOS
PRESSUPOSTOS
HILFERDINGUIANOS
[DAS]
INTERPRETAÇÕES
DA GLOBALIZAÇÃO
E, POR
OUTRO, A
PERTINÊNCIA DA
CLIVAGEM REAL/
FICTÍCIO**



A financeirização como ditadura do capital “fictício” sobre o capital “real” ou o “fictício” como forma de ser do capital?

Há um grande consenso sobre o fato de a financeirização constituir o verdadeiro pano de fundo da globalização. Os problemas aparecem quando se trata de interpretar a financeirização como tal. Por exemplo, José Luís Fiori apreende com força a dinâmica do Império e sua relação com o Dinheiro. Mas o instrumental teórico dos ciclos de longa duração (cf. sobretudo Arrighi, 1994), por um lado, e neo-hilferdinguiano (Hilferding, 1920), por outro, não é suficiente para enxergar as bases materiais completamente novas da constituição do Império. A financeirização constituiria, segundo essa abordagem, o outono de mais um ciclo econômico da economia-mundo. Sua dinâmica confirma e “indica um reforço e expansão das mesmas tendências fundamentais” apontadas por Rudolf Hilferding (Fiori, 1997:141) quanto às correlações entre financeirização do capital e cartelização mundial (e, portanto, o papel dos grandes monopólios) que acabam se encontrando nos níveis mais estratégicos do poder político.

A constituição do Império tem como base uma situação em que, “desfeitas as fronteiras entre moeda, finanças e capital, as políticas monetárias se transformam em alavancas simultâneas da competição entre os estados e do jogo especulativo e de acumulação da ‘riqueza abstrata’”. Portanto, o Império não exprime nenhuma nova hegemonia, mas uma concentração da concorrência intercapitalista e interestatal entre “grandes blocos de poder de tipo schumpeteriano”.

Luiz Gonzaga Belluzzo reforça a mesma tese e a ultrapassa, ainda que de maneira parcial. A relação entre “fictício” e “real” é objeto de uma interpretação que não privilegia a separação entre as duas esferas, mas a integração da segunda (a produtiva) na primeira (a financeira). Gonzaga Belluzzo aponta o papel conjunto da “sensibilidade à inflação e [da] aversão à iliquidez. [Estes dois mecanismos] funcionam como freios automáticos, cuja função é conter o crescimento da economia real (...)” (Belluzzo, 1997:189). Desta maneira, aparece claramente que a verdadeira novidade está no fato que a “acumulação produtiva vem sendo ‘financeirizada’” (ibid., p. 191). Ou seja, o capital financeiro proporciona os novos

padrões disciplinares de blocos de capital transnacional que lideram “uma nova etapa de reconcentração e recentralização” monopolista. Sob as aparências da “vitória dos mercados (...) estamos assistindo à reiteração da famigerada ‘politização’ da economia” (Belluzzo, 1997:192). O Estado torna-se fundamental para assegurar as externalidades das grandes empresas transnacionais. As novas problemáticas “produtivas” da financeirização são alcançadas. Mas, a nosso juízo, a clivagem entre o “real” e o “fictício” impede que se veja o verdadeiro deslocamento paradigmático. José Carlos Braga parece consciente desse desafio e apresenta explicitamente a necessidade de ultrapassar o paradigma clássico (cf. Souza, 1997:196-197, esp.. nota 2 da p. 197). A financeirização não se justapõe à produção “real”, mas constitui “o modo de ser da riqueza contemporânea, sua gestão e aspectos de sua dinâmica sistêmica, (...)” (ibid.). Mas nem essa intuição pioneira alcança o deslocamento. O paradigma da autonomização das esferas é mantido.

Não poderíamos deixar de ressaltar a importância dessas análises para a compreensão da atual etapa do capitalismo. Ao mesmo tempo, elas

ainda nos parecem insuficientes. Por quê? Fundamentalmente por não abrirem nenhuma perspectiva para uma crítica da economia política da globalização. O ponto de vista nelas desenvolvido é o da longa duração da economia-mundo (Fiori) ou o da lógica sistêmica da economia monetária (Belluzzo e Braga). **Tanto num caso como no outro, é impossível encontrar o ponto de vista do trabalho vivo.** A única opção política, quando ela ainda existe, encontra-se do lado do Estado ou eventualmente da soberania nacional. O fato é que os embasamentos teóricos valorizados nessas abordagens vetam a possibilidade de apreender o novo pela negação, *a priori*, do deslocamento paradigmático. No eterno retorno do capital e de seus ciclos de longa duração, as dimensões sistêmicas da financeirização afirmam, muito mais que a autonomização do capital “fictício” do capital “produtivo”, a autonomização determinista da economia política em face das dimensões concretas das contradições de classe.

Precisamos passar ao crivo da crítica, por um lado, os próprios pressupostos hilferdinguianos dessas interpretações da globalização e, por outro, a pertinência da clivagem real/fictício.



**O CAPITAL FINANCEIRO
NÃO SE DESLOCA MAIS
ENTRE OS SETORES
PRODUTIVOS EM FUNÇÃO DA
COMPOSIÇÃO ORGÂNICA DO
CAPITAL. AS BASES
MATERIAIS DA
“CARTELIZAÇÃO”
NÃO SE ENCONTRAM MAIS
NA GRANDE
INDÚSTRIA PESADA ... OU NA
GRANDE INDÚSTRIA
TAYLORISTA DO PERÍODO
FORDISTA**

Em um livro recente o economista suíço Christian Marazzi aponta o cerne da questão. A atualidade da obra de Hilferding é apenas aparente. “O capital financeiro contemporâneo não é o resultado da fusão entre grande capital industrial e capital bancário, mas da fusão institucional das funções do dinheiro (meio de troca, meio de entesouramento, meio de investimento) de maneira a poder dominar sem obstáculos os mercados globais” (Marazzi, 1998:94-95). Até aqui estamos no mesmo nível do uso crítico de Hilferding que Belluzzo e Braga propõem ao indicar que a lógica financeira condiciona as escolhas de investimento e de reestruturação produtiva, tornando “financeira” a própria produção. **Mas a produção da qual está se falando já não é mais a mesma.** O capital financeiro não se desloca mais entre os setores produtivos em função da composição orgânica do capital. As bases materiais da “cartelização” não se encontram mais na grande indústria pesada (da época de Hilferding) ou na grande indústria taylorista do período fordista. É nesse nível que Marazzi atinge o deslocamento do paradigma. O que atribui esse novo poder ao dinheiro (ao capital na forma de dinheiro) não são nem as técnicas nem as políticas financeiro-monetárias em si, mas a nova qualidade do

trabalho, uma qualidade que os mercados conseguem (ou tentam) medir e, portanto, controlar. A força dos mercados financeiros globalizados (a força do “fictício”) está, na realidade, no fato de serem mais adequados do que os tradicionais arranjos industriais (do capital “real” e de sua composição orgânica) para enfrentar os novos processos de valorização. Como aponta Negri, Marazzi indica que, “paradoxalmente, só os mercados financeiros seguem o trabalho em seu êxodo da velha base industrial, em que o taylorismo, o fordismo e o keynesianismo (...) o confinavam, antecipando e prefigurando valores que correspondem mais precisamente às novas medidas sociais da produtividade” (Negri, 1998).

O “novo modo de ser” da riqueza contemporânea não se deve a uma guinada antiprodutiva do capital, mas é o único meio que lhe resta para tentar retomar o controle sobre um trabalho cujas dimensões produtivas independem, cada vez mais, de sua submissão ao capital produtivo e a seu chão fabril. No pós-fordismo, é a essência do capital que é “fictícia” (parasitária) e, portanto, não tem mais condições de ser “real”. É por isso que os investimentos financeiros não acompanham mais, como na teoria de Hilferding, os diferentes níveis de composição orgânica do capital, aponta Marazzi. Não é apenas o capital “fictício” que é improdutivo, mas o capital em geral que é cada vez menos capaz de ser “real”, ou seja, cada vez menos capaz de se pôr como condição necessária das combinações produtivas.

**A VALORIZAÇÃO
FINANCEIRA TEM BASES EM
UM NOVO
REGIME DE ACUMULAÇÃO
CUJA DINÂMICA DE
PRODUTIVIDADE
NÃO PODE SER MEDIDA
PELOS PADRÕES
TRADICIONAIS**

A valorização financeira tem bases em um novo regime de acumulação cuja dinâmica de produtividade não pode ser medida pelos padrões tradicionais. As abordagens em termos de separação das “duas” esferas apreendem corretamente a mudança mas, quase que de maneira pós-moderna, ficam na superfície dela. Assim, Belluzzo pode afirmar: “Diante do desempenho da acumulação de capital, não é surpreendente que *a produtividade cresça mediocrementemente, as taxas de desemprego sejam tão elevadas* ou que os assalariados sofram com o declínio dos salários

medida. Precisamos entender o modo de ser “financeiro” da riqueza a partir de um processo de valorização completamente novo. Com a unidade de mensuração, o que entra em crise é a própria noção de “fictício” e de “real”. Mas a clivagem “fictício *versus* real” implica uma discussão que não se limita à oposição entre financeiro e produtivo.

A noção de capital fictício faz referência à sua dimensão improdutiva de valores “reais”. Embora nas situações de efetivo subdesenvolvimento essa dimensão possa parecer



reais” (Belluzzo, 1997:190; grifos nossos). Na realidade, a produtividade não cresce porque seu indicador não muda. Ou seja, medida pelos tradicionais padrões de cunho industrial, a produtividade fica estagnada. A medida oficial da produtividade deve ser necessariamente errada, pois a definição é sempre a mesma, ou seja, “*a quantidade de produto por hora de trabalho*” (Marazzi, 1998:99-100; grifo do autor). A definição é sempre a mesma, mas os processos de valorização mudam radicalmente.

A crise da produtividade aponta para um verdadeiro enigma, que não reside no esgotamento de seu crescimento, mas da própria unidade de

intuitivamente clara, ela está longe de ser efetiva. Ela implica, por um lado, que se aceite a tradicional clivagem entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo e, por outro, que se ignorem as complexas correlações que ligam a produção ao consumo. Desde os trabalhos da escola de Frankfurt, não é mais possível aceitar esse determinismo produtivista segundo o qual, por exemplo, produzir carros (e estradas engarrafadas) seria “real” (e produtivo) ao passo que as redes de intercâmbio comunicativo seriam fictícias e “irreais”. Entre essas duas esferas, na realidade, a verdadeira clivagem encontra-se na dinâmica da criação de emprego assalariado como critério



de acesso à riqueza socialmente produzida. Veremos que uma das características do pós-fordismo é a de difundir socialmente o trabalho ao mesmo tempo em que o emprego formal diminui. Ao desassalariamento formal corresponde, na verdade, uma expansão do assalariamento de fato. Quando temos como referente as economias centrais (mas isso vale também para os segmentos urbanizados das economias periféricas), podemos facilmente ver que as capacidades produtivas alcançaram níveis tais que os problemas de abastecimento dos mercados se tornaram qualitativos.

A questão central, portanto, é cada vez menos a da produção da riqueza e cada vez mais a de sua distribuição e da circulação, uma circulação que se torna tendencialmente produtiva. Já o fordismo encontrara a chave do problema na dupla articulação do salário. O fator de custo (de produção) integrava o vetor da demanda. No pós-fordismo, a relação salarial (formal) perdeu sua dinâmica universalizante e, logo, sua capacidade de funcionar como motor, ao mesmo tempo, da formação da mais-valia e de sua realização. A questão da

distribuição da riqueza socialmente produzida está reaberta. É nessa re-abertura que reaparece a clivagem “real *versus* fictício”. Agora, a menos que se transforme a produção industrial e o emprego assalariado (e a própria condição da exploração) em metas (e não em bases de transformação social), o problema, este sim “real”, é a distribuição da riqueza. Um problema que o fordismo conseguia controlar pelos seus arranjos técnico-produtivos e que, no pós-fordismo, aparece em toda sua essência sóciopolítica.

Nesta perspectiva crítica (ou seja, na perspectiva da emancipação), a produção de carros pela Ford pode ser tão fictícia quanto a financeirização da tesouraria da firma multinacional. O emprego representa uma variável importante apenas na medida em que é condição de acesso à riqueza e não enquanto tal. Os próprios mercados financeiros, bem como as “sete vidas” do *welfare state* dos países centrais, apesar de quase 20 anos de reação liberal, mostram que a riqueza socialmente produzida está cada vez mais distribuída para além da relação salarial. Paradoxalmente, na época da

“ditadura” dos mercados e do Estado-mínimo, a distribuição da renda constitui-se em um campo fundamentalmente político.

Nas economias periféricas, onde o desenvolvimento da produção de massa aconteceu sem uma verdadeira universalização da sociedade salarial e de suas normas de consumo (de massa), essa dimensão da “distribuição” da riqueza pode parecer menos central em relação à questão da “produção” de riquezas. O que necessariamente se traduziria na renovada atualidade e urgência do projeto “desenvolvimentista”. Mas, feliz ou infelizmente, o desenvolvimentismo não tem mais nenhuma *chance* de ser uma saída viável dos *impasses* neoliberais. Por quê? Porque no período em que o modelo desenvolvimentista ainda tinha as possibilidades técnico-industriais de criar um círculo virtuoso entre produção e consumo não se deram as condições sociopolíticas para esse deslocamento. O endividamento externo, contraído para financiar a industrialização ao longo dos anos 70, transformou-se nos anos 80 (por causa da brusca elevação da taxa de juros dos mercados internacionais e da intensa drenagem de capitais para os Estados Unidos) em tremendo motor de transferência líquida de riqueza para o exterior. De receptores, os países do Terceiro Mundo passaram a supridores de capitais internacionais, devendo, concomitantemente, aumentar o esforço de poupança e reduzir o investimento interno (Furtado, 1998:35, 40-41).

As conquistas formais de direitos sem verdadeira redefinição das bases materiais destes (quer dizer, das relações de forças entre as classes) juntaram-se ao próprio modelo de consumo hipersegmentado (quer dizer, limitado às classes médias) para puxar o processo inflacionário.

Neste período, no nível global, o regime de acumulação mudou radicalmente. A produção se socializou e se transformou. Por um lado, ela se desmaterializou (é cada vez mais produção e comunicação de informações) e, por outro, conseguiu (exatamente graças a essa mobilização produtiva do imaterial) abastecer os mercados sem

universalizar a relação salarial (e, portanto, sem distribuir riqueza!). Os investimentos recentes das firmas transnacionais do setor automotivo no Brasil são um exemplo extremamente forte desses novos paradoxos. Os investimentos estatais (sob forma de incentivos fiscais, doações de terrenos, infra-estruturas e até de participação acionária, como no caso da Peugeot de Porto Real, no estado do Rio de Janeiro) são completamente desmedidos com relação aos retornos em termos de empregos (diretos e indiretos). Em alguns casos, como acontece com a Ford, que devia abrir uma planta industrial no Rio Grande do Sul (e agora na Bahia) e assim diminuir pela metade o emprego em outra planta no ABC paulista, essas intervenções contribuem até para criar desemprego. Hoje em dia, “o desemprego é gerado tanto pela estagnação da economia quanto pelo seu crescimento”, lembra Furtado. O que isso significa? Que não é mais possível pensar que o processo de assalariamento de massa (o desenvolvimento industrial) possa funcionar como instrumento de integração cidadã, ou seja, de distribuição da renda e de universalização dos direitos. A dinâmica está completamente revertida. É a distribuição prévia da renda que pode permitir a universalização dos direitos, dos padrões de consumo e sobretudo da integração produtiva. Ainda mais, na medida em que entendemos que essa distribuição da riqueza significa “melhoria” da qualidade de vida da população (isto é, antes de mais nada, educação e serviços universais e de qualidade), essa condição prévia constitui um elo essencial para se evitar um reforço da marginalização do Brasil dentro da nova divisão internacional do trabalho.

Lembramos, enfim, que a questão do “fictício” deve também ser vista na perspectiva da relação cada vez mais complexa entre a produção “material” e a exploração dos recursos naturais e ambientais, que aparecem limitados e não renováveis. Os *limites ecológicos* de produção e consumo de massa aparecem para as economias periféricas fortemente urbanizadas (como no caso



do Brasil) de maneira particularmente perversa. Por um lado, eles não são o fruto de uma verdadeira democratização do consumo (como aconteceu nas economias centrais) e, portanto, ainda constituem uma meta a ser atingida. Por outro lado, pelo próprio modelo de colonização, pelos níveis de densificação urbana e os evidentes problemas de planejamento do espaço público (cujos indicadores se encontram sobretudo no controle privado de serviços essenciais, como os de transportes coletivos), eles indicam limiares de tolerância ambiental ainda mais frágeis (insustentáveis, para se usar o termo “na moda”). Por exemplo, metrópoles como o Rio de Janeiro e São Paulo, com taxas de motorização bem inferiores aos Estados Unidos e à Europa, mostram-se incapazes de tolerar um crescimento significativo da circulação de automóveis sem riscos de colapso generalizado do trânsito e do meio ambiente. Aqui também a clivagem “material *versus* fictício” pode ser submetida ao crivo da crítica.

Neste nível, é claro que a clivagem “real-fictício” deve ser repensada numa perspectiva crítica que necessariamente implica a produção de novos valores, a produção de um novo mundo. A noção de *antivalor* proposta por Francisco de

Oliveira tem exatamente o interesse de apontar as dimensões contraditórias (e não apenas funcionais) das conquistas operárias cristalizadas no “fundo público” do Estado Social das economias centrais (Oliveira, 1997a). De maneira mais geral, precisamos repensar, em face dos desafios atuais, a própria noção de riqueza, ou seja, fugir às determinações quantitativas da produção de objetos (que reificam os desejos nos valores de troca) para chegar às determinações qualitativas da riqueza como fruição do mundo. Por um lado, temos a acumulação de objetos produzidos e consumidos à custa de um tempo de vida reduzido aos espaços do trabalho abstrato. A produção do mundo se separa das condições de sua fruição, a forma de seu conteúdo. Por outro, a riqueza coincide com a cooperação social que a produz. O produto do trabalho não é apenas mais-trabalho e mais-valia, mas criação coletiva de um novo mundo (Negri, 1990:29). Produzir o mundo e gozá-lo constituem dois momentos inseparáveis. Essa abertura não é determinista, pois cresce dentro do antagonismo entre essas duas determinações do valor, dentro da práxis da crítica, da luta e do antagonismo. É no limiar dessas novas contradições que o

desenvolvimento se separa do crescimento, que o debate tecnocrático sobre “sustentabilidade” pode adquirir um sentido.

Concluindo, ainda que de maneira provisória, temos a confirmação de que, para não restringir a crítica à análise da superfície dos fenômenos financeiros, devemos deslocar o debate para o terreno da análise da relação entre a crise do fordismo e a emergência dos paradigmas do pós-fordismo.

Bibliografia

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. Rio de Janeiro/São Paulo, Contraponto/Unesp, 1994.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. “Dinheiro e as transfigurações da riqueza”, in TAVARES, Maria da Conceição & FIORI, José Luís. *Poder e dinheiro. Uma economia política da globalização*. Petrópolis, Vozes, 1997.

_____. “Ilusões perdidas”, *Folha de S. Paulo*, 14 fev. 1999.

FIORI, José Luís. “Globalização, hegemonia e império”, in TAVARES, Maria da Conceição & FIORI, José Luís (orgs.). *Poder e dinheiro. Uma economia política da globalização*. Petrópolis, Vozes, 1997.

_____. “A ilusão do desenvolvimento”, *Folha de S. Paulo*, 24 jan. 1999. (Caderno Mais!)

FURTADO, Celso. *O capitalismo global*. São Paulo, Paz e Terra, 1998.

_____. “Que moratória?”, *Folha de S. Paulo*, 24 jan. 1999. (Caderno Mais!)

HILFERDING, Rudolph. *Das Finanzkapital. Marxstudien*, III, 1920.

KURZ, Robert. *La fine della politica e l'apoteosi del denaro*. Roma, Il Manifestolibri, 1997.

_____. “Os bobos da corte do capitalismo”, *Folha de S. Paulo*, 11 jan. 1998. (Caderno Mais!)

_____. “A capitulação do Brasil”, *Folha de S. Paulo*, 24 jan. 1999. (Caderno Mais!)

LAZZARATO, Maurizio. *Lavoro immateriale*. Verona, Ombre Corte, 1997.

MARAZZI, Christian. “Le langage comme moyen de la production marchande”, *Future Antérieur*, n° 35-36, Paris, L'Harmattan, 1996.

_____. *E il denaro va. Esodo e rivoluzione dei mercati finanziari*. Turim/Bellinzona, Bollati/Boringhieri, 1998.

NEGRI, Antonio. *Marx al di là di Marx*. Milão, Feltrinelli, 1979.

_____. *Il comunismo e la guerra*. Milão, Feltrinelli, 1980.

_____. *Fine secolo, manifesto per l'operaio sociale*. Milão, Sugar & Co., 1988.

_____. *Il lavoro di Giobbe. Il famoso testo biblico come parabola del lavoro umano*. Milão, Sugar & Co., 1990.

_____. “Potere costituente”, *Riff-Raff*, Pádua, 1992.

_____. *Il potere costituente. Saggio sulle alternative del modern o*. Milão, Sugar & Co., 1992a.

NEGRI, Antonio. “A desmedida do mundo”, *Folha de S. Paulo*, 20 dez. 1998. (Caderno Mais!)

_____. “O nacionalismo de esquerda”, *Folha de S. Paulo*, 7 fev. 1999. (Caderno Mais!)

NEGRI, Antonio & HARDT, Michael. “Mutation d'Activités. Nouvelles formes d'organisation”, *Bloc Notes*, n° 12, 1994.

_____. *Labour et Dionysus*. Minneapolis, Minnesota Press, 1994a.

_____. *Empire*, Harvard Press, 2000

NEGRI, Antonio & LAZZARATO, Maurizio. “Travail immatériel et subjectivité”, *Futur Antérieur*, n° 6, 1991.

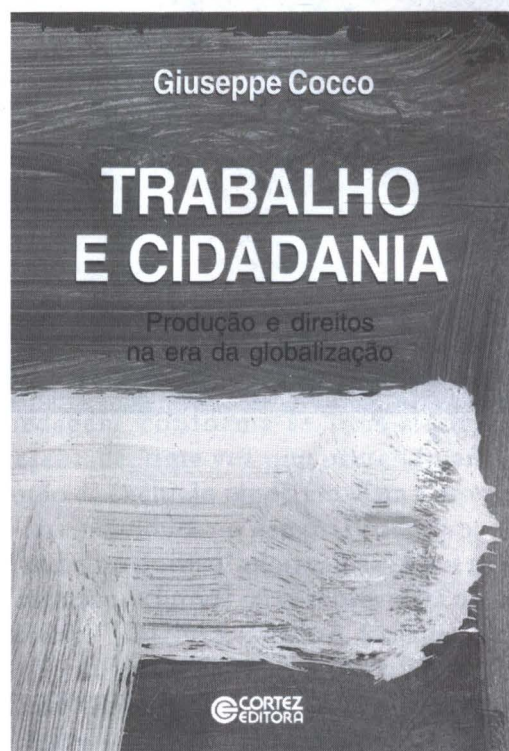
OLIVEIRA, Francisco de. “Vanguarda do atraso e atraso da vanguarda”, *Praga, estudos marxistas*, n° 4, São Paulo, Hucitec, dez. 1997.

_____. *Os direitos do antivalor*. Petrópolis, Vozes, 1997a.

SOUZA, José Carlos Braga de. “Financeirização global. O padrão sistêmico do capitalismo contemporâneo”, in TAVARES, Maria da Conceição & FIORI, José Luís. *Poder e dinheiro. Uma economia política da globalização*. Petrópolis, Vozes, 1997.

TAVARES, Maria da Conceição. “O Real morreu. Salvemos a nação!”, *Folha de S. Paulo*, 24 jan. 1999.

Proposta Recomenda



A economia solidária entre a resistência e a utopia

*Pedro Claudio Cunha Bocayuva**



*Diretor da FASE

“É possível que, para o novo mundo do trabalho (forjado na falsa autonomia da terceirização e da precariedade), a idéia de sociedade futura penda mais para a proposta de uma ‘comunidade de indivíduos livres’; e que, para os trabalhadores agrupados na velha fábrica moderna, esta sociedade do futuro apresente-se mais como ‘uma comunidade livre de indivíduos associados’”.

Tarso Genro¹

Apresentação

Neste texto procuramos combinar o debate sobre as metamorfoses e a crise das relações de trabalho com a questão democrática que atravessa a sociedade brasileira, tentando romper com as abordagens que circunscrevem os desafios da transição e da reestruturação do regime de acumulação ao tema da luta contra a exclusão social².

As metamorfoses sócio-espaciais da globalização definem novas relações sociais e expressam conflitos ligados ao processo de valorização e controle do capital nas suas dinâmicas materiais e imateriais, na sua expressão como valor abstrato dentro das lógicas informacionais, financeiras e comunicacionais, bem como na sua dialética de territorialização/desterritorialização enquanto mais-valia social absorvida pelas formas transnacionais de organização e controle em rede. O trabalho autônomo, precário, informacional e difuso, os mercados segmentados e polarizados nas diferentes sociedades, vêm sendo focalizados pela ótica da fragmentação sócio-espacial como correlato e colorário da globalização. Queremos somar a essas observações os aspectos conflituais e a potencialidade política de luta que pode se ampliar com a combinação da temática da economia sócio-solidária com a noção de radicalidade democrática.

A definição de radicalidade democrática vem sendo expressa pelas formulações de Tarso Genro que articula em torno da noção de “realismo utópico” um conjunto de teses que podem animar

o debate sobre um projeto político socialista. A definição de economia solidária vem sendo elaborada por Paul Singer como o resgate do potencial de revolução do modo de produção que redefine pela práxis autogestionária e cooperativa o peso de uma visão das relações entre sociedade, economia e política que devem animar o projeto socialista como uma socialização conduzida pela própria experiência anticapitalista realizada pelos trabalhadores e trabalhadoras eles mesmos³. A redefinição ético-política operada pela noção de radicalidade democrática e a redefinição da práxis revolucionária e da socialização como revolução no modo de produção, presente na noção de economia solidária, são eixos organizadores de um projeto prático e referências de construção teórica que se cruzam na observação da necessidade de colocar o acento na retomada da questão da autonomia dos sujeitos sociais coletivos, em torno do tema da cidadania e da questão política e em torno da centralidade do trabalho vivo.

O resgate de trajetórias e experimentos e a valorização de certas ferramentas críticas é

¹ GENRO, Tarso. “21 Teses para a Criação de uma Política Democrática e Socialista.” In: *Porto da Cidadania*. Porto Alegre, Artes e Ofícios, 1997.

² Nos parece chave a abordagem dada por Gilberto Dumas para o tema da exclusão social na medida em que restabelece o seu nexo analítico com a questão do trabalho/produção. “Ao enfatizar a importância do modo de produção existente e da posição ocupacional dos indivíduos, no entanto, essa abordagem conforma-se bem àquela aqui apresentada, uma vez que pretendo analisar a questão da exclusão tendo em vista a inserção ou não dos indivíduos no sistema produtivo; ou seja, se o trabalho (formal/informal) é central na lógica das cadeias produtivas ou se sobreviverá nas franjas do sistema”. DUMAS, Gilberto. *Economia Global e Exclusão Social*. São Paulo. Paz e Terra, 1999.

³ SINGER, Paul. *Uma utopia militante. Repensando o socialismo*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998.



essencial para a elaboração de projetos políticos que visem a emancipação e garantam os direitos individuais e coletivos. A observação das transformações estruturais e dos problemas e conflitos contemporâneos exige algumas chaves de leitura que podem ser encontradas em trabalhos que levam em conta a problemática das relações e metamorfoses sócio-espaciais e os conflitos que impactam o mundo do trabalho e as formas sociais de existência.

As relações entre mudanças no regime de acumulação, lógica cultural, desterritorialização, exclusão social e crise do mundo do trabalho permitem a construção de uma espécie de cartografia sócio-política e cultural. A escassez gerada na abundância, o darwinismo social e a insustentabilidade sócio-ambiental dos rumos da globalização neoliberal não devem nos fazer perder de vista a dialética entre os pares trabalho vivo/ cooperação e sujeitos coletivos/esferas públicas, que orientam o projeto social emancipatório pelo componente ético do par solidariedade/ autonomia dos produtores(as) e cidadãos(ãs).

A nova centralidade do trabalho

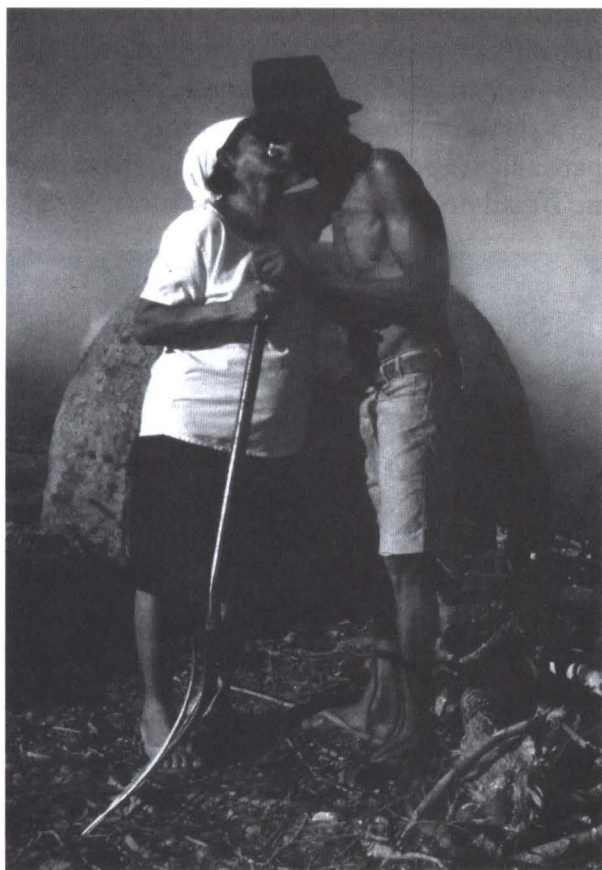
"Trabalho material e imaterial, na imbricação crescente que existe entre ambos, encontram-se, entretanto, centralmente subordinados à lógica da produção de mercadorias e de capital".⁴

A grande descoberta crítica do pensamento sócio-político moderno acerca da centralidade do trabalho vivo na constituição dos processos históricos e da relação entre estrutura econômico-social e sujeito político da transformação permite uma análise da transição produtiva que atravessa as sociedades centrais, as semi-periféricas e as periféricas no capitalismo contemporâneo. Por isso, nesse artigo procuramos retomar a reflexão que parte da ótica do poder da cooperação produtiva do trabalho vivo como base para a construção de um projeto político para a sociedade brasileira que valorize uma plataforma de lutas que nasce do potencial que se abre pelas práticas de organização

⁴ ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*, 2ª ed. São Paulo. Boitempo Editorial, 2000.

de movimentos sociais e experimentos em rede. Estes se articulam numa perspectiva de ação que combina: radicalidade democrática e economia sócio-solidária como bases de uma reforma social permanente da sociedade brasileira.

A potência criativa do sujeito histórico da revolução democrática no Brasil sofreu inúmeras mutações que podem ser marcadas pela dialética da formação da classe trabalhadora. Esse filão de poder, constituinte de novas relações sociais, aparece nas brechas da crise da política neoliberal e das estratégias globais de controle que hoje comprimem e tensionam a estrutura e os modos de produção da formação histórica brasileira. O deslocamento da centralidade do trabalho, enquanto operação de contra-reforma permanente por parte do bloco no poder, não pode encobrir as irrupções permanentes do novo conflito social que não tolera estar circunscrito ao tema da nova exclusão social e que remete imediatamente ao problema dos elos entre sujeitos sociais e produção/reprodução social.



A ESPETACULARIZAÇÃO E MIDIATIZAÇÃO DA CRISE BRASILEIRA COLOCAM A QUESTÃO DA GOVERNABILIDADE COMO OBJETO IMEDIATO DE UMA DISPUTA CUJA LÓGICA ESPAÇO-TEMPORAL APONTA PARA UMA CRISE ORGÂNICA DE GRANDES PROPORÇÕES

A espetacularização e midiatização da crise brasileira colocam a questão da governabilidade como objeto imediato de uma disputa cuja lógica espaço-temporal aponta para uma crise orgânica de grandes proporções. A atenção para a agudização do conflito político institucional e dos fenômenos da financeirização só pode encontrar uma resposta, no plano da ação coletiva e da democracia como processo, se buscarmos a centralidade do trabalho vivo como produtor das dimensões concretas objetivas e subjetivas da criação da riqueza. Isso, se o tema do controle dos meios de trabalho e das formas de produção e reprodução social aparecer como conflito e subjetividade criativa, que abre alternativas de leitura da crise brasileira na sua singularidade, atualizando a agenda de lutas dos sujeitos sociais presentes no terreno histórico da classe trabalhadora.

A crise da sociedade salarial e suas implicações nas relações sujeito/estrutura social no contexto pós-moderno é um fato que não autoriza o aniquilamento da centralidade da divisão do trabalho na interpretação do fato social. Eventos e singularidade da crise brasileira como o projeto de desregulamentação do trabalho e de construção forçada de um patamar de rebaixamento de direitos e formas organizativas do contrato coletivo não podem escamotear a disputa pela

riqueza produtiva. A desvalorização do trabalho morto e dos patrimônios não podem escamotear a busca do controle das redes de drenagem da riqueza viva, da mais-valia social, que sofre as metamorfoses das mudanças sócio-espaciais derivadas da globalização e da revolução informacional/comunicacional.

O aumento dos custos de transporte, dos bens e serviços públicos, a crise fiscal, a financeirização e o endividamento, o congelamento de salários e rendas do trabalho, os fenômenos de corrupção, a precarização das relações de trabalho, a economia criminal e narcotraficante, um enorme conjunto de conflitos distributivos e de disputa sobre as redes e fluxos de riqueza material e imaterial expressam um conjunto de fenômenos que, observados pela ótica das reformas liberais, são os custos da estabilização e do ajuste estrutural para responder aos desafios de uma economia aberta. Sob a ótica de um fatalismo social podem ser observados como uma tendência que aponta para a anomia e o darwinismo sociais. Longe do otimismo perverso das elites integradas nas redes globais e longe de um fatalismo impotente é preciso entender porque a sociedade brasileira apresenta forças de resistência e de inovação que reabrem a disputa

orgânica e que colocam em pauta a necessidade de um projeto político baseado em sujeitos coletivos interessados em um novo caminho de desenvolvimento.

O debate que recobre o tema da sustentabilidade é a ponta de um *iceberg* de possibilidades de transformação cujos sujeitos emergentes definem os contornos de uma nova plataforma de lutas, onde ganha centralidade a busca da cooperação coletiva do trabalho vivo. Rejeitar os parâmetros da dialética negativa do mercado desregulado, com sua concepção de indivíduos atomizados considerados sob a nova tipificação ideológica de empregáveis, não-empregáveis e excluídos, remete ao tema da força liberadora de potencialidades presentes na questão da economia sócio-solidária, enquanto uma nova direção ético-política do conflito do trabalho e na disputa da democratização radical de nossa sociedade. A força da transformação democrática exige uma percepção do potencial emancipatório de novas alianças no mundo do trabalho que partem de um impulso contraditório entre estrutura e sujeito na transição das formas do capitalismo dependente. A busca de uma fuga para adiante pelo grande capital e as oligarquias no Brasil no sentido de novas associações não



consegue barrar os dilemas do desafio das novas redes sócio-técnicas e dos conflitos espaço-temporais que abrem o processo de mudança nas bases materiais e imateriais de um capitalismo cada vez mais articuladas pela força intelectual e subjetiva do trabalho vivo, e pela sua forma de apropriação em redes e agenciamentos difusos.⁵

O controle material do território, o controle político repressivo das populações urbanizadas, a espoliação do meio-ambiente e da sócio-biodiversidade fazem parte de um conflito em que o controle imaterial e das redes produtivas e reprodutivas não pode escamotear a centralidade do trabalho vivo coletivo, ou a dimensão pública da riqueza que exige novos patamares de cooperação para funcionar. Sem os meios de disciplinação e enquadramento jurídico-político tradicionais, mesmo incrementando o potencial de dominação e espetacularização através da mídia - com seu darwinismo social sem limite -, a disputa pela mais-valia social continua no coração da crise de valorização. A subjetividade e a inteligência coletiva do trabalho ordenada pelos controles em rede acaba podendo ter um efeito inverso, abrindo um novo patamar conflitual.

**O EIXO DA
RADICALIDADE
DEMOCRÁTICA A PARTIR DA
DINÂMICA
DOS SUJEITOS COLETIVOS/
MOVIMENTOS SOCIAIS SE
ARTICULA PARA A DISPUTA
DO POTENCIAL DO
TRABALHO
VIVO COMO BUSCA DE
ALTERNATIVAS PARA A CRISE
DO MUNDO DO TRABALHO
ATRAVÉS DA NOÇÃO EM
CONSTRUÇÃO DE ECONOMIA
SOLIDÁRIA**

**O PODER DE
BARGANHA DAS ELITES
BRASILEIRAS
ESTÁ EM SEREM CAPAZES
DE DISPUTAR O
TRABALHO VIVO MAIS DO
QUE EM
TRANSFERIR A TITULARIDADE
DO TRABALHO
MORTO ENQUANTO
PATRIMÔNIOS
PRIVATIZADOS**

Uma nova sociabilidade pode nascer da cooperação política e produtiva nascida no terreno da afirmação de novos sujeitos do trabalho, na disputa da transição produtiva, no interior dos conflitos espaço-temporais que atravessam a crise de valorização do capital enquanto exploração intensiva, extensiva e flexível do trabalho-vivo.

O poder de barganha das elites brasileiras está em serem capazes de disputar o trabalho vivo mais do que em transferir a titularidade do trabalho morto enquanto patrimônios privatizados. A sanha em ocupar os serviços e as redes de fluxos produtivos de bens materiais e imateriais, numa

⁵ "Um processo social de difusão territorial de novas configurações e de novas formas de empresariado (trabalho em domicílio, precário, informal) florescem nos diferentes setores industriais, bem como no terciário avançado e atrasado. Num caso como no outro, as formas do conflito e as múltiplas configurações da subjetividade operária (lutas estudantis, movimentos pelos direitos cívicos, lutas dos trabalhadores precários, movimentos dos usuários dos transportes, movimentos de mulheres etc.) constituíram as dimensões genéticas da rearticulação espaço-temporal da produção industrial e da emergência das redes que caracterizam o pós-fordismo". COCCO, Giuseppe. *Trabalho e cidadania. Produção e Direitos na era da globalização*. São Paulo, Cortez Editora, 2000.

crescente mercantilização da vida coletiva, esbarra em espaços de resistência local e nacional. Mas uma resposta de novo tipo aos desafios de uma transformação estrutural do regime de acumulação na passagem das formas disciplinares e autoritárias para as formas de controle em rede também coloca para os sujeitos sociais do mundo do trabalho uma reflexão sobre os elos objetivos e subjetivos que permitem uma plataforma de lutas que permita um arco de alianças que aponte para um novo jogo de cooperação sócio-produtiva. O trabalho difuso, disperso sobre o território na sua materialidade, sua articulação e controle nas formas tradicionais e novas, as redes empresariais e as novas potências subjetivas apontam para uma nova possibilidade de conflito em torno do poder cooperativo do trabalho vivo, nas formas materiais e nas formas imateriais/virtuais. O eixo da radicalidade democrática a partir da dinâmica dos sujeitos coletivos/movimentos sociais se articula para a disputa do potencial do trabalho vivo como busca

de alternativas para a crise do mundo do trabalho através da noção em construção de economia solidária.

Novas polarizações e “novo mundo possível”

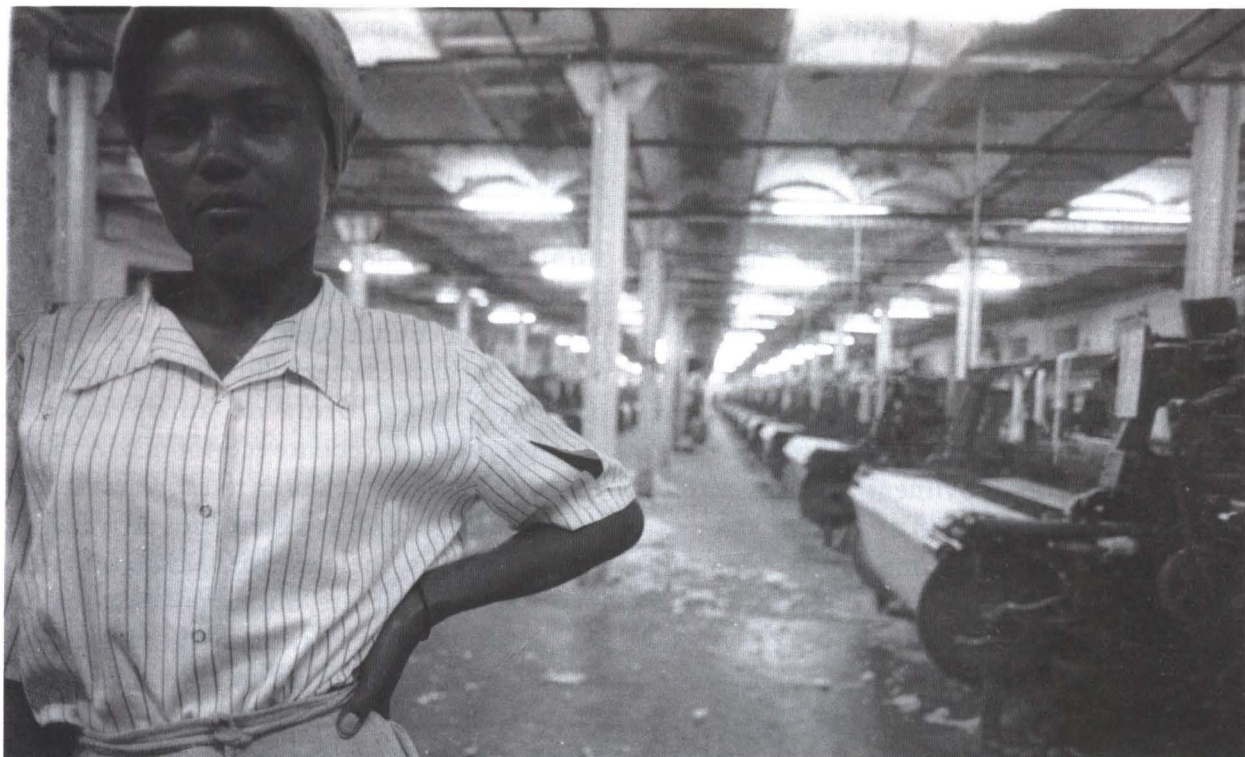
“Trocando em miúdos: em vez de homogeneizar a condição humana, a anulação tecnológica das distâncias temporais/espaciais tende a polarizá-la”.

Zygmunt Bauman

A questão do poder na sociedade brasileira depende de pontes entre as dimensões das dinâmicas de um mundo de produção e reprodução social com clivagens diversas que atravessam as figuras do trabalho, principalmente

⁶ BAUMAN, Zygmunt. *Globalização as consequências humanas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1999.





para o terreno onde as grandes maiorias sofrem os processos de informalização e precarização de uma maneira geral. As clivagens étnicas e de gênero, a desigualdade sócio-territorial, os recortes materiais e imateriais entre os tipos de ocupação e o acesso aos bens e à renda colocam um desafio de unificação em bloco de forças sócio-técnicas em que a compressão temporal da exploração baseada na acumulação flexível exige a resposta espacial.

A imensa fábrica urbana metropolitana, o imenso território de exploração agro-ambiental, ampliam o sentido das metáforas e dos temas espaciais. Uma geografia do conflito social coloca na ordem do dia uma nova cartografia da política baseada na emancipação do trabalho, onde as redes sociais que atravessam os velhos territórios produtivos industriais e agro-industriais se cruzam com as redes telemáticas e as metamorfoses do trabalho vivo na sua dimensão intelectual e imaterial derivada das novas forças produtivas sociais.

Mas as formas de socialização perversas, em última instância, foram e colidem com contra-

dinâmicas e resistências locais e articuladas em redes mais amplas de atores. A cooperação no território e vizinhança no espaço real e virtual abrem novas possibilidades e estratégias de disputa das dinâmicas sócio-produtivas. O tempo de intensificação e a desterritorialização podem sofrer o efeito de resistência e luta da solidariedade dos que encontram lógicas de vizinhança, comunidade, cooperação e solidariedade. Daí, no dizer de Milton Santos, a necessidade de recriação e resgate do potencial transformador da política. Essa reabertura de possibilidades, potencialidades e lógicas distintas deve nascer do cruzamento entre a resistência na territorialidade e a “docilidade das novas tecnologias”. Essa reação e resgate da percepção sócio-política do espaço está na sua afirmação de que: *“frente a essa nova realidade, as aglomerações populacionais serão valorizadas como o lugar da densidade humana e, por isso, o lugar de uma co-habitação humana”*.⁷

⁷ SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro. Editora Record, 2 ed., 2000.

Gestão democrática e redes autogeridas

A observação da convergência entre processos de gestão democrática de governos locais e controle participativo direto das políticas públicas, com as novas redes de economia sócio-solidária – que combinam cooperativismo popular urbano e rural com empresas autogeridas pelos trabalhadores –, abre a reflexão sobre uma nova abordagem da economia política da transição para novas formas de socialização da riqueza e do poder. Ao lado dos movimentos sociais de todo tipo que agem no terreno dos direitos sociais, econômicos, culturais e ambientais, temos um conjunto de lutas que traduzem esforços de agenciamento sócio-produtivo e de gestão sócio-territorial que fazem da crise brasileira um processo de disputa orgânica. Novas respostas para velhas questões da relação entre as diferentes desigualdades se abrem nesse cruzamento onde o tema da produção e da reprodução social dos

modos de vida é reposto no terreno de uma esfera pública que anseia por uma nova governabilidade.

A democracia radical e a reforma social combinam a luta por reversão de prioridades – a plataforma mínima da “segunda abolição” – com a perspectiva de uma economia social e pública animada por relações horizontais, relações territoriais, relações informacionais, relações de produção e de consumo, estratégias de reprodução e gestão social de caráter solidário, que apontam para uma nova forma de apropriação e distribuição do excedente econômico. A mais-valia social da enorme fábrica territorializada pelo capitalismo em rede, os mercados de trabalho informalizados e pela exploração do trabalho feminino, do migrante, dos grupos e das massas discriminadas étnica e racialmente exigem um corte de análise conflitual onde a economia social ganha contornos de aliança política e cooperação produtiva coletiva entre os setores de trabalhadores/as vulneráveis, excluídos/as e semi-incluídos/as, as novas e velhas maiorias.



Economia popular e economia solidária

“As propostas de Economia Social, Empresa Social e Economia Solidária, as políticas de renda cidadão, a democratização da gestão e a eficiência no investimento social são propostas que podem existir cooperativamente, como aproximações orientadas por valores ou mecanismos particulares, compartilhando a mesma estratégia de buscar um desenvolvimento humano generalizado, fundado no desenvolvimento endógeno urbano de base popular” (José Luis Coraggio)⁸.

A economia sócio-solidária com seus critérios ético-políticos, com seus agenciamentos produtivos articula a base produtiva do fundo de trabalho familiar e popular com a densidade das estruturas de uma nova economia pública e a materialidade das redes produtivas do trabalho coletivo da sociedade do conhecimento e da informação. O plano local e o plano nacional se articulam numa cadeia de respostas para

os fluxos globais que remete para sua estruturação em novas políticas de cooperação coletiva baseadas nas formas sociais de empresas autogestionárias, de cooperativas e nas redes de micro-empresendimentos. O trabalhador e a trabalhadora difusos no contexto urbano precarizado, ou nos contextos agrários de exclusão, podem se aliar com as forças coletivas do trabalho nos complexos produtivos de serviços, industriais e agro-industriais, na medida em que as redes e alianças se traduzam no plano de novos pactos territoriais e novas estratégias de gestão local integrada em sistemas de produção e reprodução social horizontalizados.

A nova disputa hegemônica, que responde ao problema da crise do fordismo periférico dependente e ao caráter perverso da contra-reforma neoliberal, recoloca o acento na emancipação do trabalho coletivo em relação aos processos que visam manter privatizados o território, a gestão do Estado e as redes de inteligência coletiva. Uma precarização vertical de todos os processos sociais e uma nova forma de Estado autoritário, que sustenta alianças entre

oligarquias e redes transnacionais e governos do Império Trilateral, tem encontrado uma base de resistência nos diferentes processos em que movimentos sociais, redes e experimentos locais apostam numa nova orientação da capacidade cooperativa das redes sócio-solidárias.

A construção de formas de gestão democrática e novas redes de cooperação sócio-produtivas auto-geridas é um processo eivado de retóricas e energias utópicas, goza da vantagem de sua concretude tópica (de formas organizacionais localizadas concretamente) e, *desutópica* (de potenciali-

dades e liberdade criadora do novo). Isto é, tanto apresenta materialidade concreta e densidade subjetiva em formas de organização específica, quanto apresenta capacidade de ir além na liberação de energias transformadoras. As utopias socialistas (realismo utópico) sempre combinaram as ações concretas localizadas com arranjos organizativos precisos (cooperativas, conselhos,

**A SÓCIOECONOMIA
TANTO
APRESENTA
MATERIALIDADE
CONCRETA E
DENSIDADE SUBJETIVA
EM FORMAS DE
ORGANIZAÇÃO
ESPECÍFICA,
QUANTO APRESENTA
CAPACIDADE
DE IR ALÉM
NA LIBERAÇÃO DE
ENERGIAS
TRANSFORMADORAS**

⁸ CORAGGIO, José Luis. “A perspectiva da economia popular urbana: base para uma nova política socioeconômica na cidade”, in *O Futuro das Metrópoles*. RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Rio de Janeiro, Editora Revan/FASE, 2000.



comissões, etc.) em base territorializada (com endereço), quanto energias de potencial transformador em direção criativa e múltipla, com inventividade e criatividade, ou seja concretização tópica e vontade política de avançar ou desutopia (potencialidade constituinte e instituinte dos sujeitos individuais e coletivos)⁹.

O potencial coletivo do trabalho vivo que se manifesta na forma de organização de um campo de lutas pela economia sócio-solidária é um movimento conflitual, que se expressa numa plataforma de ação, que não se confunde com a definição de uma institucionalidade formal que necessariamente surge como um conjunto de repostas para os problemas que ele apresenta. Os governos locais e as esferas públicas, que emergem para enfrentar como sistemas públicos de geração de trabalho e renda, podem e devem aliar-se, assim como o conjunto das forças políticas do bloco

progressista da sociedade, ao poder constituinte de novas relações e agenciamentos produtivos que nascem das redes materiais e imateriais dos novos sujeitos coletivos do trabalho. Mas os processos mais profundos e os universos estruturados das empresas e dos complexos produtivos instalados e controlados pelas formas clássicas do capital e do seu braço oligárquico exigem muitas repostas tradicionais, em termos sindicais e políticos, que devem superar os marcos do contratualismo clássico na direção de uma nova forma de controle público sem o que o mercado desregulado manterá o país na rota do atraso e da nova dependência.

A combinação entre estratégias de defesa e resistência coletiva no terreno da luta sindical e

⁹ NEGRI, Antonio. *Le pouvoir constituant. Essai sur les alternatives de la modernité*. Paris. Presses Universitaires de France, 1997.

coletiva com estratégias de controle cidadão e democracia direta devem se ampliar na direção do apoio aos esforços das redes coletivas de cooperação produtiva sócio-solidária, onde a economia popular e a economia social se encontram com o terreno da solidariedade política (dimensão pública) e da autogestão da produção e da reprodução social¹⁰. A dimensão mediadora e institucional desse processo se opera pelo plano das reformas sociais e do alargamento da base política e eleitoral das forças interessadas em garantir o processo permanente de democratização ampliada da nossa sociedade.

As forças sociais e iniciativas políticas que se coloquem como potência de ação de um novo sujeito coletivo do desenvolvimento nacional encontram no território difuso da nossa sociedade urbana metropolitana um suporte social na unidade de uma classe trabalhadora ainda tripartida (entre integrados, vulneráveis e precarizados/informais). Trabalhadores e trabalhadoras autônomos e por conta própria, desempregados, estabelecem no terreno das redes de produção e consumo urbano elos com os demais setores da classe trabalhadora assalariada e dos novos trabalhadores da economia da informação, conhecimento, comunicação.

Conclusão

As redes materiais e imateriais que atravessam os fluxos de produção e reprodução da riqueza na cidade e no campo pressionam por uma nova forma de governo e gestão coletivas da riqueza social. Os movimentos agrocamponeses de todo tipo, a atuação de movimentos sociais de excluídos urbanos, a resistência de assalariados tradicionais, os deslocamentos e a proletarianização das camadas médias, o trabalho doméstico, o trabalho informal definem novos espaços de conflitos amplificados pelo caráter difuso das redes de controle e produção informatizadas. A reprodução social torna-se produção imediata, o controle biopolítico das populações torna-se objeto de

luta, a gestão do território com seus fluxos e redes torna-se espaço de conflito público, a natureza temporal da dinâmica financeira torna-se conflito material no espaço de vida e trabalho que se ordena na forma difusa da grande fabricação da estrutura social contemporânea. Os sujeitos desse processo se movem, e dos rumos que tomarem suas opções dependerá a natureza das formas de distribuição e poder que devem emergir como alternativa de organização de nossa sociedade, direção que nesse momento se manifesta de maneira criativa nas dinâmicas da sócio-solidariedade, as únicas que podem garantir sustentabilidade e sócio-diversidade nas práticas e modos de vida adequados para uma sociedade que se autogoverne.

¹⁰ “A economia solidária é formada por uma constelação de formas democráticas e coletivas de produzir, distribuir, poupar, investir e segurar. Suas formas clássicas são relativamente antigas: as cooperativas de consumo, crédito e de produção, que datam do século passado. Elas surgem como solução, algumas vezes de emergência, na luta contra o desemprego. Ocupações de fábricas por trabalhadores, para que não fechem, são semelhantes a ocupações de fazendas por trabalhadores rurais sem-terra. Ambas são formas de lua direta contra a exclusão social, tendo por base a construção de uma economia solidária, formada por unidades produtivas autogestionárias”. Essa afirmação de Paul Singer na página 181 de sua *Utopia Militante*, já citada, distingue-se das noções de economia solidária nos termos de uma convergência de ações sociais do Terceiro Setor, de um mero processo de organização de empresas sociais e cooperativas, bem como de formas públicas de ocupação sócio-comunitária em redes horizontais que atendem setores de baixa renda e das favelas, bairros, cidades e periferias marcadas pela pobreza. Outro enfoque é o das teorias da reciprocidade que combinam lógicas de mercado com formas não monetárias de organização social, definindo um terreno político de unificação de formas de produção e reprodução social, como podemos depreender da leitura de textos como os organizados sob a direção de LAVILLE, Jean-Louis. *L'économie solidaire. Une perspective internationale*. Paris: Desclée de Brouwer, 1994.

Desenvolvimento Humano e as Desigualdades Étnicas no Brasil: um retrato de final de século

Marcelo Paixão^{1 2}



¹ Professor do Instituto de Economia da UFRJ e Doutorando em Sociologia no IUPERJ. Esta pesquisa, desenvolvida dentro dos marcos institucionais da FASE, foi financiada com recursos da Fundação Ford e por Terre des Hommes.

² As tabulações da base de dados do presente estudo foram feitas utilizando as bases de dados da Pesquisa Nacional Por Amostragem Domiciliar (PNAD) de 1997 e 1998 do IBGE. Os cruzamentos estatísticos foram realizados por Luis Marcelo Foca Carvano. O autor contou na realização deste trabalho, em diversos momentos, com um produtivo diálogo com o Prof. João Sabóia do IE/UFRJ e com Juarez de Castro Oliveira do IBGE, este último responsável pelo cálculo da esperança de vida das populações brasileiras afrodescendente e branca. Igualmente no processo de produção deste estudo pudemos contar com a interlocução de Valéria Pero (IE/UFRJ), Rogério Studart (IE/UFRJ), Lucila Beato (IBGE) e, via e-mail, de Laura Mourino-Casas do PNUD de Nova York. A todas estas pessoas, em absoluto responsáveis pelos possíveis inúmeros defeitos contidos neste trabalho, meus sinceros agradecimentos.

1. Experiências Internacionais de Desagregação do IDH Por Etnias

O Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD), desde 1990, vem editando anualmente os *Relatórios Sobre o Desenvolvimento Humano*. Nestes, são apresentadas visões gerais sobre o processo de desenvolvimento econômico e social de (hoje) 174 nações do mundo, bem como um indicador sintético, criado por uma equipe de técnicos liderados pelo egípcio Mahbub ul Haq, que agrega três variáveis: rendimento *per capita*, educacional e de longevidade, que mensuram os Indicadores de Desenvolvimento Humano (IDH) destes países e os classificam dentro de uma tabela envolvendo todos eles. Assim, as nações que somam um IDH maior que 0,800 são classificadas como países de alto estágio de desenvolvimento humano, as que ficam entre 0,500 e 0,799 como de médio estágio de desenvolvimento humano e as que ficam abaixo de 0,500 como de baixo estágio de desenvolvimento humano. De acordo com Miquel (1997:11) a importância deste índice reside no fato de que “depois de muitos anos medindo o progresso do desenvolvimento mediante a utilização de indicadores macroeconômicos, particularmente o Produto Nacional Bruto (PNB), a comunidade internacional está centrando sua atenção na busca de novos parâmetros que contribuam na avaliação da qualidade de vida da população com maior precisão”.

A utilização do IDH como medida de aferição dos graus de desigualdade entre grupos internos às populações dos distintos países não é novidade. No caso das desigualdades de gênero, desde os primeiros Relatórios Sobre Desenvolvimento Humano, o PNUD já vem incorporando uma metodologia que adapta o IDH de cada nação às suas disparidades internas entre homens e mulheres. Neste caso, o indicador de cada país é recalculado levando-se em consideração os graus de desigualdades de gênero, bem como é feita uma nova classificação entre os países. É digno de nota o fato de que não existe nenhum país do mundo em que o valor IDH

aumente ao ser ajustado para o critério de gênero. Isto implica que em todas as nações do mundo os indicadores de desenvolvimento humano dos homens são superiores ao das mulheres. Em 1995, ano da Conferência de Beijing, o PNUD dedicou o Relatório de 1995 às desigualdades entre gêneros e hoje se pode dizer, ao menos lendo-se suas publicações, que esta temática está bastante consolidada dentro deste organismo.

Igualmente existem possibilidades de desagregação do IDH dentro de um país visando medir este Índice entre grupos populacionais específicos, tais como, regiões geográficas ou grupos étnicos. Em 1993, o PNUD publicou no *Relatório Sobre Desenvolvimento Humano* as disparidades entre os IDHs das populações branca, negra e hispânica dos EUA. Naquela publicação via-se que os brancos norte-americanos, caso postos na tabela que agrupa os IDHs dos diversos países, ocupariam o primeiro lugar do mundo, os negros o trigésimo primeiro posto (31º) e os hispânicos o trigésimo quinto (35º) (PNUD, 1993:20). Akder (1994), por sua vez, escreveu um importante trabalho para o PNUD analisando estudos que usaram este indicador sintético de forma desagregada em dezesseis (16) países do mundo. Neste trabalho, este autor levantou pesquisas que utilizaram de forma desagregada o IDH para grupos étnicos da Malásia (malaio, chineses e indianos), Gabão (etnias Fang, Nzabi-Duma e Shira-Panu) e Trinidad & Tobago (afrodescendentes, indígenas e outros). Também é digno de nota que neste estudo foram levantados trabalhos que utilizaram de forma desagregada o IDH para a população rural e urbana do México e da Colômbia, além dos três países listados anteriormente. Por fim, no estudo de Akder, para as demais onze (11) nações, incluindo o Brasil, utilizou-se a desagregação do IDH por regiões. Em 1994, o *Relatório Sobre Desenvolvimento Humano* do PNUD publicou os resultados do levantamento feito por Akder (op cit), além de ter incluído um novo estudo feito para a África do Sul. Neste país os brancos teriam um IDH igual a 0,878 (alto desenvolvimento humano, 24º na tabela de



classificação entre os países), ao passo que os negros teriam um IDH com um valor de somente 0,462 (baixo desenvolvimento humano, 123º na tabela de classificação entre os países).

Apesar de poucos, estes estudos tiveram um impacto bastante forte nos países onde foram feitos. De acordo com o PNUD “a desagregação apresentada no Relatório Sobre Desenvolvimento Humano de 1993 (internacional), focalizando as diferenças nas condições de vida de negros, hispânicos e brancos nos Estados Unidos, por exemplo, deflagrou um grande debate sobre as políticas sociais naquele país” (PNUD et al, 1998:104). No Relatório Sobre Desenvolvimento Humano de 1993 vê-se que na Malásia, a política de ação afirmativa voltada para o grupo malaio durante os anos 70 e 80 permitiu que o IDH deste grupo tivesse uma velocidade maior que a elevação do IDH dos sino-descendentes (que então gozavam de um IDH bem maior) desta nação, durante o mesmo período. Neste caso, o estudo do IDH de forma desagregada não foi um elemento de transformação, mas de confirmação dos acertos de uma determinada política que objetivava justamente reduzir disparidades sociais entre distintas etnias (PNUD, 1993).

Deste modo o PNUD, ao menos nos *Relatórios de Desenvolvimento Humano*, não deixa dúvidas

quanto as possibilidades e a necessidade de construção dos IDHs desagregados por grupos internos à população, incluindo as distintas etnias, sendo o principal problema neste sentido tão somente a existência de dados desagregados confiáveis para os respectivos agrupamentos. Uma vez tendo sido superado este problema o PNUD aponta que o processo de construção do IDH desagregado se utiliza de “*datos de sus componentes relativos a cada uno de los grupos en los que se desagrega el IDH y se trata cada grupo como se fuera un país separado. La metodología es exactamente la misma que se utiliza para los IDHs nacionales*” (PNUD, 1993:118).

2. O IDH e a Questão Étnica no Brasil: uma visão geral

No Brasil, apesar do PNUD e do Governo brasileiro terem viabilizado a publicação de duas grandes obras dedicadas ao tema do desenvolvimento humano, em nenhuma delas foi dado destaque à questão das desigualdades entre os grupos étnicos da população. No amplo estudo feito pelo PNUD Brasil de 1996, ao longo de suas 185 copiosas páginas, este tema foi abordado apenas três vezes: duas vezes em quadros (Quadro

2.2 - Rendimento e Cor; Quadro 2.11 - Educação Formal e Cor) e uma vez em uma tabela (Tabela 2.9 - Número Médio de Anos de Estudos Por Cor entre 1960 e 1991). Na publicação de 1998 - promovida em conjunto pelo PNUD Brasil, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela Fundação João Pinheiro - apesar de ter sido feito um minucioso levantamento do IDH nos 4.491 Municípios existentes em nosso país em 1991 e de ter sido corretamente abordada a questão de gênero (com o levantamento do IDH ajustado às disparidade entre os gêneros), as desigualdades étnicas não foram sequer mencionadas.

O fato das disparidade étnicas não receber destaque pelo PNUD Brasil em suas publicações não é produto de um caso isolado e nem sequer pode ser creditado, ao menos exclusivamente, a esta instituição. Na verdade, desde o começo do século os dirigentes políticos e econômicos do Brasil sempre tiveram dificuldade em lidar com este tema. Os motivos desta postura foram os mais variados: medo de um levante dos escravos, influência do ideário imperialista e racista vindo da Europa, vergonha das elites das origens africanas do povo etc. Mais recentemente, o argumento contrário a inclusão deste item nas pesquisas, não raras vezes acompanhados por setores progressistas, é a de que esta variável não seria relevante no processo de compreensão das relações sociais dentro do Brasil dado que aqui haveria a vigência de uma Democracia Racial. Este mesmo discurso também se associava com outro que dizia respeito à dificuldade de se classificar racialmente as pessoas em nosso país dado o aprofundado grau de miscigenação de nosso povo. Outro argumento, quando se leva em consideração os estudos das desigualdades raciais, é que tais levantamentos são específicos, típicos de minorias e que, assim, não seriam tão importantes como os outros temas mais gerais.

Seja como for, o fato é que no século XX, até os anos 40, dos três (3) Recenseamentos Gerais

da População realizados até então (1900, 1920 e 1940), somente um (o de 40) incorporou em seu questionário o quesito cor ou raça da população. Nos Recenseamentos Gerais dos anos de 1950 e 1960 este quesito, de um modo ou de outro, continuou sendo incorporado. Já no Censo de 1970, sob a influência da Democracia Racial de Caserna da ditadura militar, o quesito cor/raça foi de novo retirado sob a alegação de que perguntar a cor de uma pessoa seria um ato racista. Nas PNADs, que começaram a ser feitas quase sempre anualmente a partir de 1967, este quesito apenas veio a aparecer em um Suplemento de 1976. Somente por influência e pressão do movimento negro brasileiro é que estes quesitos voltaram a aparecer nos Censos de 1980 em diante e nas PNADs (Suplementos de 1982, 1984, 1985 e 1986) e no corpo básico dos questionários a partir de 1987 (Pinto, 1996).

Vemos, então, que ao longo da história, verificou-se uma evidente má vontade do Poder Público com o levantamento destas características da população brasileira. Ao nosso ver, tal negligência não serviu em nada para nos aproximarmos de um regime efetivamente democrático no Brasil, livre de adjetivos, inclusive, no plano das relações raciais. Diversos estudos feitos a partir das bases de dados oficiais não deixam a menor margem de dúvida quanto ao fato de que no Brasil o critério étnico serve como um elemento determinante dos processos de estratificação e exclusão social. Diversos motivos contribuem para isto, mas por hora podemos resumi-los em dois: i) herança de um processo de abolição da escravatura que manteve o regime de propriedade brasileiro concentrado nas mãos de poucas pessoas negando mínimos direitos econômicos e sociais aos descendentes dos antigos escravos; ii) permanência ao longo do século XX de diversas práticas discriminatórias no aparato repressivo, no poder judiciário e em diversas instituições estatais e civis (empresas, escolas, agências de emprego, etc.) contra a população afro-descendente tolhendo-lhe efetivamente os processos de mobilidade física e social.

Quanto ao argumento de que no Brasil seria impossível coletar a cor da população dado os traços fenotípicos da população, cremos que seria bastante interessante atentarmos para a obra do velho sociólogo dos anos 50, Oracy Nogueira. Este autor apontou que no Brasil existe uma forma peculiar de preconceito racial que seria o de marca³. Deste modo, em nosso país, a cultura assimilacionista não impediu que as pessoas fossem efetivamente discriminadas por sua aparência, dentro de um sistema no qual quanto mais semelhante for um homem ou uma mulher com o tipo físico africano (dado a cor da sua pele, tipo de cabelo, lábios, nariz, etc.), maior a chance desta pessoa ser efetivamente preterida, perseguida ou de sofrer bloqueios em seu processo de ascensão social. Este sistema é, de fato, bastante maleável chegando-se mesmo a se criar regras de bom comportamento onde evita-se falar da cor da pele das pessoas chamadas de "cor" e cada qual esconde dos demais os seus preconceitos íntimos (Nogueira, 1998). Mas este sistema é profundamente perverso, pois cria a ilusão de que o racismo inexistente na sociedade quando, na verdade, ele está profundamente arraigado na maioria da população e nas entidades civis e estatais, moldando-lhe os comportamentos, naturalizando as desigualdades e, afinal de contas, servindo como um forte instrumento - ainda que invisível - de exclusão social.

**COMO NA TEMÁTICA DE
GÊNERO, NO CASO
BRASILEIRO, A QUESTÃO DA
POPULAÇÃO
AFRODESCENDENTE EM
ABSOLUTO
PODE SER ENQUADRADA
COMO TEMA DE MINORIAS,
POSTO QUE A
REPRESENTA, NO MÍNIMO,
45%, DA
POPULAÇÃO**



Por fim, o argumento de que a questão dos direitos econômicos e sociais dos afro-descendentes é típica de minorias pode ser válido, talvez, nos EUA, onde os negros totalizam apenas 12% de residentes. Como na temática de gênero, no caso brasileiro, a questão da população afrodescendente em absoluto pode ser enquadrada como tema de minorias, posto que a representa, no mínimo, 45%, da população.

Este conjunto de ponderações serve apenas para chamarmos a atenção para o fato de que deixar em um plano secundário o estudo das desigualdades étnicas no Brasil acaba servindo como um elemento que esconde a efetiva dinâmica social dos olhos dos próprios estudiosos

³ A outra forma de preconceito racial seria o vigente nos EUA onde as pessoas se diferenciariam por sua origem. A este respeito ver Nogueira (1998).

e formuladores de políticas públicas. Neste sentido, a ausência desta temática nos trabalhos editados sobre Desenvolvimento Humano no Brasil não contribuiu para que este instrumento analítico pudesse ter tido um impacto ainda maior - do que já efetivamente teve - em nosso país.

A primeira iniciativa de estudos visando relacionar o IDH com a questão das desigualdades raciais no Brasil partiu de Sant'Anna e Paixão (1997). Neste trabalho os autores utilizaram alguns dados retirados do próprio *Relatório de Desenvolvimento Humano* de 1996, referentes ao ano de 1990, para construção dos indicadores de rendimento e escolaridade da população afrodescendente brasileira. No mesmo estudo, os dados referentes à esperança de vida foram levantados a partir do livro de Wood e Carvalho (1994), válido para o período 1979/1980. Uma vez tendo sido coletados estes indicadores, a metodologia de cálculo do IDH da população afrodescendente buscou obedecer o método de cálculo do PNUD. A partir daí os pesquisadores fizeram uma comparação com a tabela de classificação do IDH entre os países publicado no *Relatório Sobre Desenvolvimento Humano* de 1997, com dados referentes a 1994.

**DEIXAR EM UM PLANO
SECUNDÁRIO O ESTUDO DAS
DESIGUALDADES
ÉTNICAS NO BRASIL
ACABA SERVINDO
COMO UM ELEMENTO
QUE ESCONDE A
EFETIVA DINÂMICA
SOCIAL DOS
OLHOS DOS PRÓPRIOS
ESTUDIOSOS E
FORMULADORES
DE POLÍTICAS
PÚBLICAS**

**NO RELATÓRIO SOBRE
DESENVOLVIMENTO
HUMANO DO
PNUD DE 2000 O BRASIL
OCUPAVA O 74º
LUGAR NA TABELA DE
CLASSIFICAÇÃO ENTRE OS
PAÍSES, EMPATADO
COM O PERU, COM UM IDH
IGUAL A
0,747. ISTO COLOCOU O
BRASIL NA LISTA DOS PAÍSES
DE MÉDIO ÍNDICE DE
DESENVOLVIMENTO
HUMANO**

De acordo com o trabalho de Sant'Anna e Paixão (op cit.), o IDH da população afrodescendente no Brasil variava entre 0,575 e 0,609. Em ambos os casos o IDH deste grupo da população podia ser considerado como médio variando apenas a colocação na tabela de classificação entre os países. No primeiro resultado a população de origem africana no Brasil ficaria na 116ª posição, ao passo que, no segundo, sua posição subiria para 112ª⁴. Em ambos os casos, considerando-se que a posição brasileira na tabela do PNUD naquele momento era a 68ª posição e que logo em 1998, com a antiga forma de cálculo do IDH, o Brasil subiria para a condição de país de elevado desenvolvimento humano, verificava-se que havia um gritante desnível entre as condições de vida da população

⁴ No texto de Sant'Anna e Paixão publicado em 1997, por engano, o IDH otimista da população afrodescendente constava como sendo igual a 0,607 deixando este contingente em 109º lugar. Na verdade, o IDH otimista correto da população afrodescendente era igual a 0,609 e sua colocação correta, nesta perspectiva, era igual a 112ª colocação.

afrodescendente brasileira em relação aos outros grupos étnicos, especialmente os brancos⁵.

O trabalho de Sant'Anna e Paixão (1997) produziu um razoável impacto junto a setores da opinião pública e ao movimento negro brasileiro⁶. Tais manifestações também deixavam bastante evidentes que havia um amplo caminho a ser percorrido no sentido do aprimoramento da análise das desigualdades étnicas no Brasil a partir do referencial analítico do IDH, até porque, como dito no próprio texto, aquele exercício tinha um caráter absolutamente preliminar. Neste sentido é forçoso dizer que aquele estudo padecia de diversos problemas relacionados à base de dados utilizada e a algumas adaptações feitas no plano metodológico. Sem embargo, o trabalho de Sant'Anna e Paixão (op cit) permaneceu como, praticamente, a única contribuição no Brasil no sentido da adoção do instrumento analítico do IDH como forma de mensuração das desigualdades raciais.

3. Desenvolvimento Humano Desagregado Por Etnias: Brasil 2000

No Relatório Sobre Desenvolvimento Humano do PNUD de 2000 o Brasil ocupava o 74º lugar na tabela de classificação entre os países, empatado com o Peru, com um IDH igual a 0,747. Isto colocou o Brasil na lista dos países de médio Índice de Desenvolvimento Humano. O Relatório do PNUD de 1999 sofreu severas críticas do governo brasileiro porque houve uma alteração na metodologia de mensuração do Indicador de Rendimento. Tal alteração acabou "rebaixando" o Brasil na tabela de classificação dos países levando-o de volta ao grupo de nações de médio desenvolvimento humano. Na verdade, o Governo FHC vinha utilizando politicamente o fato de que o processo de ascensão do Brasil à condição de país de IDH elevado - em muito motivado pelo processo de valorização cambial ocorrida em meados dos anos 90 - havia se dado

durante sua gestão. Isto servia, portanto, como um elemento legitimador, inclusive no plano internacional, de sua política. Por esta razão, o Governo brasileiro demonstrou tamanha contrariedade com a mudança da base de cálculo.

Com a alteração metodológica levada à termo pelo PNUD, deixou-se de utilizar a Fórmula de Atkinson e passou-se a utilizar uma fórmula baseada em logaritmos. Nas duas formas de cálculo há uma coerência com os fundamentos filosóficos do IDH que reside em justamente reduzir a importância do indicador PIB *per capita* - de caráter estritamente econômico - em detrimento de outras variáveis no processo de análise dos estágios de bem-estar vividos pelas populações de todo o Planeta.

A diferença é que na fórmula anterior adotava-se o conceito neoclássico de rendimento marginal decrescente. Ou seja, tal conceito aponta que a contribuição da renda para o desenvolvimento humano aumenta a taxas decrescentes. Em outras palavras, existiram países muito pobres (medido em termos do PIB *per capita* em PPC\$) para o qual uma elevação da sua renda *per capita* provocaria uma melhoria do bem-estar de sua população à taxas positivas. Entretanto, a partir de um determinado ponto - definido pelo PNUD como idêntica a média da renda per capita mundial calculada para o ano de 1996 como igual a PPC\$ 5.165,00 - elevações da renda *per capita* não trariam níveis idênticos de elevação do bem-estar. Ou seja, esta elevação do bem-estar crescerá a taxas cada

⁵ No estudo de Sant'Anna e Paixão (1997) não foi feito um levantamento de qual seria o IDH da população branca no Brasil. Mas, dado o valor dos indicadores utilizados naquele estudo, o IDH deste contingente seria praticamente o mesmo em ambas as perspectivas a pessimista e a otimista, com um valor de 0,780, ou seja, médio desenvolvimento humano. Isto colocaria a população branca do Brasil em 60º lugar na tabela de classificação dos países publicada no ano de 1997, válida para o ano de 1994.

⁶ A este respeito ver Jornal Folha de São Paulo, 2/6/97

vez menores. Deste modo, a fórmula de Atkinson visava justamente calcular a elasticidade do bem-estar derivado dos distintos estágios do rendimento médio *per capita* entre os países, e servia para descontar o valor do PIB *per capita* dos países mais ricos (ou menos pobres) quando da construção do antigo Indicador de Rendimento.

A fórmula atual, calculando o Indicador de Rendimento através de números exponenciais, foi desenvolvida por Sudhir Anad e Amartya Sen. Segundo o Relatório do PNUD de 1999, tal método apresenta diversas vantagens: “em pri-



meiro lugar, não desconta o rendimento tão intensamente como na fórmula utilizada anteriormente. Em segundo lugar, desconta todo o rendimento e não apenas o rendimento acima de um certo nível. Em terceiro lugar, (com a nova fórmula) os países em desenvolvimento não são penalizados indevidamente, além disso, como o rendimento cresce mais nestes países, o seu rendimento crescente continuará sendo reconhecido como um meio potencial para maior desenvolvimento humano” (PNUD, 1999:159). Vale lembrar que a metodologia de cálculo dos demais Indicadores que constituem o IDH, o Indicador Educacional e o Indicador de Longevidade, permaneceram os mesmos.

Sem embargo, tendo em vista as recentes alterações metodológicas propostas pelo PNUD, vamos ver agora de forma mais detida como estes Indicadores se apresentam quando lidos de forma desagregada por etnias no Brasil.

3.1. Indicador de Rendimento

A produção do Indicador de Rendimento, quando desagregado por regiões ou contingentes populacionais específicos dentro de um país, acaba apresentando um grau bastante elevado de complexidade. No caso da desagregação por

região nem sempre é fácil encontrar uma medida confiável de mensuração. Por exemplo, no caso brasileiro não existem estimativas que consigam medir o Produto Interno Bruto municipal, estas existem somente no plano estadual. Por isso a publicação de 1998 do PNUD Brasil, IPEA, IBGE e Fundação João Pinheiro, seguindo o método elaborado por este último órgão, utilizou como medida aproximada de mensuração do Indicador de Rendimento para os Municípios brasileiros a renda média familiar *per capita* apontando que com este procedimento buscavam melhor caracterizar a renda realmente auferida pelas famílias e as reais possibilidades de consumo da população local (PNUD Brasil *et al*, 1998).

A renda média familiar é obtida através do cálculo da média dos rendimentos médios de todas as famílias. Já rendimento médio familiar *per capita* é calculado mediante a divisão da renda média familiar pelo número total de seus respectivos membros. Assim, as unidades de análise são todas as pessoas, independentemente da idade ou atividade econômica (Hoffman, 1998).

Quando se tenta medir o PIB *per capita* a partir de grupos populacionais específicos ocorrem problemas semelhantes aos enfrentados para a desagregação do PIB *per capita* municipal. Como se sabe, o Produto Interno Bruto de um país é formado - sob a ótica do rendimento - pelas rendas das famílias de todas as fontes (que se desdobra em consumo e poupança agregada), pelos lucros retidos pelas firmas, pelo valor dos estoques não vendidos e pela depreciação anual do capital fixo, receitas do governo, etc. Destas categorias somente a referente aos rendimentos pode ser desagregada entre a população de acordo com suas características sociais e demográficas (idade, sexo, etnias, etc.) e, mesmo assim, somente através das bases de dados das pesquisas oficiais onde as mesmas estão contidas como a PNAD ou o Censo Demográfico. As demais variáveis exigiriam um esforço sobre-humano para serem levantadas. Em suma, qualquer tentativa de se desagregar o PIB *per capita* entre os grupos populacionais de um dado país - utilizando este dado em si - será absolutamente infrutífera.

Em nosso trabalho, a partir da base de dados da PNAD 1998, também construímos o Indicador de Rendimento desagregado por etnias a partir da utilização do rendimento médio familiar *per capita*. Este método apresentou duas vantagens básicas. Em primeiro lugar, seu reconhecimento acadêmico como uma forma de medida relativamente adequada para a análise de desigualdades sociais e pobreza absoluta. Em segundo lugar, como vimos, o fato da própria Fundação João Pinheiro, quando realizou os cálculos dos IDH-M, também ter utilizado o

rendimento médio familiar *per capita* como um instrumento de construção do Indicador de Rendimento Municipal. Portanto, para os nossos fins, a adoção deste procedimento nos aproxima ao máximo da metodologia desenvolvida pelos organismos oficiais conferindo, acreditamos, razoável grau de comparabilidade ao nosso estudo.

Uma das possíveis objeções quanto ao uso da renda familiar *per capita* para a construção do Indicador de Rendimento desagregado por etnia reside no fato de que, aparentemente, no Brasil, o povo teria uma grande vocação à miscigenação, o que se manifestaria no elevado número de casamentos inter-raciais. Neste caso, se tornaria absolutamente improcedente o uso do rendimento médio familiar *per capita* como ponto de partida para o cálculo do Indicador de Rendimento desagregado por etnia.

O principal aspecto que contribuiu para a adoção deste procedimento metodológico foi o fato das pesquisas sobre as características dos domicílios, feitas pelo IBGE, quando desagregadas por etnia, levarem em consideração somente a cor do chefe do domicílio. Em geral estes dados servem como parâmetros para mensuração das desigualdades étnicas de acesso aos equipamentos urbanos de consumo coletivo, sem que haja uma preocupação quanto ao fato do cônjuge ou os filhos/as do chefe serem da mesma etnia ou não. Em sendo assim, levantamos os dados sobre o rendimento familiar *per capita* de um domicílio a partir da cor declarada do seu chefe. Portanto, todos os integrantes da família desta pessoa - sendo branca ou afrodescendente - também serão incluídos necessariamente como brancos ou afrodescendentes, independentemente de o serem de fato ou não.

Uma vez tendo sido superada esta questão podemos nos deter na construção do Indicador de Rendimento desagregado por etnia em si mesmo. Conforme verificamos parágrafos acima, com exceção de quando estuda-se os Estados da Federação, não é possível se fazer uma desagregação do PIB *per capita* entre os membros da



população de um país. O problema é como transformar este valor para PPC\$ e conferir ao estudo algum grau de comparabilidade com o IDH tais como expostos nos *Relatórios Sobre Desenvolvimento Humano* do PNUD.

De acordo com a Fundação João Pinheiro, quando da construção do IDH-M, de modo a manter a maior comparabilidade possível com a metodologia original do IDH, todos os parâmetros máximos e mínimos em PPC\$ definidos nos *Relatórios Sobre Desenvolvimento Humano* foram transformados, à época, em salários mínimos de setembro de 1991, tendo sido estes parâmetros utilizados para o ajuste da renda familiar *per capita* média observada e para o cálculo do IDH-M Renda. De acordo com as mesmas instituições utilizou-se neste processo “como fator de conversão a razão entre o PIB *per capita* brasileiro em 1991, em dólar PPC\$, e a renda familiar *per capita* brasileira para o mesmo ano medida em cruzeiros de 1º de setembro de 1991” (PNUD *et al*, 1998:99). O mesmo estudo chama a

atenção para o fato de que “esta conversão leva em consideração dois fatores: (a) diferenças em unidades monetárias e (b) diferenças em âmbito nacional entre o PIB *per capita* e a renda familiar *per capita* que tende a ser sempre menor que o PIB *per capita*” (op cit: 99).

Nosso estudo procurou manter-se fiel a construção metodológica da Fundação João Pinheiro. Seguindo a fórmula proposta calculamos um fator de conversão obtido pela razão entre o rendimento familiar *per capita* do conjunto das unidades domiciliares brasileiras no ano de 1998 (R\$ 305,79) e o PIB *per capita* medido em PPC\$ para este mesmo ano (PPC\$ 6.625,00). O primeiro dado foi tirado diretamente das bases de dados da PNAD 98 e o último foi obtido no próprio Relatório Sobre Desenvolvimento Humano de 2000. Por fim, dividimos este último valor por 12 para podermos obter a renda mensal *per capita* em PPC\$ válida (PPC\$ 552,08), também, para o mês de setembro de 1998.



Desta forma chegamos ao seguinte fator de conversão:

$$F98 = Y98 / R 98$$

Sendo

F 98 = Fator de Conversão Dólar PPC\$ para reais em setembro de 1998

Y 98 = PIB *per capita* em PPC\$ em setembro de 1998

R 98 = Renda Média Familiar *per capita* Brasil em reais em setembro de 1998

Logo, seguindo os passos do IDH-M;

$$F98 = 552,08/305,79 = 1,805$$

A partir deste fator transformamos os parâmetros máximos e mínimos do Indicador de Rendimento do IDH em reais de setembro de 1998 que ficaram, respectivamente, iguais a R\$ 22.160,66 e a R\$ 55,401. Dividindo estes valores

por 12 (número de meses do ano), e posteriormente, pelo valor do salário mínimo (SM) de setembro de 1998 (R\$ 130,00) ficamos com valores em salários mínimos, respectivamente iguais a 14,206 SM e 0,036 SM. Finalmente, a partir da base de dados da PNAD 1998 verificamos que as médias das rendas familiares *per capita* dos chefes de família brasileiros é igual a 2,35 SM. Desagregando-se por etnias vemos que o rendimento médio familiar *per capita* da população branca e afrodescendentes medidos em salário mínimo de setembro do mesmo ano, é igual, respectivamente, a 3,12 SM e 1,32 SM. Considerando que a fórmula de cálculo do Indicador de Rendimento (IR) desenvolvida pelo PNUD é igual a:

$$IR = \frac{\text{Log}(W^*) - \text{Log}(100)}{\text{Log}(40000) - \text{Log}(100)}$$

Sendo $W^* = \text{PIB Per Capita Ano (PPC\$)}$ de um país

E que de acordo com a fórmula do PNUD, adaptada pela Fundação João Pinheiro, ela ficaria para o Brasil como um todo igual a:

$$\frac{\text{Log}(2,35) - \text{Log}(0,036)}{\text{Log}(14,206) - \text{Log}(0,036)}$$

Esta expressão gera um resultado igual a 0,699. Neste caso o Indicador de Rendimento brasileiro medido em termos da renda familiar *per capita* ficou praticamente igual a média brasileira para este ano, que segundo o Relatório Sobre Desenvolvimento Humano de 2000 era igual a 0,70. Deste modo, consideramos que os números encontrados neste exercício do Indicador de Rendimento demonstraram um razoável poder de comparabilidade tanto com o método geral do PNUD quanto em relação à fórmula alternativa apresentada pela Fundação João Pinheiro. Por outro lado, como as bases de dados são distintas, é natural que sejam encontradas ligeiras discrepâncias entre o Indicador de Rendimento

do Brasil como um todo (baseado no PIB *per capita*) e no Indicador de Rendimento baseado no rendimento médio familiar *per capita*. Isto faz com que o primeiro método tenda sempre a levar a um resultado superior do que o gerado pelo segundo método (PNUD Brasil *et al*, 1998).

Em tempo, os valores assumidos pelo Indicador Rendimento para o Brasil a partir do rendimento médio familiar *per capita* para o ano de 1998 foi de 0,746 para a população branca e de 0,602 para a população afrodescendente. Este dado também é coerente pois reflete as efetivas desigualdades de rendimentos entre estes dois grupos étnicos da população brasileira.

3.2. Indicador de Longevidade

O processo de construção do Indicador de Longevidade é relativamente simples envolvendo uma expressão algébrica que relaciona os dados da esperança de vida ao nascer de um dado país sobre parâmetros máximos e mínimos de longevidade calculados pelo PNUD. Estes parâmetros são respectivamente 85 e 25 anos para a população como um todo. Quando feito o ajuste por gênero o valor mínimo sobe para 27,5 anos. Isto é decorrência de que entre as mulheres, por motivos biológicos e sociais, a esperança de vida é maior que entre os homens. De todo modo, a fórmula de construção do Indicador Longevidade (IL) é igual a:

$$IL = \frac{L^* - 25}{85 - 25}$$

Sendo L^* = esperança de vida da população de um dado país.

Apesar do cálculo deste Indicador ser bastante singelo, os dados sobre esperança de vida não são fáceis de serem acessados. Em primeiro lugar, há uma tradicional subnotificação dos casos de óbitos no Brasil fazendo com que os Registros Cíveis não sejam considerados fontes confiáveis para se obter estes dados de forma direta. Isto torna difícil o cálculo sobre a esperança de vida mesmo para a população no seu conjunto. Em

segundo lugar, como os cartórios não são obrigados a declarar a etnia dos falecidos nos atestados de óbito, simplesmente a variável cor fica ainda mais subnotificada nestes registros, tornando-se, assim, menos confiável - na verdade impossível - a obtenção da esperança de vida da população por etnia por via direta.

Nossa pesquisa logrou obter as informações referentes à esperança de vida desagregada por etnia a partir de um acordo de cooperação técnica feito entre a Coordenação do Projeto Atlas Afro-Brasileiro, ligado à FASE, com o IBGE⁷. Esta taxa foi calculada a partir da base de microdados da PNAD 1997, geradas por Luiz Marcelo Carvano e produzidas pelo demógrafo Juarez Castro Oliveira (IBGE). Os dados levantados sobre esperança de vida foram produzidos através de uma estimativa indireta baseada na taxa de mortalidade infantil das crianças de até 1 ano de idade. Esta técnica (Técnica de Sobrevivência dos Filhos- Variante Trussel) foi interpolada nas Tábuas Modelo de Mortalidade, Família Oeste, de Coale-Demeny.

Estes indicadores, apesar de terem sido gerados a partir de uma pesquisa feita em 1997, por definição, são referentes a um período anterior a este ano. No nosso caso, os dados mostraram-se consistentes para os anos que vão entre 1990-1995. Por outro lado, o tamanho da amostra da PNAD não permitiu a desagregação da esperança de vida por etnia no plano estadual, mas somente no plano regional. Também só foi possível chegarmos à desagregação

⁷ O IBGE colocou sua estrutura intelectual à nossa disposição ficando nossa pesquisa responsável, a partir de orientação dos demógrafos do Departamento de Pesquisas Sociais (DEPIS), pelo cruzamento e primeira tabulação dos dados. De todo modo, aproveitamos o espaço para agradecer ao Sr. Sérgio Bresserman, atual Presidente do IBGE, pelo encaminhamento positivo ao nosso pedido de que a instituição gerasse os dados sobre esperança de vida desagregados por etnia. O mesmo posso dizer dos pesquisadores desta instituição que nos auxiliaram diretamente neste processo: Juarez de Castro Oliveira e Lucila Beato.

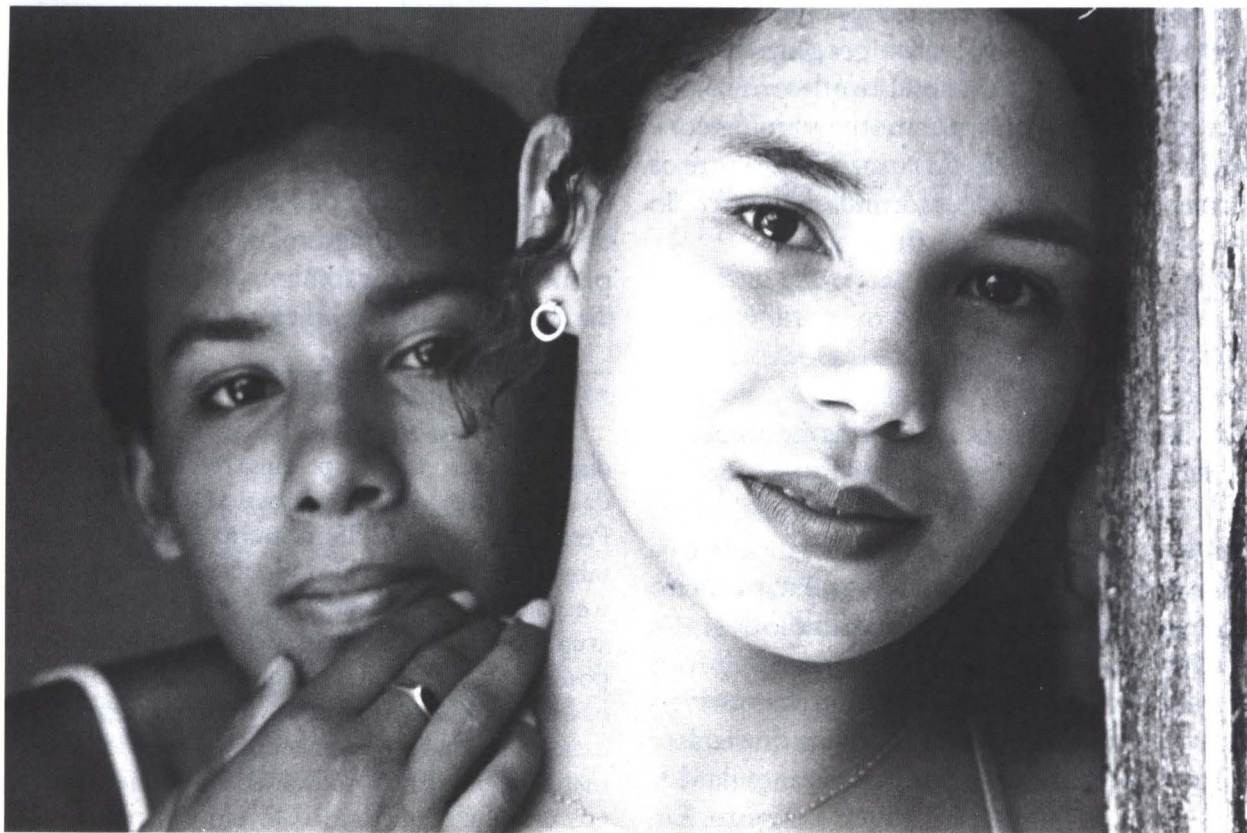
da esperança de vida por gênero no plano nacional, não incluindo, portanto, informações a este respeito nem no plano regional nem no plano estadual.

Sem embargo, ao longo do século XX as disparidades entre as etnias no Brasil também afetaram as suas respectivas taxas médias de sobrevivência. Segundo os cálculos de Wood e Carvalho (1994) a esperança de vida dos brancos no Brasil no período compreendido entre 1940 e 1950 era de 47,5 anos ao passo que a esperança de vida da população chamada de “não branca” era de apenas 40 anos, ou seja, havia uma diferença de 7,5 anos. No período compreendido entre 1970 e 1980 a esperança de vida de ambos os grupos subiu significativamente, mas as diferenças continuaram gritantes. Neste período a população branca tinha uma esperança de vida de 66,1 anos ao passo que a “não branca” tinha uma média de 59,4, ou seja, 6,7 anos. Isto é, durante o espaço de 30 anos houve uma redução de apenas 8 meses nesta disparidade.

Segundo o IBGE, a expectativa de vida da população brasileira como um todo no ano de 1998

chegava a 67 anos. Os dados levantados por nosso trabalho sobre a esperança de vida no Brasil desagregados por etnia (período 1990-1995) indicaram que a esperança de vida da população afrobrasileira continua 6 anos inferior a da população branca, respectivamente 64 anos e 70 anos. Ou seja, a população afrodescendente não atingiu o patamar de tempo médio de vida dos brancos de 15 anos atrás. Poderíamos especular que dado que em 40 anos estas diferenças nas esperanças de vida diminuíram somente 1,5 anos, em continuando esta média, deveríamos esperar mais 160 anos para que tais disparidades sejam dissipadas.

Quando desagregada por etnia e sexo verifica-se que a esperança de vida de um homem afro-brasileiro é de 62 anos e a da mulher é de 66 anos. No caso dos brancos, entre os homens esta probabilidade sobe para 69 anos e entre as mulheres para 71. Cabe alertar neste ponto que, apesar de biologicamente a mulher tender a uma esperança de vida maior que o homem, tal tendência não se verifica no plano das desigualdades raciais no Brasil onde a esperança de



vida das afro-brasileiras é 3 anos inferior a esperança de vida dos homens brancos.

As razões para estes diferenciais podem ser encontradas em três planos. Em primeiro lugar, a taxa de mortalidade infantil de crianças até um ano de idade – base para o cálculo feito sobre a esperança de vida por método indireto – da população afro-brasileira é bem maior que o da população branca. Assim, em todo o Brasil a taxa de mortalidade infantil (por mil crianças) das crianças negras é 82% maior do que a taxa de mortalidade infantil das crianças brancas (53 por mil versus 29 por mil).

Em segundo lugar, poderíamos listar o fator regional dado que no Nordeste a esperança de vida é bastante baixa tanto para afrodescendentes como para os brancos. Entretanto vale frizar que apesar desta diferença ser bastante marcante, ainda assim, em todas as cinco (5) regiões geográficas do Brasil os diferenciais de esperança de vida existem, sendo a região Norte o local onde esta distância é menor (69 anos contra 68) e na região Sudeste a maior (5 anos de diferença a favor da população branca). Cabe também lembrar que com exceção da população branca da região Nordeste, em todas as demais 4 regiões a esperança de vida da população branca é maior que a da população afrodescendente em todas as 5 regiões do Brasil. Em tempo, igualmente é digno de nota que a diferença entre a esperança de vida de um afrodescendente do Nordeste e uma pessoa branca do Sudeste chega a 12 anos.

Em terceiro lugar, para além do método de coleta dos dados, verificamos empírica e teoricamente que este diferencial das esperanças de vida é produto das condições distintas de vida destes dois grupos populacionais. O menor rendimento, a menor escolaridade, a maior insegurança social em geral e o acesso mais desfavorável aos serviços urbanos tende a se projetar na esperança de vida dos distintos grupos fazendo com que uns grupos possam gozar de uma vida mais prolongada que os demais. Por fim, devemos lembrar que de acordo com as bases de dados da PNAD 97, da população entre 60 a 64 anos no Brasil, somente 38,7% são

afrodescendentes; entre a população de 65 a 69 anos, os afrodescendentes totalizam 38,2%; entre 70 e 74 anos 37%; entre 75 e 79 anos 38,5% e com mais de 80 anos 39%. Em tempo, a população afrodescendente no Brasil oficialmente totaliza cerca de 45% da população. Ou seja, os afrodescendentes estão sub-representados nestas faixas etárias mais elevadas o que condiz com o que vimos parágrafos acima. Enfim, tais fatos demonstram cabalmente que o fator étnico acaba servindo como um determinante do tempo médio de vida de um indivíduo e que o combate ao preconceito racial em todos os seus níveis é uma das vias mais eficazes, senão única, para a sua superação.

Do ponto de vista da construção do Indicador Longevidade desagregado por etnia, como vimos, este Índice teve de ser produzido de forma conjunta para cada uma das cinco regiões do Brasil, sendo impossível fazê-lo para cada Estado em separado. Como, enfim, a maior dificuldade com este Indicador dizia respeito a produção do dado sobre a esperança de vida, a partir da sua produção não houve mais problemas para a construção do Índice. Assim, a partir da fórmula do Indicador de Longevidade, este Índice para a população branca ficou em 0,75 e para a população afrodescendente em 0,65.

3.3. Indicador Educacional

A construção do Indicador Educacional se decompõe em dois outros Indicadores. O primeiro é o Índice Alfabetização (IA), referente à taxa de analfabetismo da população acima de 15 anos. O Indicador de Alfabetização no processo de formação do Indicador Educacional tem peso dois (2). O segundo Índice que compõe o Indicador Educacional (IE), é o Índice de Escolaridade. Este item é formado pela razão entre a população que está frequentando o primeiro, segundo e terceiro graus e a população total de um país na faixa etária entre 7 e 22 anos. Este último Índice tem somente peso um (1).

Como vimos, portanto, o Índice Educacional é o único componente dos três Indicadores que perfazem o IDH que também é um indicador sintético posto que agrupa duas variáveis distintas.

Deste modo, a fórmula para a construção do Indicador Educacional (IE_d) é a que segue:

$$IE_d^* = \frac{(2 \times IA + 1 \times IE)}{3}$$

Sendo IE_d* = Índice de Escolaridade de um dado país

Outra particularidade deste Indicador é que ao contrário dos demais Índices, ele é facilmente obtido através das estatísticas oficiais brasileiras como a PNAD ou o Censo Demográfico não demandando adaptações e outras projeções difíceis de serem levadas à termo como o cálculo da Esperança de Vida.

Finalmente cabe observar que o Indicador de Alfabetização da população branca neste ano era 12,4 pontos percentuais superior ao da população afrodescendente. Isto implica que a taxa de analfabetismo do primeiro grupo era igual a 8,4% e do segundo 20,8%. O mesmo se verifica em relação ao Indicador Escolaridade sendo a média da população branca 84,7% e a média da população negra 77,7%. Dado o valor destes Indicadores verificamos que os Indicadores Educacionais da população brasileira afrodescendente e branca são iguais a, respectivamente, 0,787 e 0,893.

4. IDHs Desagregados Por Etnia no Brasil: Uma Visão Geral

Uma vez tendo sido feitos os cálculos dos Indicadores de Rendimento, Longevidade e Educacional o cálculo do IDH fica bastante trivial sendo uma média simples daqueles três Índices.

$$IDH^* = \frac{IR^* + IL^* + IE_d}{3}$$

Sendo que:

IDH* = Indicador de Desenvolvimento Humano de um país

IR* = Indicador de Rendimento de um país

IL* = Indicador de Longevidade de um país

IE_d* = Indicador Educacional de um país

Este Indicador sintético reflete um país de Médio Desenvolvimento Humano. O Brasil está, enfim, na 74ª posição na tabela de classificação do IDH entre as 174 nações do Planeta feita pelo PNUD.

O Indicador de Desenvolvimento Humano da população afrodescendente brasileira para o ano de 1998 era igual a:

IR Brasil Afro = 0,602

IL Brasil Afro = 0,650

IE_d Brasil Afro = 0,787

Logo, seguindo a fórmula IDH

$$IDH \text{ Afro} = \frac{0,602 + 0,650 + 0,787}{3} = 0,680$$

Isto implica que a população afrodescendente brasileira também possui um IDH Médio-Baixo. A classificação da população negra do Brasil, na tabela de classificação do IDH entre as 174 nações do Planeta feita pelo PNUD, seria um modesto 108º lugar, empatado como o Vietnã, logo abaixo da Argélia e logo acima da Indonésia. Também por estes cálculos, a população afrodescendente ficaria uma posição 34 postos abaixo do Brasil. Comparado a África do Sul - país emblemático dado seu regime político segregacionista contra os negros vigente até pouco tempo - a população afrodescendente brasileira ficaria cinco postos abaixo em termos da tabela de classificação do IDH.

No caso da população branca no Brasil, seu IDH no ano de 1998 era igual a:

IR Brasil Branca = 0,746

IL Brasil Branca = 0,750

IE_d Brasil Branca = 0,893

Logo, seguindo a fórmula IDH

$$IDH \text{ Branco} = \frac{0,746 + 0,750 + 0,893}{3} = 0,796$$

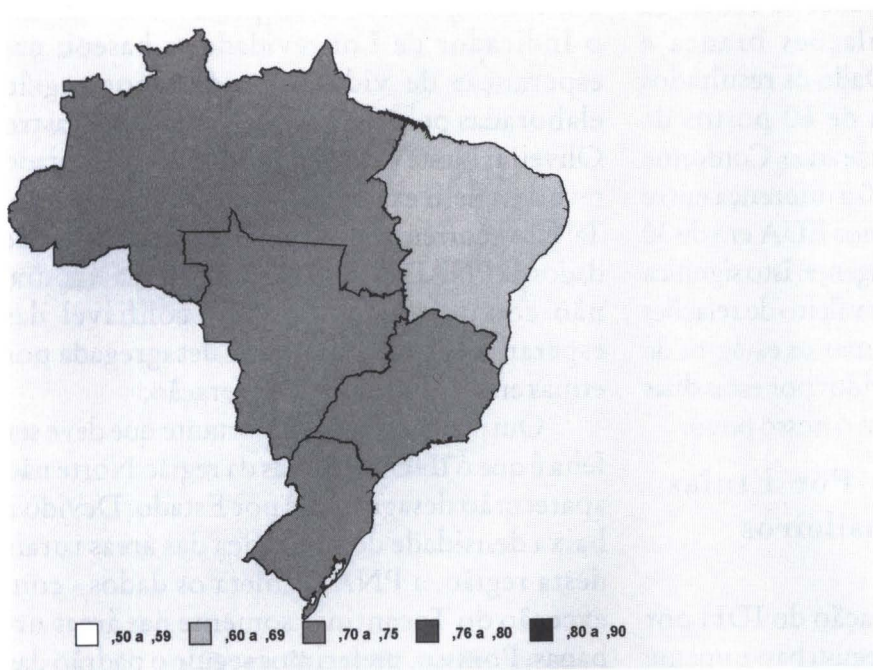
Isto implica que a população branca do Brasil igualmente possui um IDH Médio. Entretanto é

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO POPULAÇÃO BRANCA GRANDES REGIÕES 1998

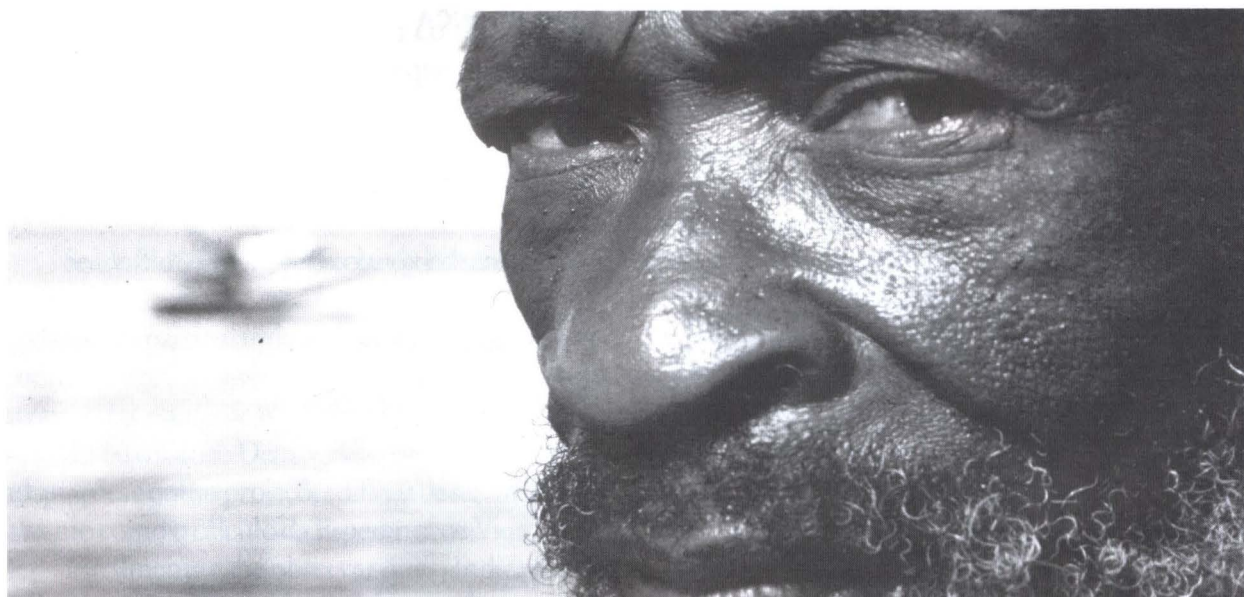


REGIAO	IDH
NORTE	0,782
NORDESTE	0,711
SUDESTE	0,820
SUL	0,804
CENTRO-OESTE	0,814

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO POPULAÇÃO AFRODESCENDENTE GRANDES REGIÕES 1998



REGIAO	IDH
NORTE	0,727
NORDESTE	0,615
SUDESTE	0,727
SUL	0,718
CENTRO-OESTE	0,735



forçoso reconhecer que por muito pouco o IDH deste contingente não atingiu o patamar de um IDH elevado (0,800). Tal resultado faz com que a população branca no Brasil ocupe o 48º lugar na tabela de classificação do IDH dos países feito pelo PNUD, abaixo da Costa Rica e acima da Croácia. Comparado ao Brasil, o IDH da população branca fica situado 26 postos acima na tabela do IDH. Comparado a África do Sul o IDH dos brancos brasileiros seria superior em 55 postos.

Por fim, cabe apontar as diferenças existentes entre os postos ocupados na Tabela do IDH mundial pelas populações branca e afrodescendente do Brasil. Dado os resultados alcançados, este hiato seria de 60 postos de diferença a favor do contingente branco. Conforme vimos, no começo dos anos 90 a diferença entre os IDHs de negros e brancos nos EUA era de 30 postos a favor do último contingente. Isto significa que o tão decantado modelo brasileiro de relações raciais não serviu para aproximar os estágios de desenvolvimento humano vividos por estas duas principais etnias que compõem o nosso povo.

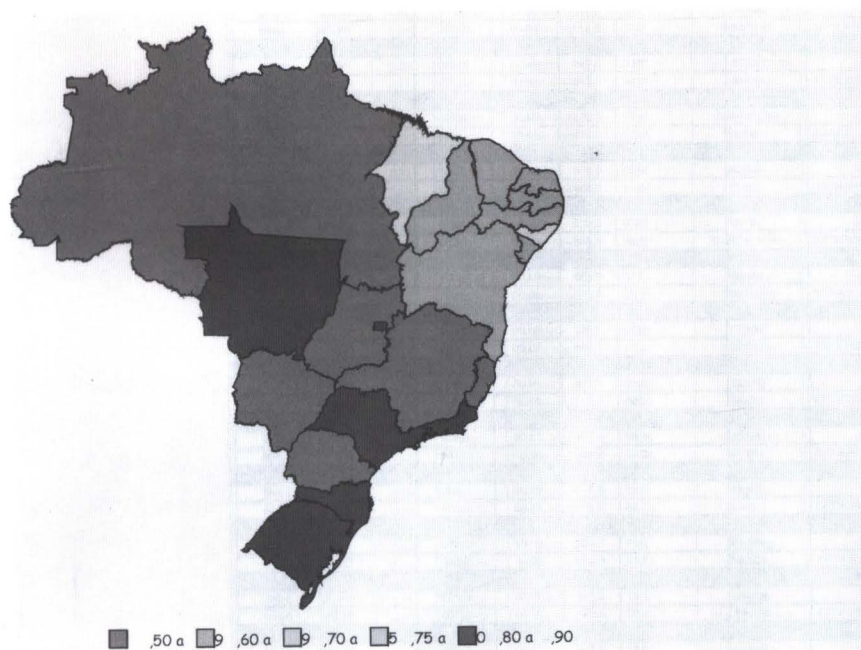
5. IDH Desagregado Por Etnias nos Estados Brasileiros

O processo de desagregação do IDH por etnias nos Estados brasileiros seguiu basi-camente

a mesma metodologia de construção do IDH por etnia para o Brasil como um todo. No processo de construção do Indicador Rendimento, tal como na proposta metodológica da Fundação João Pinheiro, o PIB *per capita* estadual foi substituído pela renda média familiar *per capita*. Daí repetimos todos os procedimentos de construção já observados para a construção deste Índice. O Indicador Educacional foi gerado a partir da base de dados da PNAD 98, igualmente de acordo com a metodologia desenvolvida pelo PNUD. Por fim, o Indicador de Longevidade se baseou nas esperanças de vida por etnias por região elaboradas pelo demógrafo Juarez de Castro Oliveira. Neste caso o indicador de cada Estado teve de refletir exatamente a média de sua região. Tal fato ocorreu porque, infelizmente, a base de dados da PNAD, dado o tamanho de sua amostra, não comportou um cálculo confiável das esperanças de vida ao nascer desagregada por etnias em cada Estado da Federação.

Outra observação importante que deve ser feita é que o IDH das etnias da região Norte não aparecerão desagregadas por Estado. Devido a baixa densidade demográfica das áreas rurais desta região, a PNAD coleta os dados - com exceção do Tocantins - somente nas áreas urbanas. Por isso, preferimos seguir o padrão das

**ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO
POPULAÇÃO BRANCA 1998**



UF	IDH
DISTRITO FEDERAL	0,872
RIO DE JANEIRO	0,833
SÃO PAULO	0,824
MATO GROSSO	0,811
RIO GRANDE SUL	0,808
SANTA CATARINA	0,805
PARANÁ	0,797
MINAS GERAIS	0,796
MATO GROSSO SUL	0,793
GOIÁS	0,792
ESPIRITO SANTO	0,789
NORTE	0,782
SERGIPE	0,744
BAHIA	0,719
RIO GRANDE NORTE	0,716
PIAUÍ	0,713
PERNAMBUCO	0,713
CEARÁ	0,708
PARAÍBA	0,708
MARANHÃO	0,697
ALAGOAS	0,688

**ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO POPULAÇÃO
AFRODESCENDENTE 1998**



UF	IDH
DISTRITO FEDERAL	0,784
SÃO PAULO	0,743
RIO DE JANEIRO	0,737
MATO GROSSO	0,734
NORTE	0,727
RIO GRANDE SUL	0,726
SANTA CATARINA	0,722
MATO GROSSO SUL	0,719
GOIÁS	0,718
ESPIRITO SANTO	0,716
PARANÁ	0,711
MINAS GERAIS	0,700
SERGIPE	0,639
BAHIA	0,629
PERNAMBUCO	0,619
PARAÍBA	0,618
RIO GRANDE NORTE	0,615
CEARÁ	0,611
MARANHÃO	0,593
PIAUÍ	0,590
ALAGOAS	0,584

Indicador de Desenvolvimento Humano do Brasil (IDH) Desagregado por Etnias (Branca e Afrodescendente) por Estados e Regiões

		Renda Média Familiar \$	Renda Média Fam. Sal. Mínimos*	Indicador Rend.	Esperança de Vida**	Indicador Longevidade	Taxa de Alfabetização***	Indicador Alfabetização
NORTE(****)	BRANCA	318,44	2,45	0,706	69,00	0,730	91,9%	0,919
	AFRODESCENDENTES	183,13	1,41	0,613	68,00	0,720	85,5%	0,855
	Total	222,66	1,71	0,646			87,4%	0,874
NORDESTE	BRANCA	272,26	2,09	0,680	64,00	0,650	79,7%	0,797
	AFRODESCENDENTES	122,63	0,94	0,546	60,00	0,580	69,3%	0,693
	Total	169,27	1,29	0,599			72,5%	0,725
MA	BRANCA	230,39	1,77	0,652	64,00	0,650	79,4%	0,794
	AFRODESCENDENTES	93,47	0,72	0,501	60,00	0,580	67,5%	0,675
	Total	126,31	0,97	0,551			70,4%	0,704
PI	BRANCA	263,76	2,03	0,674	64,00	0,650	77,2%	0,772
	AFRODESCENDENTES	96,77	0,74	0,507	60,00	0,580	62,7%	0,627
	Total	132,35	1,02	0,559			65,8%	0,658
CE	BRANCA	260,47	2,00	0,672	64,00	0,650	78,8%	0,788
	AFRODESCENDENTES	123,75	0,95	0,548	60,00	0,580	66,7%	0,667
	Total	165,16	1,27	0,596			70,4%	0,704
RN	BRANCA	283,30	2,18	0,686	64,00	0,650	81,5%	0,815
	AFRODESCENDENTES	132,68	1,02	0,560	60,00	0,580	68,7%	0,687
	Total	189,46	1,40	0,619			73,4%	0,734
PB	BRANCA	289,72	2,23	0,690	64,00	0,650	76,7%	0,767
	AFRODESCENDENTES	137,75	1,06	0,566	60,00	0,580	67,5%	0,675
	Total	202,06	1,55	0,630			71,3%	0,713
PE	BRANCA	271,29	2,09	0,679	64,00	0,650	81,6%	0,816
	AFRODESCENDENTES	123,16	0,95	0,547	60,00	0,580	71,4%	0,714
	Total	184,18	1,42	0,614			75,6%	0,756
AL	BRANCA	252,01	1,94	0,667	64,00	0,650	73,9%	0,739
	AFRODESCENDENTES	119,70	0,92	0,542	60,00	0,580	60,0%	0,600
	Total	199,79	1,31	0,601			62,7%	0,627
SE	BRANCA	339,30	2,61	0,717	64,00	0,650	84,8%	0,848
	AFRODESCENDENTES	141,42	1,09	0,570	60,00	0,580	73,5%	0,735
	Total	183,28	1,41	0,614			78,0%	0,780
BA	BRANCA	286,76	2,21	0,688	64,00	0,650	81,3%	0,813
	AFRODESCENDENTES	132,47	1,02	0,559	60,00	0,580	73,2%	0,732
	Total	169,30	1,30	0,600			75,1%	0,751
SUDESTE	BRANCA	463,60	3,57	0,769	72,00	0,780	94,1%	0,941
	AFRODESCENDENTES	212,46	1,63	0,638	67,00	0,700	87,5%	0,875
	Total	381,81	2,94	0,736			91,9%	0,919
MG	BRANCA	340,14	2,62	0,717	72,00	0,780	91,4%	0,914
	AFRODESCENDENTES	159,88	1,23	0,591	67,00	0,700	82,8%	0,828
	Total	255,79	1,97	0,669			87,4%	0,874
ES	BRANCA	329,17	2,53	0,712	72,00	0,780	91,0%	0,910
	AFRODESCENDENTES	210,53	1,62	0,637	67,00	0,700	85,3%	0,853
	Total	265,21	2,04	0,675			88,0%	0,880
RJ	BRANCA	539,75	4,15	0,794	72,00	0,780	96,0%	0,960
	AFRODESCENDENTES	233,31	1,79	0,654	67,00	0,700	91,0%	0,910
	Total	423,63	3,26	0,754			94,1%	0,941
SP	BRANCA	464,96	3,73	0,776	72,00	0,780	94,5%	0,945
	AFRODESCENDENTES	246,03	1,89	0,663	67,00	0,700	89,9%	0,899
	Total	432,45	3,33	0,757			93,4%	0,934
SUL	BRANCA	359,67	2,77	0,726	72	0,780	93,2%	0,932
	AFRODESCENDENTES	182,98	1,41	0,613	68	0,720	85,1%	0,851
	Total	332,07	2,55	0,713			91,9%	0,919
PR	BRANCA	332,29	2,56	0,713	72,00	0,780	91,4%	0,914
	AFRODESCENDENTES	171,34	1,32	0,602	68,00	0,720	83,1%	0,831
	Total	297,99	2,29	0,695			89,6%	0,896
SC	BRANCA	344,80	2,65	0,719	72,00	0,780	94,4%	0,944
	AFRODESCENDENTES	197,81	1,52	0,626	68,00	0,720	85,0%	0,850
	Total	332,80	2,56	0,713			93,6%	0,936
RS	BRANCA	368,18	2,99	0,739	72,00	0,780	94,0%	0,940
	AFRODESCENDENTES	195,64	1,50	0,624	68,00	0,720	88,0%	0,880
	Total	361,63	2,78	0,727			93,2%	0,932
C. OESTE	BRANCA	437,60	3,37	0,759	72,00	0,780	92,3%	0,923
	AFRODESCENDENTES	227,28	1,75	0,650	68,00	0,720	85,9%	0,859
	Total	328,56	2,53	0,711			89,9%	0,899
MS	BRANCA	331,00	2,55	0,712	72,00	0,780	91,4%	0,914
	AFRODESCENDENTES	182,15	1,40	0,613	68,00	0,720	85,4%	0,854
	Total	266,17	2,05	0,676			88,2%	0,882
MT	BRANCA	370,62	2,85	0,731	72,00	0,780	93,8%	0,938
	AFRODESCENDENTES	218,46	1,68	0,643	68,00	0,720	85,6%	0,856
	Total	279,71	2,15	0,684			88,8%	0,888
GO	BRANCA	339,64	2,61	0,717	72,00	0,780	90,4%	0,904
	AFRODESCENDENTES	187,93	1,45	0,618	68,00	0,720	83,7%	0,837
	Total	261,50	2,01	0,673			87,0%	0,870

(*) Fonte: base de dados da PNAD 98. Renda média familiar per capita é igual a renda média per capita das famílias dividido pelo número de famílias. Programação feita por Luiz Marcelo Foca Carvano

(**) Fonte: estimativas geradas a partir da base de dados da PNAD 97. Programação feita por Luiz Marcelo Foca Carvano. Dados estimados por Juarez de Castro Oliveira (DEPIS/IBGE). Estimativas feitas de forma indireta a partir da taxa de mortalidade infantil de crianças de até um ano de idade. Técnica de sobrevivência dos filhos - Variante Trussel, interpoladas nas Tábuas Modelos de Mortalidade, Família Oeste, de Coale-Demeny

Taxa de Escolar****	Indicador Educacional	Indicador Educação	Valor IDH	IDH	Ranking Mundo****	País Referência	Ranking Posição Brasil	Ranking - Posição África do Sul
88,8%	0,888	0,909	0,782	Quase-Alto	57	Cuba	17	46
83,4%	0,834	0,848	0,727	Médio-Alto	89	Santa Lúcia	-15	14
84,6%	0,846	0,865						
81,5%	0,815	0,803	0,711	Médio	95	Samoa Ocidental	-21	8
76,7%	0,767	0,718	0,615	Médio-Baixo	121	Guatemala	-47	-18
78,0%	0,780	0,744						
78,0%	0,780	0,789	0,697	Médio-Baixo	103	África do Sul	-29	0
74,3%	0,743	0,698	0,593	Quase-Baixo	122	Bostuana	-48	-19
75,1%	0,751	0,719						
89,8%	0,898	0,814	0,713	Médio	94	Albânia	-20	9
80,0%	0,800	0,684	0,590	Quase-Baixo	124	Gabão	-50	-21
81,6%	0,816	0,711						
83,3%	0,833	0,803	0,708	Médio	98	Irã	-24	5
78,2%	0,782	0,705	0,611	Médio-Baixo	122	Ilhas Salomão	-48	-19
79,6%	0,796	0,735						
80,7%	0,807	0,812	0,716	Médio	94	Armênia	-20	9
73,9%	0,739	0,705	0,615	Médio-Baixo	121	Guatemala	-47	-18
76,1%	0,761	0,743						
81,7%	0,817	0,783	0,708	Médio	98	Irã	-24	5
77,1%	0,771	0,707	0,618	Médio-Baixo	121	Guatemala	-47	-18
78,9%	0,789	0,739						
79,5%	0,795	0,809	0,713	Médio	94	Albânia	-20	9
76,1%	0,761	0,730	0,619	Médio-Baixo	120	Egito	-46	-17
77,4%	0,774	0,762						
76,6%	0,766	0,748	0,688	Médio-Baixo	105	Cabo Verde	-31	-2
66,9%	0,669	0,629	0,584	Quase-Baixo	126	Myanma	-52	-23
71,5%	0,715	0,790						
90,4%	0,904	0,867	0,744	Médio	77	Filipinas	-3	26
83,1%	0,831	0,767	0,639	Médio-Baixo	115	Bolívia	-41	-12
84,6%	0,846	0,789						
83,1%	0,831	0,819	0,719	Médio	94	Armênia	-20	9
77,5%	0,775	0,747	0,629	Médio-Baixo	117	Nicarágua	-43	-14
78,8%	0,788	0,763						
85,1%	0,851	0,911	0,820	Alto	41	Bahrein	33	62
77,5%	0,775	0,842	0,727	Médio	87	Rep Dominicana	-13	16
82,3%	0,823	0,867						
84,8%	0,848	0,892	0,796	Quase-Alto	49	Costa Rica	25	54
76,9%	0,769	0,809	0,700	Médio	102	Moldávia	-28	1
80,7%	0,807	0,852						
81,0%	0,810	0,877	0,789	Quase-Alto	52	Lituânia	22	51
72,9%	0,729	0,812	0,716	Médio	94	Armênia	-20	9
76,3%	0,763	0,841						
85,3%	0,853	0,924	0,833	Alto	37	Antígua	37	66
75,4%	0,754	0,858	0,737	Médio	80	Peru	-6	23
81,0%	0,810	0,897						
85,4%	0,854	0,914	0,824	Alto	41	Eslováquia	33	62
80,0%	0,800	0,866	0,743	Médio	79	Ucrânia	-5	24
84,0%	0,840	0,903						
85,3%	0,853	0,906	0,804	Alto	46	Emirados Árabes	28	57
75,8%	0,758	0,820	0,718	Médio	94	Armênia	-20	9
83,5%	0,835	0,891						
86,6%	0,866	0,896	0,797	Quase-Alto	48	Costa Rica	26	55
77,0%	0,770	0,811	0,711	Médio	95	Samoa Ocidental	-21	8
84,2%	0,842	0,878						
85,6%	0,856	0,915	0,805	Alto	46	Emirados Árabes	28	57
75,6%	0,756	0,819	0,722	Médio	90	Azerbaijão	-16	13
84,7%	0,847	0,906						
83,9%	0,839	0,906	0,808	Alto	46	Emirados Árabes	28	57
74,1%	0,741	0,834	0,726	Médio	89	Santa Lúcia	-15	14
82,3%	0,823	0,895						
85,8%	0,858	0,901	0,814	Alto	44	Polónia	30	59
79,1%	0,791	0,837	0,735	Médio	82	Libano	-8	21
82,0%	0,820	0,866						
83,5%	0,835	0,888	0,793	Quase-Alto	50	Trinidad & Tobago	24	53
76,9%	0,769	0,825	0,719	Médio	94	Armênia	-20	9
79,9%	0,799	0,854						
89,1%	0,891	0,922	0,811	Alto	45	Polónia	29	58
80,0%	0,800	0,836	0,734	Médio	83	Jamaica	-9	20
83,2%	0,832	0,866						
82,8%	0,828	0,879	0,792	Quase-Alto	52	Lituânia	22	51
77,3%	0,773	0,816	0,718	Médio	94	Armênia	-20	9
79,8%	0,798	0,846						

(***) Fonte: base de dados da PNAD 98. Taxa de analfabetismo da população com quinze anos ou mais. Programação feita por Luiz Marcelo Foca Carvano

(****) Fonte: base de dados da PNAD 98. Taxa de escolaridade combinada é gerada pela razão da população frequentando os três principais níveis de ensino e a população total em idade escolar (entre 7 e 22 anos). Programação feita por Luiz Marcelo Foca Carvano

(*****) Fonte: PNUD, 2000. O Brasil ocupa a 74ª posição

(*****) Nos Estados de PA, AM, RO, AC, RR e AC os dados cobrem apenas as regiões urbanas

publicações do IBGE e divulgar os dados referentes a estes Estados já aglutinados dentro da sua região geográfica.

Em nosso estudo verificamos que não existem Estados da Federação em que o IDH da população afrodescendente ou branca seja baixo. Pelo contrário, a grande maioria dos Estados situa-se em uma situação de médio desenvolvimento humano. Entretanto, o fato da esmagadora maioria dos Estados, quando feita a desagregação por etnias, ter ficado com um IDH médio não deve esconder o fato da existência de evidentes desigualdades entre estes dois contingentes dentro desta faixa. Por este motivo tomamos a liberdade de reagrupar os Estados de IDH médio em quatro (4) blocos. Desta forma, classificamos os IDHs dos Estados por etnia seguindo a tipologia abaixo:

1. População com IDH acima de 0,800: Desenvolvimento Humano Alto
2. População com IDH entre 0,750 e 0,799: Desenvolvimento Humano Quase-Alto
3. População com IDH entre 0,700 e 0,749: Desenvolvimento Humano Médio
4. População com IDH entre 0,600 e 0,699: Desenvolvimento Humano Médio-Baixo
5. População com IDH entre 0,500 e 0,599: Desenvolvimento Humano Quase-Baixo

Por este critério verificamos que em seis (6) Estados da Federação (RJ, SP, DF, RS, SC e MT) o contingente branco goza de uma situação de elevado desenvolvimento humano. Em outras doze (12) Unidades (MG, MS, PR, ES, GO e Região Norte) a situação desta etnia é de um IDH quase-alto. Isto quer dizer que a população branca destes Estados já estava quase alcançando um estágio de IDH elevado. A população branca fica em uma situação de IDH médio em sete (7) Estados da Federação (SE, RN, BA, CE, PI, PB e PE). Em dois (2) Estados o contingente branco fica em uma situação de IDH médio-baixo (AL e MA). Não existe Estado em que o contingente branco fique no escalão do IDH quase-baixo.

No caso da população afrodescendente verificou-se o seguinte quadro: não existe Estado em que esta população tenha um IDH elevado. Em uma unidade (DF) os afrodescendentes aparecem com um IDH quase-alto. Em dezessete (17) Unidades (SP, RJ, MG, ES, RS, SC, MT, MS, GO e Região Norte) os afrodescendentes têm um IDH médio. Vale frizar que para os brancos esta última classificação é encontrada apenas no Nordeste. O contingente afrodescendente tem um IDH médio-baixo em seis (6) Estados (SE, BA, PE, PB, RN e CE) e em três (3) Estados (MA, PI e AL) o IDH afrodescendente é quase-baixo. Os afrodescendentes de Alagoas são os últimos da tabela nacional de classificação do IDH (IDH = 0,584) e ficariam situados na 126ª posição do quadro internacional do PNUD abaixo do Iraque e pouco acima de Myanma.

Naturalmente estas desigualdades poderiam ser lidas sob um aspecto regional. De fato, verifica-se que o Nordeste tende a concentrar os contingentes étnicos com IDH mais baixo. Deste modo, da população branca cujos Estados não têm um IDH alto ou quase-alto todos ficam localizados nesta região. Este comportamento também se manifesta parcialmente para o contingente afrodescendente visto que os últimos lugares na tabela de classificação também são ocupados justamente por afrodescendentes de Estados nordestinos.

Apesar destas evidências nosso estudo nos leva a crer que o fator regional não é preponderante sobre o fator étnico na construção desta desigualdade. Assim, por exemplo, não existe Estado brasileiro em que os afrodescendentes tenham um IDH maior que o dos brancos. E isto se repete dentro de cada um dos Índices que compõem o IDH. No mesmo sentido, verificamos que as regiões onde as desigualdades em termos do IDH são maiores - medido em termos da classificação na tabela internacional do Índice do PNUD - são justamente nas regiões Sul (48 postos de diferença a favor dos brancos) e Sudeste (46 postos de diferença a favor dos brancos).

6. Conclusões Gerais do Trabalho

Nosso estudo buscou aprofundar uma questão de suma importância em termos do aprofundamento da metodologia do IDH que reside na sua desagregação para os grupos étnicos. Neste sentido, acreditamos que o presente esforço logrou produzir resultados pertinentes tanto em termos metodológicos quanto em termos das análises que dele se derivam.

O processo de desagregação do IDH por etnia demonstrou ser um bom instrumento de compreensão do processo de desigualdades raciais no Brasil. Além deste indicador sintético ter reforçado as inúmeras evidências empíricas e teóricas quanto à vulnerabilidade da população afrodescendente em nosso país, o IDH por ser um Índice de reconhecimento internacional pode servir como um fator a mais para o estímulo à construção de políticas públicas voltadas para a promoção da cidadania e dos direitos econômicos e sociais para a população descendente dos antigos escravos no Brasil.

No caso da desagregação por Estados vimos que as diferenças entre o IDH dos afrodescendentes e dos brancos não pode ser creditada fundamentalmente a fatores regionais, posto que estas desigualdades perduram sendo, inclusive, mais elevadas mesmo nas unidades da Federação mais desenvolvidas.

Em suma, os dados apresentados neste estudo apenas comprovam a hipótese de que o problema do racismo e do preconceito racial, ao contrário do que diz o discurso oficial, existem em nosso país produzindo um perverso processo de desigualdade social. A superação deste quadro de coisas, portanto, se coloca como um desafio para todos os brasileiros/as, independentemente de suas respectivas etnias. De nossa competência e vontade política de cumprir esta tarefa depende o próprio futuro de uma nação chamada Brasil.

Bibliografia

- Akder, A, Halis (1994): A Means to Closing Gaps: Disaggregated Human Development Index. Ocasional Paper nº18. (coletado no *sitedo* UNDP/PNUD - <http://www.undp.org/hdro> - em 4/2/2000) (9 p.).
- Hoffmann, Rodolfo (1998): Distribuição de Renda: medidas de desigualdade e pobreza. São Paulo, Edusp.
- Miquel, Cesar (1997): O Índice de Desenvolvimento Humano: uma proposta conceitual. Proposta, nº 73, junho/agosto 97. Rio de Janeiro, FASE (p.p. 10-19)
- Nogueira, Oracy (1998): Preconceito de Marca: as relações raciais em Itapetininga. São Paulo, Edusp.
- Pinto, Regina (1996): Os Problemas Subjacentes ao Processo de Classificação de Cor da População no Brasil. Rio de Janeiro, Mimeo (Trabalho apresentado no Encontro de Usuários de Informações Econômicas, Sociais e Territoriais entre 27 e 31 de Maio de 1996)
- PNUD (1999): Relatório do Desenvolvimento Humano. Lisboa, Trinova Editora
- ——— (1997): Relatório do Desenvolvimento Humano. Lisboa, Trinova Editora
- ——— (1994): Informe Sobre Desarrollo Humano. México, Fondo de Cultura Económica
- ——— (1993): Informe Sobre Desarrollo Humano. Madrid, CIDEAL.
- PNUD Brasil (1996): Relatório Sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil. Brasília, DF, PNUD / Rio de Janeiro, IPEA
- PNUD Brasil, IPEA, Fundação João Pinheiro, IBGE (1998): Desenvolvimento Humano e Condições de Vida: indicadores brasileiros. Brasília (Coleção Desenvolvimento Humano)
- ——— (1998): Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (cd-room encartado em PNUD *et al*, op cit)
- Sant'Anna, Wânia e Paixão, Marcelo (1997): Desenvolvimento Humano e População Afrodescendente no Brasil: uma questão de raça. Proposta, nº 73, junho/agosto 97. Rio de Janeiro, FASE (p.p. 38-41)
- Wood, Charles e Carvalho, José A (1994): A Demografia das Desigualdades no Brasil. Rio de Janeiro, IPEA (série PNPE, 27)

Novo site da FASE venha visitar e conhecer



- Página Principal
- Quem Somos
- Palavra da Fase
- Fale Conosco
- Círculo de Amigos
- Redes/Articulações
- Parceiros
- Regionais
- Intrafase
- Publicações
- SAAP



Pasta Social

Produção pela



RIO • Cidadania na Baixada
Acesso Rápido

Quarta-Feira, 1 de Novembro de 2000

Muito além das eleições
É preciso uma plataforma feminista que dê subsídios, tanto para quem se candidata, como para quem vota, sejam mulheres ou homens, com o objetivo de influenciar na construção de uma sociedade mais justa...
[Leia mais](#)

Desigualdades de Gênero
Edição especial da revista **Proposta**, cinco anos após a IV Conferência Mundial da Mulher, em Beijing.



Agenda

» O Programa de Articulação e Diálogo entre as agências ecumênicas e entidades parceiras no Brasil - PAD - promove, em Brasília, nos dias 06 a 10 de novembro, seu Seminário Internacional

Área do Livro Comércio das Américas



Fórum Continental
27 a 29 de novembro
São Paulo

Nas ruas, a Campanha da Cidadania para as Eleições Municipais
[Leia a Plataforma](#)



No Fórum da Fase:
Debate sobre a economia solidária.
Com Paul Singer

Desigualdade, uma questão de raça? Com Marcelo Paixão [Participe!](#)

Conheça também o Acervo da Fase

» Livre Comércio e preservação do meio ambiente: uma parceria insustentável. De Sergio Schlesinger [\[Para ler, clique aqui\]](#)

» "Construindo nosso conhecimento sobre as finanças municipais". Veja o Relatório do III Encontro de Conselheiros Municipais de Políticas Públicas de Santa Luzia - BA. [\[Para ler, clique aqui\]](#)

Informação alternativa para mudar

Cooperativas: uma alternativa de organização popular
Daniel Reoh



R\$ 20,00

Campanhas

» Por um Brasil livre de transgênicos;

» Campanha pela demarcação das terras indígenas...; participe das campanhas apoiadas pela FASE. Ajude a mudar o Brasil e o mundo [Leia mais](#)

Fique por dentro

» Espírito Santo tem Fórum e Campanha Contra o Trabalho Infantil.



» Entidades Associativistas de Coaraci/BA divulgam "Nota de Denúncia e Esclarecimento"

Pesquisa no Site Fase

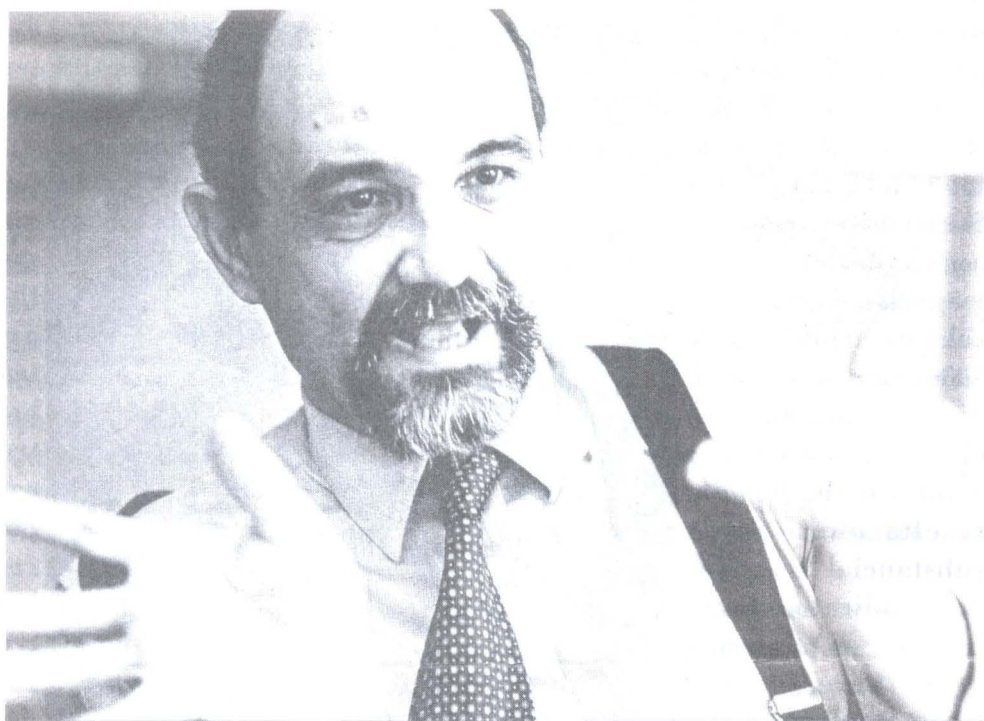
Números atrasados, catálogo de publicações, fóruns de debates, agenda, notícias, parceiros, articulações, campanhas nacionais e internacionais ...

Quem quer mudar e precisa de informação tem encontro marcado em

www.fase.org.br

52

Proposta Nº 86 Setembro/Novembro de 2000



Gilberto Dupas*

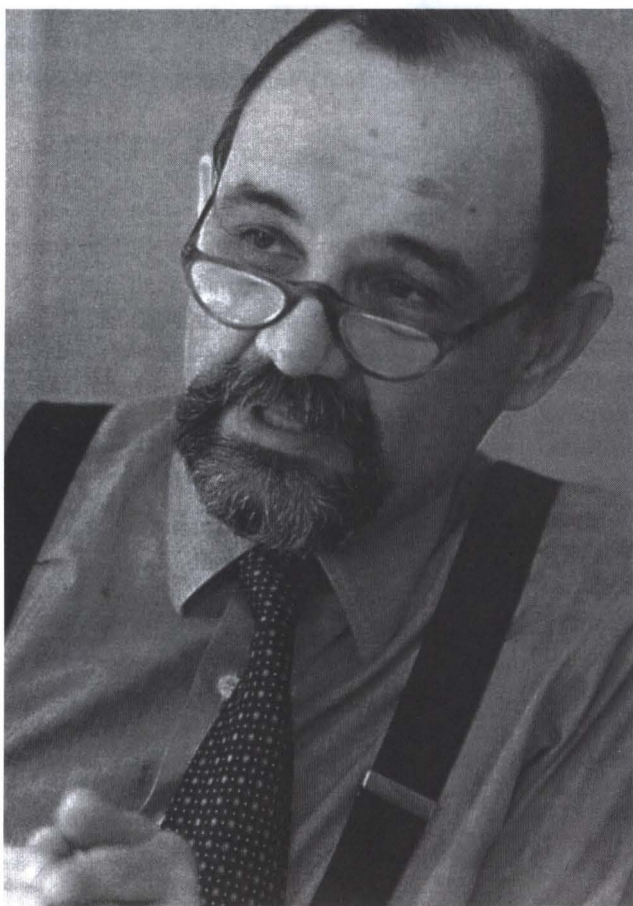
*Gilberto Dupas é coordenador da Área de Assuntos Internacionais do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo e membro de seu Conselho Deliberativo. É autor de vários livros, entre os quais *Economia Global e Exclusão Social* e *Ética e Poder na Sociedade da Informação* da Editora Paz e Terra.

Proposta - Qual o peso analítico do binômio globalização/fragmentação para compreendermos as transformações atuais do capitalismo?

As origens da sociedade da informação remontam ao final da década de 1960. É a partir desse momento que tecnologias revolucionárias resultaram na possibilidade de fragmentação das cadeias de produção, o que permitiu um novo desenho e distribuição espacial dos processos produtivos. Como consequência, surge uma forte alteração na correlação de forças entre as classes sociais que culmina, na década de 1980, com a instauração de uma nova situação estrutural nas relações capital-trabalho. Ela resulta numa perda substancial do poder dos sindicatos, tanto pelo fato de tais tecnologias serem fortemente poupadoras de mão-de-obra, como por permitirem uma maior flexibilização e uma reorganização do trabalho, tornando mais precárias as condições do trabalhador. É o caso da terceirização, da ocupação à distância, das atividades informais.

No capitalismo atual convivem duas contradições centrais. De um lado, a enorme escala de investimentos necessários à liderança tecnológica de produtos e processos, e a necessidade de *networks* e mídias globais, continuará forçando um processo de *concentração* que habilitará como líderes das

principais cadeias de produção apenas um conjunto restrito de algumas centenas de empresas gigantes mundiais, competindo em um jogo feroz por *market share* e acumulação. Essas corporações decidirão basicamente *o que, como, quando, quanto e onde* produzir os bens e os serviços (marcas e redes globais) utilizados pela sociedade contemporânea. Simultaneamente, este processo radical força a criação de uma onda



de *fragmentação* – terceirizações, franquias e informalização –, abrindo espaço para uma grande quantidade de empresas menores e trabalho flexível que alimentam a cadeia produtiva central com custos mais baixos. A outra contradição que move o capitalismo contemporâneo é exclusão *versus* inclusão. De um lado, desemprego estrutural crescente e precarização da mão-de-obra. De outro, uma forte dinâmica de inovação que força a queda de preço dos produtos globais, incorporando continua-

mente mercados que estavam à margem do consumo por insuficiência de renda.

As modificações ocorridas no seio das cadeias produtivas globais alteram de modo decisivo a forma como os países e os agentes econômicos relacionam-se entre si, apropriam-se da riqueza, alteram o mapa da produção mundial, a demanda por trabalho e a força relativa dos diversos grupos de trabalhadores. A possibilidade de ampla fragmentação da

cadeia produtiva global de uma empresa transnacional, viabilizada a partir da revolução tecnológica na informação, além da progressiva fragilização das fronteiras nacionais, veio possibilitar uma profunda alteração nos padrões de produção, nos sistemas de gestão e na forma de utilização da mão-de-obra no mundo atual.

Em todas as áreas da economia assiste-se a um violento processo de fusões e incorporações motivado pela nova lógica competitiva, que pressupõe saltos tecnológicos e busca de mercados cada vez mais globais. Isso não significa, porém, que o espaço das pequenas e médias empresas locais irá desaparecer. Durante toda a Revolução Industrial, elas foram vitais ao desenvolvimento do capitalismo e à geração de empregos. Na economia global, as pequenas e médias empresas manterão ainda um espaço importante, especialmente via terceirizações, franquias e subcontratações, porém basicamente subordinadas às decisões estratégicas das empresas transnacionais – e integradas a suas cadeias produtivas.

Proposta - Quais os elos entre a crise do fordismo/*welfare state*/keynesianismo e a aparente perda de centralidade do trabalho?

A articulação de fordismo, consumo de massa e keynesianismo, expressando uma determinada correlação de forças entre as diversas categorias sociais, havia permitido aos trabalhadores a conquista de algumas de suas reivindicações históricas no período do pós-guerra. O modelo de acumulação capitalista desse período, com base na organização taylorista do trabalho, demandava mão-de-obra intensiva que, somada a uma grande mobilização e organização dos trabalhadores, permitia condições muito favoráveis de negociação para os sindicatos. Como consequência das novas estruturas de acumulação expandidas

multinacionalmente, ocorreu um crescimento maciço do poder social do operariado, em especial o europeu.

Com a incorporação maciça das novas tecnologias de automação e informação aos processos produtivos de bens e serviços, operou-se uma mudança de base na correlação de forças entre as classes sociais. No início da década de 1980, as relações entre capital e trabalho apresentam um novo quadro referencial. O desemprego estrutural passa a funcionar como disciplinador nato da força de trabalho.

Com a marcha da automação e, posteriormente, da fragmentação, o poder de barganha dos assalariados passou a sofrer grande erosão. A flexibilidade conseguida pelo atual modelo racionaliza o uso do capital, colocando-o onde as melhores condições do mercado apontam. Pode-se produzir mais ou menos, aqui ou ali, pois a programação da produção por meio da informática e a transmissão de dados em tempo real o permitem. Mas o trabalhador vive a instabilidade de poder estar ora dentro, ora fora do mercado de trabalho.

A rearticulação das empresas levou a uma inadequação das estruturas trabalhistas e forçou uma tentativa malsucedida de rearticulação dos sindicatos. As novas limitações são imensas, a começar pela coexistência em uma mesma fábrica de trabalhadores da empresa central e das terceirizadas, freqüentemente com salários e condições de trabalho diferentes, quebrando, por exemplo, a isonomia de sua situação de classe do período anterior. Na prática, as empresas têm tido condições de se reordenar com maior flexibilidade e rapidez diante das exigências dos novos padrões de acumulação.

As novas formas de organização do trabalho, mais flexíveis e menos hierarquizadas, colocam, assim, um desafio importante para os sindicatos: como aglutinar em projetos político-sindicais comuns

trabalhadores cada vez mais dispersos e em situação progressivamente precária? Apresentam-se dificuldades crescentes em gerenciar acordos coletivos e encontrar uma linguagem comum para interesses divergentes, especialmente em relação aos trabalhadores em postos flexíveis, que percebem os sindicatos como um clube de privilegiados preocupados em manter esses privilégios. A radical mudança do paradigma do trabalho, tornando progressivamente mais flexível o emprego tradicional e fazendo aumentar a informalidade, coloca os movimentos sindicais diante da mais dura encruzilhada desde a revolução fordista do início do século. O sindicalismo só não desaparecerá se, por evolução natural, souber transformar-se em um novo ente adaptado à informalidade e à exclusão social.

Como se vê, há fortes razões para a crescente inquietação quanto ao futuro do mercado de trabalho e ao crescimento da exclusão no início deste novo século, especialmente nos grandes países da periferia do capitalismo. O paradigma do emprego está em profunda mudança. Os desajustes causados pela exclusão de parte crescente da população mundial dos benefícios da economia global e a progressiva concentração de renda constituem-se no grande problema das sociedades atuais, sejam pobres ou ricas.

Proposta - Por que o novo modelo global tem como característica a reprodução permanente da exclusão social?

A globalização e a inovação tecnológica reduzem a capacidade de manobra dos Estados e dos sindicatos. A mobilidade do capital e a possibilidade de deslocar segmentos da cadeia produtiva para outras regiões desestabilizam a estrutura de salários, deslocando a concorrência para fora da esfera nacional. Como consequência de todos esses

fatores, a disparidade de renda está crescendo; a pobreza, o desemprego e o subemprego estão engrossando a exclusão social. As tecnologias de informação encolhem o espaço. As “teles” multiplicam o encontro ao infinito, desmaterializando-o. De um lado, nada mais parece impossível. A globalização é performática, cultua o otimismo. Por outro lado, cresce o sentimento de impotência diante dos impasses, da instabilidade, da precariedade das conquistas.

No capitalismo global é basicamente a liderança tecnológica que determina a condição hegemônica dos capitais e dos Estados que a detêm. Nele a inovação tecnológica é um instrumento de acumulação em nível e qualidade infinitamente superiores aos experimentados em suas fases anteriores; e por utilizar-se intensamente da fragmentação das cadeias produtivas propiciada pelos avanços das tecnologias da informação.

Na pós-modernidade, a utopia dos mercados livres e da globalização torna-se a grande referência. Mas o efêmero, o vazio, a crise pairam no ar. O paradoxo parece ser a única forma para qualquer coisa e a ciência vencedora começa a admitir que seus efeitos possam ser perversos. Ela é simultaneamente hegemônica e precária. A capacidade de produzir mais e melhor não cessa de crescer. Mas tal progresso traz consigo desemprego, exclusão, pauperização, subdesenvolvimento. As tecnologias da informação encolhem o espaço. Nada mais parece impossível. Mas cresce o sentimento de impotência diante dos impasses, da instabilidade, da precariedade das conquistas.

O grande problema é que o saber atual encontra-se a serviço do capital, que não tem compromisso estrutural com a preservação da terra e, menos ainda, com o bem-estar da humanidade. A inexorabilidade do progresso técnico e da neutralidade dos cientistas são sofismas extremamente funcionais para o processo de acumulação do capital. Fazem

parte de um modelo que se transformou em vitorioso e hegemônico, da mesma forma que a vitória do indivíduo sobre o conjunto, personificado pela sociedade norte-americana. Questões como o prolongamento da vida, o controle do comportamento e a manipulação genética são um salto qualitativo pleno de dúvidas e perigos, assim como fora a descoberta da energia nuclear. O progresso técnico não é determinista nem são neutras as obras dos cientistas. Afinal, o saber não pode, enquanto tal, ser isolado de suas conseqüências. É preciso emergir um *“tu debes”* como horizonte da ciência e obedecer-se a algumas normas éticas fundamentais.

Uma das questões centrais a enfrentar é como regular o uso das técnicas decorrentes do conhecimento científico, que avança para novas e espetaculares áreas envolvendo a própria natureza do ser, a condição de alterar a vida e o poder de mudar radicalmente as condições de produção e o meio-ambiente. As novas competências que essas tecnologias permitem ao homem exercer contêm, simultaneamente, possibilidades de redenção e de destruição. Se bem exercidas, submetidas aos interesses gerais das sociedades, poderão vir a ser um importante instrumento para o desenvolvimento da humanidade. Por outro lado, submetidas unicamente ao interesse do capital e de sua acumulação, essas mesmas tecnologias podem levar a efeitos sinistros e devastadores. O desafio é saber como a humanidade pode se preparar para arbitrar esses caminhos, de modo a evitar os riscos que não esteja disposta a enfrentar e estabelecer um controle social sobre as decisões tomadas pelo setor privado no campo das técnicas.

Proposta - Por que a americanização das soluções é inadequada para o Brasil?

A excepcional posição dos Estados Unidos não pode ser considerada um paradigma para

o resto do mundo, como se tem procurado demonstrar. Ela decorre, ao contrário, de sua condição hegemônica. Na sociedade da informação, tal hegemonia se dá mediante a liderança na morfologia das redes, em torno das quais as funções e processos dominantes estão cada vez mais organizados. Os fatores ligados ao desenvolvimento e ao uso das novas tecnologias acabaram, pois, permitindo aos Estados Unidos a consolidação de uma fase virtuosa que tem garantido a este país um longo ciclo de crescimento, desigual ao restante da economia global, permitindo reforçar sua hegemonia tenazmente construída a partir dos dois conflitos mundiais.

Já para os grandes países da periferia mundial, fortes alterações de dinâmica populacional os haviam conduzido a uma dramática urbanização nesse último meio século. No caso do Brasil, nossas cidades passaram de 12 para 130 milhões de pessoas, constituindo-se num dos maiores processos de urbanização da história mundial. A pobreza, que havia se transformado em fenômeno tipicamente metropolitano, a partir dos anos 80 contaminou as médias e pequenas cidades do país, até então preservadas em sua qualidade de vida.

Como decorrência, explodiu o trabalho urbano informal e flexível, especialmente a partir da abertura econômica, com a ruptura definitiva do antigo paradigma do mercado de trabalho. Em apenas uma década alterou-se a ocupação predominante, de formal para informal, tendo essa última atingido no final de 1999 a proporção alarmante de 56% da força de trabalho metropolitana. A possibilidade de obtenção de uma ocupação passou a ser, portanto, maior no setor informal. Para além da questão do desemprego, que dobrou de patamar a partir dos anos 80 – de 5% para 10% no IBGE e de 9% para 18% no Seade a outra conseqüência foi o crescimento da precarização. Ela afetou duramente a qualidade

do trabalho, quer dizer, o nível e a estabilidade da renda e os esquemas de proteção social.

Embora a renda média do setor informal tenha crescido a partir do Plano Real, alterando positivamente o perfil dessa massa salarial, os trabalhadores que perderam um posto no formal tiveram, em média, uma redução de seu rendimento em torno de 30%. Apesar de casos bem sucedidos de novas categorias ou profissões no setor informal, há uma intensa *dor de passagem* nesse processo do formal ao informal. Tudo passa a depender do próprio indivíduo. Fins de semana e férias adquirem sabor de renúncia de renda, não mais de direito adquirido. O cidadão é instado a *inventar* seu próprio trabalho e manter com o Estado uma relação predominante de marginalidade. Quanto aos mais pobres, embora o Plano Real tenha conseguido inicialmente tirar 9% da população brasileira do nível de pobreza, os que permaneceram nessa condição tiveram sua renda média diminuída, implicando a dramatização da concentração de renda. Por outro lado, o crescimento econômico do país praticamente estacionou em termos *per capita* nas duas últimas décadas, conseguindo uma média anual de apenas 0,28%.

Como se vê, a referência norte-americana pouco serve para indicar soluções ou opções em países como o Brasil, em que a inserção na globalização é feita de maneira basicamente caudatária e a partir de um quadro social grave com um baixo padrão de *welfare state*.

Proposta - Quais os desafios para a relação Estado/sociedade civil no enfrentamento do cenário que combina ajuste/reestruturação/revolução informacional?

Os partidos políticos e lideranças mundiais estão envolvidos em clara crise de legitimidade, seja pela dissonância crescente entre discurso

e prática, seja pela crescente influência do poder econômico nos processos democráticos, tornada pública pelas amplas denúncias de corrupção e suborno. Além do mais, esta é uma época em que os grandes *lobbies*, ainda que institucionalizados, agigantam-se a serviço de interesses privados em função do poder crescente das corporações transnacionais, submetidas a um contínuo processo de concentração. Como consequência, os Estados nacionais e suas representações políticas enfraquecem sua condição de legítimos representantes das sociedades civis. O que nos remete à questão da representatividade das democracias nas sociedades pós-modernas.

A aceleração da integração das economias ao mercado global efetivou-se suportada por três importantes reformas que afetaram a lógica econômica deste final de século: o livre fluxo de capitais, a meta da estabilidade monetária e a rigidez dos orçamentos públicos equilibrados. Seus efeitos têm sido complexos.

A livre movimentação dos capitais mundiais transformou cada economia em foco alternativo de oportunidade de risco ou especulação financeira. Um capital desvinculado de compromissos nacionais e estritamente ligado a suas motivações endógenas, de um lado sustenta os processos estratégicos de investimento dos líderes das cadeias globais, de outro provoca graves danos às economias mais frágeis que deles passaram a depender, quando exerce sua absoluta volatilidade em momentos de crise.

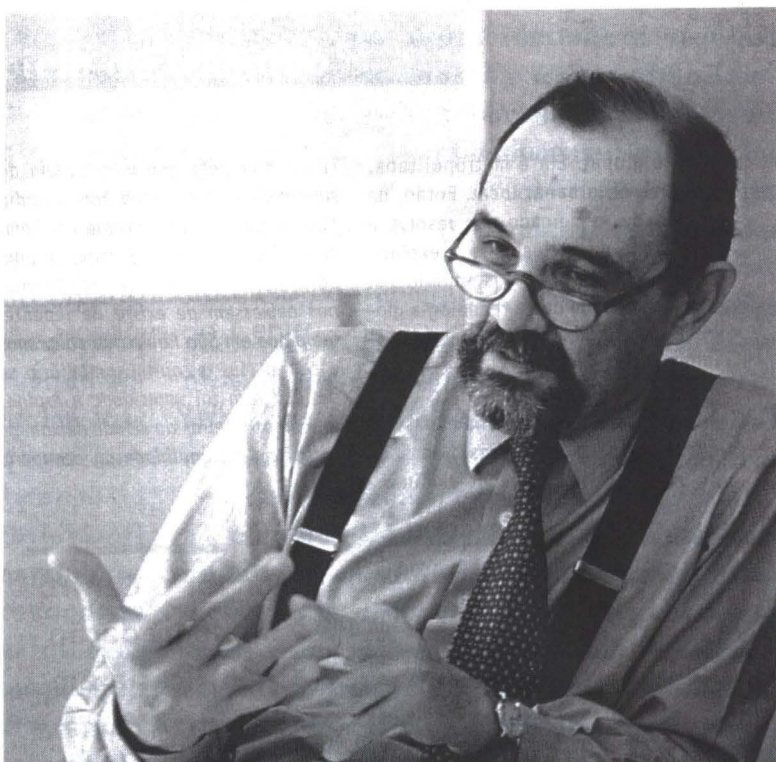
Quanto à estabilidade monetária, conseguida a duras penas a partir de heróicos esforços de economias que haviam chegado ao descontrole inflacionário quase total, ela acabou se incorporando aos ideários nacionais como um importante valor social. A volta a regimes inflacionários não parece conscientemente desejada por nenhum segmento da sociedade. Por outro lado, o fim da inflação endêmica criou problemas sérios para os orçamentos públicos, diminuindo a

flexibilidade dos seus ajustes e causando maiores resistências na viabilização de reformas profundas na previdência social. Os ajustes previdenciários – durante décadas providenciados por uma inflação que corroía o valor real dos benefícios –, agora têm que ser feitos transparentemente, a frio, mediante a supressão formal de direitos adquiridos.

Finalmente, o rigor do cumprimento de metas de orçamentos públicos equilibrados, necessárias para a manutenção da estabilidade monetária, acarretam uma redução significativa dos recursos alocados a programas sociais, justamente no momento em que a exclusão social aumenta e a demanda por esses programas se acentua.

Ocorre claramente o que se poderia chamar “efeito democracia”: aumenta o número de desempregados e pobres, crescendo sua base política. Introduce-se, assim, uma dissonância entre o discurso liberalizante das elites e a natureza das pressões que recebem. Enquanto isso, a questão quanto ao futuro papel dos Estados nacionais continua em aberto, bem como a crescente disparidade entre as demandas sociais e a impossibilidade do Estado em atendê-las de modo convencional.

Como resolver esse impasse entre as determinantes estruturais do modelo capitalista global, a exclusão que elas causam e a incapacidade dos Estados de mediá-las adequadamente? O fato é que o *welfare state* fracassou ao não conseguir transferir os recursos dos grupos mais afluentes para os mais pobres. O modelo de criação de riqueza dos neoliberais também revelou-se altamente concentrador. O resultado acabou sendo um diferencial maior entre ricos e pobres, seja tratando-se de nações ou indivíduos.



Fica, pois, estabelecido o paradoxo. Ao invés de possibilitar a redução radical do papel do Estado, a globalização está a exigir modificá-lo profundamente, transformando-o e fortalecendo-o para novos papéis fundamentais. Ela estaria parecendo requerer governos fortes e ativos – embora não necessariamente grandes – e não fracos espectadores das forças de mercado. Com crescentes competição e insegurança no trabalho, os trabalhadores irão depender cada vez mais de recursos estáveis para seguro-desemprego, educação e treinamento. Na ausência dessas políticas e de programas governamentais, o suporte político para a globalização poderá se fragilizar.

O Estado contemporâneo enfrenta crises internas de várias naturezas, entre as quais a sua própria reforma, a garantia de crescimento econômico e a questão do desemprego. As grandes corporações transnacionais, apesar de manterem sedes nacionais, perderam em parte a identificação

com o seu país de origem. Ao terem poder de deslocar indústrias inteiras para outras localidades – ou adotar um sistema de subcontratação internacional – elas ganharam um poder de barganha importante na hora de negociar impostos ou benefícios, leis ambientais e regimes de trabalho com os governos sede e com os governos que pleiteiam a sua presença.

É preciso, pois, aprofundar a discussão a respeito do papel indutor e regulador do Estado, isto é, se cabe a ele – ou à sociedade civil através dele – definir padrões éticos que condicionem a aplicação das técnicas e o exercício de hegemonias delas decorrentes.

Na fase atual do capitalismo, auxiliado pela mutação das técnicas, surge um novo Estado. A classe dirigente já não é mais constituída por políticos mas por executivos de empresas, altos funcionários públicos e dirigentes de órgãos profissionais, sindicais, políticos, confessionais. Os partidos, as instituições e as tradições históricas perdem seu atrativo. Objetivos políticos perdem interesse. A finalidade da vida é deixada a cada cidadão, cada qual entregue a si mesmo, mesmo sabendo que este *si mesmo* é muito pouco.

Nos Estados Unidos, onde a atual condição hegemônica e a liderança dos processos de geração e aplicação de novas tecnologias têm possibilitado mantê-los com forte crescimento econômico e baixo desemprego, os empregos flexíveis são absolutamente predominantes na oferta de novas oportunidades de trabalho em períodos recentes. Os setores que mais empregam são agências de serviços temporários, *home care* e restaurantes-bares, todos eles com forte predominância do trabalho flexível. Os dois últimos da lista dos dez maiores setores empregadores, serviços de entrega e apoio a negócios, enquadram-se na mesma situação.

Na medida em que se aprofundem a revolução das tecnologias da informação e da automação, os processos acima apontados deverão se acentuar. O modelo global de produção continuará provocando a exclusão social. As grandes corporações mundiais – fugaz esperança de ampliação e solidificação do mercado de trabalho na fantasia neoliberal do início dos anos 80 –, têm mantido clara posição a respeito: seu papel é o de melhorar a competitividade para crescer, remunerar seus acionistas e, em decorrência, manter os empregos possíveis e; usar, sempre que possível e adequado, bolsões de pobreza e trabalho flexível dentro da lógica de suas cadeias produtivas. Como consequência, os governos acabam inevitavelmente pressionados a garantir certa *proteção social* às crescentes populações carentes, em contradição com seus recursos fragilizados pela meta imperiosa do equilíbrio orçamentário.

Proposta - Quais as limitações das leituras otimistas sobre a sociedade em rede?

As funções e os processos dominantes na era da informação estão cada vez mais organizados em torno de redes. São redes os fluxos financeiros globais; a teia de relações políticas e institucionais que governa a União Européia; o tráfico de drogas que comanda pedaços de economias, sociedades e Estados no mundo inteiro; a rede global das novas mídias, que define a essência da expressão cultural e da opinião pública. Elas constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão de sua lógica altera radicalmente a operação e os resultados dos processos produtivos e o estoque de experiência, cultura e poder. Nas redes, o poder desloca-se para os que detêm o controle dos fluxos.

Liderar a morfologia das redes é, antes de tudo, reorganizar e controlar as relações

de poder na sociedade pós-moderna. As conexões que ligam as redes – como fluxos financeiros assumindo o controle de impérios das mídias que, por sua vez, influenciam os processos políticos – representam os instrumentos privilegiados do poder. A nova economia está organizada em torno de redes globais de capital, gerenciamento e informação. As corporações e a sociedade norte-americanas, que hoje lideram essas tecnologias, como decorrência dominam ferramentas-chaves para a produtividade e a competitividade na era da informação.

No entanto, nessas redes de geometria variável, opera-se uma nova divisão internacional do trabalho, mais baseada nas relações atributos/capacidades/custos de cada trabalhador do que na organização e localização das próprias tarefas. Como consequência, inviabilizam-se cada vez mais as estruturas de entidades coletivas de trabalhadores, mergulhando-se nas lógicas individuais e flexíveis.

Proposta - A precarização e a informalização que aparecem como resultados mais palpáveis da reestruturação das relações de trabalho podem ser contraditadas por ações do tipo economia social/solidária?

O Estado contemporâneo não se sente mais responsável pelo pleno emprego. As corporações transnacionais, que definem os vetores tecnológicos que parametrizam a empregabilidade, também não. Cada um que encontre sua oportunidade, corra o seu risco, seja um *responsible risk taker*. Quem está na periferia do capitalismo mundial, que encontre seu lugar no informal, que invente seu emprego.

Os grandes países da periferia do capitalismo estão acuados com o atual nível de violência de suas sociedades. A principal

causa parece estar nas tensões geradas pela crescente concentração de renda e exclusão social de grandes contingentes populacionais urbanos, convivendo com uma mídia global que valoriza o comportamento anti-social e estimula padrões de consumo que poucos podem ter. Os Estados nacionais e os partidos políticos passam a perder legitimidade e capacidade de mediação dessas tensões utilizando os controles tradicionais. É o que ocorre atualmente no Brasil na questão dos sem-terra e na descontrolada criminalidade urbana, especialmente entre os jovens.

Na verdade, para a perplexidade de grande parte da sociedade, o vigor econômico do capitalismo global ainda não encontrou um caminho que evite o agravamento da crise do bem-estar e da equidade. O futuro do capitalismo global parece depender de uma profunda revisão de seus conceitos de modo a tentar compatibilizá-lo com uma distribuição dos resultados de sua acumulação. As forças atuantes e organizadas da sociedade mundial serão capazes de agir no sentido de condicionar os novos e imensos saltos tecnológicos já programados de modo a garantir empregabilidade e inclusão social? Norberto Bobbio estará certo – em seus momentos de otimismo – quando afirma que a maior parte das desigualdades são sociais e não estruturais e como tal um dia serão eliminadas? Mesmo que constataremos, com Freud, que essa questão se enquadra no conflito entre pulsão e civilização e jamais será ultrapassada por sujeitos que nunca se livrarão do desamparo – só nos restando uma gestão interminável e infinita deste conflito – ainda assim da qualidade dessa gestão dependerá o nível do desamparo. E ela depende da governabilidade e do conteúdo democrático que soubemos operar em nossas sociedades.

Como os atuais processos econômicos globais são de natureza conflituosa e excludente, especialmente nos países pobres,

parece inevitável que a sobrevivência do espaço de ação dos Estados exija a competência de construir modelos de equilíbrio que – ainda que baseados em tensão ou conflitos – apontem para crescimento econômico, políticas de emprego e certa desconcentração da renda. O desemprego fragiliza os vínculos familiares, distancia os trabalhadores de seus sindicatos e grupos de interesse, esvazia os recursos da comunidade, aliena politicamente e aumenta a tentação ao crime. Apenas se estiver ligado a uma vida associativa o indivíduo aprende a discutir, tomar decisões e assumir responsabilidades. É preciso, pois, incentivar de todas as maneiras formas de associação que permitam um contínuo treinamento para o exercício de uma política democrática ativa e gerem instrumentos de “equilíbrio de poder” e solidariedade local: bem como insistir em programas que reforcem os laços de família em qualquer de suas versões – tradicional ou não convencional – capazes de produzir relacionamentos estáveis, estruturas de apoio e uma recuperação da sensação de “enraizamento”. A experiência internacional tem indicado que programas estimulados financeiramente – utilizando isenção de impostos, subvenções e subsídios – que capacitem as comunidades e organizações locais civis ou religiosas a desenvolver iniciativas sociais, são muito mais eficientes que programas diretos utilizando a burocracia pública, normalmente ineficaz e sensível à corrupção. Isto vale para ações tão amplas quanto escolas administradas por pais e mestres, cooperativas de compra ou construção de casa própria, iniciativas locais para limpeza pública e prevenção do crime, creches e programas emergenciais de toda natureza.

Proposta - A chamada terceira via e as saídas de reorientação da agenda do ajuste estrutural repetem o receituário neoliberal situando-se no campo da retórica?

Diante da progressiva incapacidade dos Estados nacionais de dar conta das demandas sociais, da perplexidade crescente e do crescimento da dissonância entre a classe política e seus cidadãos, uma nova corrente de pensamento econômico e social começou a se desenvolver, liderada - entre outros - por Anthony Giddens.

Um dos objetivos do Estado seria preocupar-se em facilitar a busca da felicidade de seus cidadãos e não só o seu nível de prosperidade material. Por isso, ele deveria impulsionar a manutenção ou criação de redes de interação social que pudessem fornecer condições de mobilização do desenvolvimento psíquico e apoio de grupos de auto-ajuda de diversos tipos.

Giddens acredita que o *welfare* dos países centrais deve ser reformulado em função de uma previdência positiva. Uma das principais questões é o problema da terceira idade. Não há dinheiro suficiente para continuar financiando esquemas de pensão universal que ofereçam benefícios significativos, tendo em vista os outros compromissos que o *welfare* deve atender. Para ele, os idosos podem e devem ser considerados parte dos setores da sociedade que criam riqueza, igualmente capazes de contribuir para a renda tributária. Embora considere necessário um nível adequado de aposentadoria fornecida pelo Estado, defende que esta discussão deva ser acompanhada por uma reconsideração do que é a velhice e de como as mudanças mais amplas na sociedade afetam a posição das pessoas idosas: “O conceito de uma aposentadoria que se inicia na idade do afastamento do trabalho, e o rótulo de aposentado, foram inventados pelo *welfare state*. Deveríamos nos esforçar por abolir a idade fixa para aposentadoria, e deveríamos encarar as pessoas mais velhas antes como um recurso que como um problema. A abolição da aposentadoria complementar regulamentar seria provavelmente neutra no

tocante a implicações para o mercado de trabalho, uma vez que os indivíduos tanto poderiam abandonar o trabalho mais cedo como permanecer nele por mais tempo”.

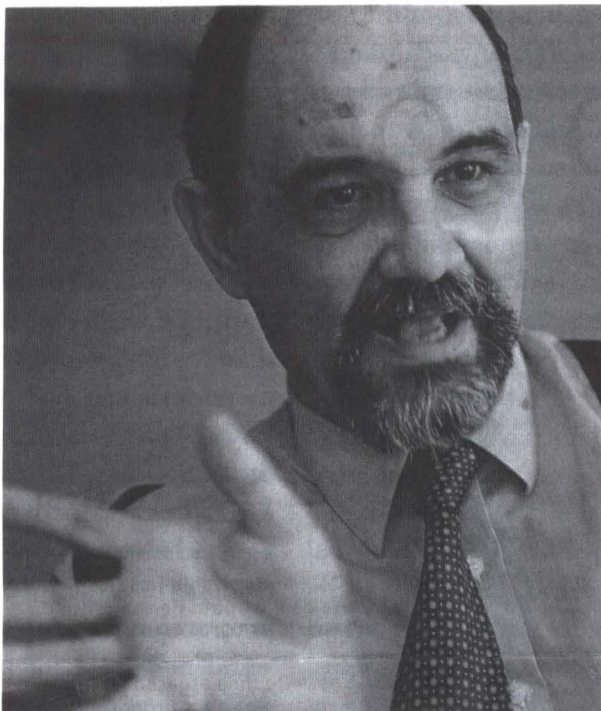
Ele questiona se a meta do pleno emprego ainda teria algum significado. Supõe que possa haver, como dizem os neoliberais, uma troca vantajosa entre emprego e mercados de trabalho desregulado, contrastando o milagre dos empregos nos Estados Unidos com a “euro-esclerose”. Admite que o desemprego elevado está associado a benefícios generosos que se estendem indefinidamente e a baixos padrões educacionais no extremo inferior do mercado de trabalho. Finalmente, propõe que Igreja, família e amigos devem voltar a ser as principais fontes de solidariedade social; o Estado só deveria intervir quando essas instituições não cumprissem plenamente suas obrigações. E recomenda a busca da conciliação de emprego com vida doméstica, através do desenvolvimento de locais de trabalho favoráveis à família.

Neste conjunto de teses destacam-se uma retórica original e um estranho realismo utópico. Um tom geral de otimismo triunfante torna a “terceira via” atraente para os que não se sentem ameaçados e pertencem à nova classe de cidadãos que esperam colher benefícios das forças de globalização.

Um atestado de ambigüidade e ilusionismo retórico, que muitas vezes caracteriza a “terceira via”, pode ser evidenciado nesta frase de Giddens: “No lugar do *welfare* devemos considerar um Estado do investimento

social operando no contexto de uma sociedade de *welfare* positivo, que substitua cada negativa por um enfoque positivo: em lugar da carência, autonomia; não doença, mas saúde ativa; ao invés de ignorância, educação permanente; em vez de sordidez, bem estar; em vez de ociosidade, iniciativa”.

A partir dessa definição inevitavelmente confusa juntaram, entre outros, Bill Clinton, Schröder, Lionel Jospin, Tony Blair, Fernando Henrique Cardoso e Antonio



Guterrez. Embora a iniciativa seja interessante, as conclusões do último encontro reproduzem com exatidão a perplexidade da classe política progressista diante dos desafios que tem de enfrentar. E compensa com uma rebuscada retórica a carência de propostas concretas e a precariedade de meios, especialmente para os países da periferia, para avançar em algumas das poucas políticas concretas propostas.

Na síntese do encontro de Berlim os chefes de Estado afirmam que encontraram aquilo que define um projeto político progressista para o novo século. Seus valores comuns são solidariedade e justiça social, igual oportunidade para todos e responsabilidade mútua. Eles consideram-se líderes que reconhecem as oportunidades da globalização sem esquecer seus perigos. Encaram a globalização como uma realidade econômica, social e cultural que pode ser coletivamente controlada. Aham que a economia de mercado precisa combinar-se com responsabilidade social para criar a

longo prazo crescimento, estabilidade, pleno emprego, justiça social e proteção ao meio ambiente. Constatam que os benefícios da globalização não estão sendo recebidos por todos, especialmente nos países em desenvolvimento, onde a distribuição de renda se tornou mais desigual. Aham que esses desafios requerem uma ação progressista. Declaram-se, então, determinados a estabelecer em suas nações sólidas condições para promover direitos civis, emprego, prosperidade e iguais oportunidades para homens e mulheres; e a liberar o talento de todo o povo, partilhando a responsabilidade entre autoridades e indivíduos, governos e organizações internacionais, ONGs e setor público.

Afirmam haver cinco responsabilidades concretas para os governos nacionais a fim de garantirem a prosperidade: manter a estabilidade econômica; preparar os indivíduos para responder aos novos desafios da inovação tecnológica, que pode abrir oportunidades de trabalho, e dos novos mercados, que podem fortalecer a democracia; expandir a educação superior, base para a equidade, criando um vibrante suporte para a nova tecnologia; criar uma política efetiva de empregos, prevenindo o desemprego estrutural; explorar totalmente as oportunidades que as novas tecnologias de informação e comunicação geram. Nada sobre regulação dos fluxos internacionais de capital, nenhuma menção sobre formas concretas de redistribuir renda entre nações e dentro delas, comentário algum sobre como induzir o desenvolvimento tecnológico a um caminho que não leve ao desemprego estrutural. Um conjunto impressionante de boas intenções sem mínima conexão com as realidades orçamentárias e restrições operacionais, pelo menos no caso dos grandes países da periferia.

Proposta - Entre um neo-desenvolvimentismo e uma leitura ético-polí-

tica da economia existe alguma forma de compromisso alternativo para oferecer uma solução para a periferia capitalista industrializada como o Brasil?

Várias das medidas sugeridas pelos teóricos da terceira via parecem totalmente sem fundamento quando aplicadas à realidade dos grandes países da periferia. É o caso da discussão sobre a redução da jornada de trabalho. Única solução prática até aqui apontada como capaz de ampliar a oferta de empregos, foi implantada na França por Jospin com dificuldades políticas e grande incerteza sobre a possibilidade de manter-se, a médio prazo, a mesma remuneração ao trabalhador. No caso de países como o Brasil e a Argentina, por exemplo, a idéia da implantação de jornadas parciais não só é inócua como perigosa. Inócua porque a explosão do trabalho flexível, que já atinge mais de 50% da mão-de-obra metropolitana dos dois países mostra que a jornada parcial é uma realidade que não precisa de estímulos. Ao contrário, sua implantação aparentemente provocaria a redução ainda mais radical do número de trabalhadores com carteira assinada, obviamente com redução proporcional nos seus rendimentos.

Em países como o Brasil, onde cerca de 40% de sua população vive abaixo da linha de pobreza - e 18% na indigência - a aceleração da flexibilização ou redução das jornadas poderia trazer ainda maior pobreza absoluta.

Outra questão importante é a reversão do conceito de aposentadoria. Olhar o aposentado brasileiro, normalmente com baixa renda, como fonte de recursos e não de despesas - como quer Giddens - significa esquecer que em países com esse nível de miséria e desemprego, a renda do aposentado é uma importante fonte para garantir o ganho mínimo de subsistência de grupos familiares freqüentemente compostos por alguns desempregados ou subempregados.

Quanto à redução dos gastos com programas públicos voltados à saúde, habitação, auxílio desemprego e outros amparos sociais - supondo que a rede básica de proteção devam ser famílias, Igrejas e estruturas comunitárias -, é preciso levar em conta que o nível de *welfare state* remanescente nos países centrais é extremamente mais elevado que nos países da periferia. Mais uma vez, portanto, extensões de conceitos nessa área virão a ser extremamente perigosas, podendo significar expor grandes contingentes de populações excluídas a situações de absoluto desamparo.

Finalmente, não se pode esquecer a drástica situação de distribuição da riqueza em nosso país. Nas últimas décadas o Brasil tem consolidado uma longa tradição de intensa desigualdade de renda e enorme contingente de população excluída. Em 1998, pelos dados da PNAD, 14% da população brasileira (21 milhões de pessoas) vivia na indigência. Essa categoria faz parte dos 33% de cidadãos (50 milhões) que situavam-se abaixo da linha de pobreza. O mais grave, porém, é a tendência à estabilidade desses percentuais.

É oportuno lembrar, no entanto, que o total de recursos necessários para que todos os pobres tivessem renda equivalente à linha de pobreza é de 7% da renda total das famílias. E para livrá-los do nível de indigência, bastaria 2% daquela renda. Isso permite manter um certo otimismo, pois revela que o enfrentamento desse problema cabe dentro dos agregados macroeconômicos do país; e que sua solução pode depender basicamente da vontade política nacional, em especial de suas elites.

Embora os graus de liberdade não sejam grandes, cada vez mais torna-se imperioso que os grandes países da periferia do capitalismo consigam articular projetos nacionais consistentes com a inserção global, mas que

permitam desde um mínimo de ordenamento e exercício de barganha no monitoramento da internacionalização da economia local até o máximo de adição de valor à produção local, de modo a conseguir - entre outros objetivos - certo equilíbrio da balança comercial e não acarretar, a médio prazo, uma inviabilização da própria abertura. E isso não se fará sem desenvolvimento tecnológico local - no sentido amplo de produtos, processos e sistemas - ainda que em nichos e especialidades.

É imperiosa a tomada de consciência do caráter específico de cada país e da necessidade de manter a mobilização em torno de uma concepção de projeto nacional viável acoplado a um discurso político que possa voltar a fazer sentido para a população. Abandoná-lo, e entregar os cidadãos unicamente à liberdade negativa das forças do mercado, pode ser bastante insensato.

Proposta Recomenda



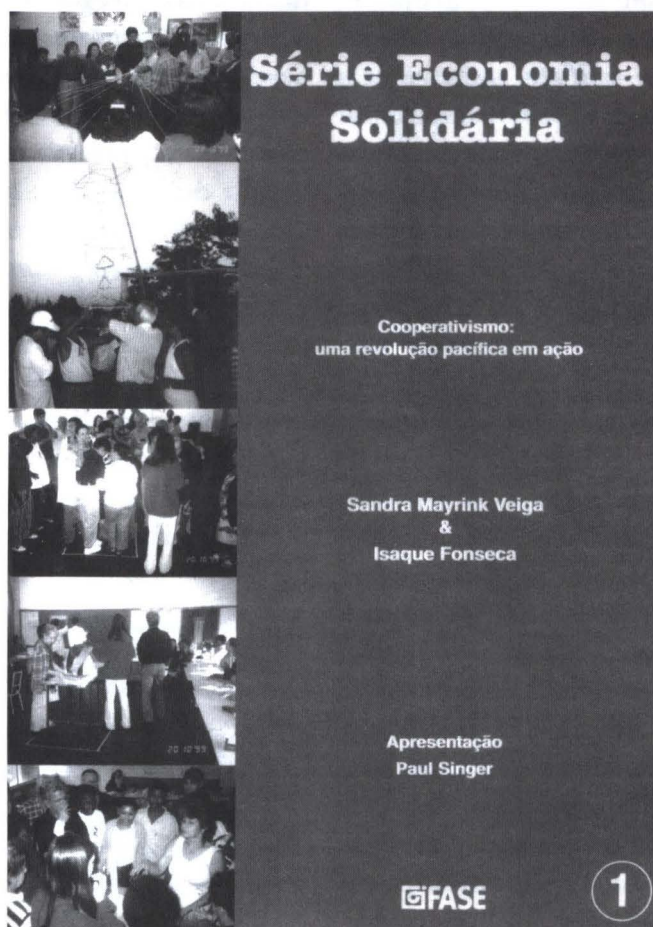
GILBERTO DUPAS

ECONOMIA GLOBAL E EXCLUSÃO SOCIAL

Pobreza, Emprego, Estado e o Futuro do Capitalismo



Proposta Recomenda



Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação de Sandra Mayrink Veiga e Isaque Fonseca é o primeiro volume da Série Economia Solidária que a FASE acaba de lançar.

Segundo Paul Singer, *esta cartilha vai servir de difusor e eventualmente de organizador do novo cooperativismo. Ela apresenta de forma acessível elementos básicos de cultura cooperativa de que as vítimas da crise tanto carecem. Ela será com certeza um instrumento valioso para que incubadores e multiplicadores possam habilitar trabalhadores a optarem por formas de produção e distribuição que se adaptam perfeitamente às necessidades, possibilidades e valores dos que não têm capital individual e nem almejam possuí-lo.*

A cartilha tem 133 páginas, custa R\$ 10,00 (dez reais) e está a venda na FASE pelo tel. XXX-21-286-1441 ou e-mail- sbrandao@fase.org.br ou escrevendo para Setor de Publicações Rua das Palmeiras, 90 Botafogo, CEP 22270-070, Rio de Janeiro, RJ.

Coleção Cadernos de Debate

Cadernos de Debate nº 1

Novas Premissas da Sustentabilidade Democrática

Henri Acselrad e Jean Pierre Leroy

FASE, 72 p., R\$ 5,00

Cadernos de Debate nº 2

Os Desafios das políticas de

Consumo sustentável

Manus van Brakel

FASE, 46 p., R\$ 5,00

Cadernos de Debate nº 3

Critérios Integrados para a Elaboração do Conceito de sustentabilidade

Joachim H. Spangenberg

FASE, 46 p., R\$ 5,00

Cadernos de Debate nº 4

Sustentabilidade e Desenvolvimento:

modelos, processos e relações

Henri Acselrad

FASE, 68 p., R\$ 5,00

Cadernos de Debate nº 5

Exportar é Preciso, Viver...

Sergio Schlesinger

Os Mitos do Bem-estar Alcançado com a Exportação de Matérias-primas

Maria Isabel Manzur

FASE, 48 p., R\$ 5,00

Cadernos de Debate nº 6

Produção, consumo e sustentabilidade:

o Brasil e o contexto planetário

José Augusto Pádua

A dívida ecológica brasileira. Quem deve a quem?

Jean-Pierre Leroy

FASE, 68 p., R\$ 5,00

Coleção Cadernos Temáticos

Cadernos Temáticos nº 1

Sustentabilidade Energética no Brasil

– Limites e possibilidades para uma estratégia energética sustentável

e democrática

Célio Bermann

Osvaldo Stella Martins

FASE, 152 p., R\$10,00

Cadernos Temáticos nº 2

O Futuro do Cerrado: degradação

versus sustentabilidade e

controle social

Shigeo Shiki

FASE, 64 p., R\$7,00

Como adquirir: deposite o valor correspondente ao seu pedido no Banco Bradesco, conta 31947-3, agência 3019-8. Envie o comprovante de depósito com seu nome e endereço completos e diga a que publicações o depósito se refere para o Fax: XXX-21-2861209 e em seguida nós lhe enviaremos o seu pedido pelo correio.

Mais informações entre em contato pelo telefone - (xxx21) 286 1441 ou pelo email - brsust@fase.org.br

Abrindo o leque de oportunidades

Nassim Gabriel Mehedff ¹



¹ Secretário de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego.

A partir dos anos 80 têm se multiplicado programas e projetos para populações vulneráveis em todo o continente latino-americano. Esses programas e projetos procuram responder a um conjunto de problemas que ocorrem mesmo em países que têm níveis socioeconômicos mais elevados, como Chile, Argentina e Uruguai. Basicamente, os problemas são os seguintes:

- a pobreza em escala crescente, como processo e não mais como um estágio ou condição, afetando de modo particular crianças, adolescentes, negros, indígenas, mulheres chefes de família;

- o círculo perverso da exclusão, no qual se somam e se reforçam mutuamente desvantagens em diferentes áreas – habitação, alimentação, saúde, escolaridade, qualificação, cultura, lazer, informação – tudo isso contribuindo para fechar ainda mais o já estreito leque de oportunidades dessas populações;

- as mudanças no mercado de trabalho, que se torna mais exigente e seletivo, fazendo aumentar o peso, sobre esses grupos, dos múltiplos fatores de exclusão social.

Vários programas implementados no continente têm revelado aspectos inovadores no trato dessa problemática, à medida que:

- põem em evidência a importância do trabalho e da qualificação profissional para esses grupos, abrindo alternativas concretas para sua inserção produtiva;

- desenvolvem novas metodologias de qualificação profissional;

- mobilizam e fortalecem novos atores, destacando o papel da capacitação em programas e políticas sociais.

Esse acúmulo de experiências, no entanto, coloca novos e maiores desafios:

- Como operar na escala real da população alvo, sobretudo em países mais populosos como o Brasil? Expandir as experiências inovadoras não é apenas questão de financiamento (sem dúvida fator importante), mas também de inovação metodológica, constituição de redes de executores

qualificados, criação de sistemas de monitoramento e avaliação.

- Como institucionalizar os programas exitosos? Institucionalização, neste caso, é mais que garantir a continuidade e ampliação dos projetos, mas é também transformar as experiências em políticas públicas. O que é particularmente difícil na maior parte dos países do continente, que não têm uma tradição democrática de construção, implementação e controle social de políticas públicas.

- Como construir políticas públicas em bases democráticas? Não há receitas prontas, mas se sabe que alguns ingredientes são fundamentais: visão integrada, de modo que áreas como educação, capacitação, saúde, cultura, por exemplo, sejam tratadas de forma articulada; descentralização e participação, de modo a criar e fortalecer mecanismos de controle social; qualidade e universalidade, de modo que os programas e projetos não se tornem reprodutores da pobreza, que deixem de ser “soluções pobres para filhos dos pobres”, mas sejam atrativas e desejáveis para nossos próprios filhos.

A consciência desses problemas e desafios está no cerne da concepção e implementação do Planfor – Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador –, no âmbito do sistema público de trabalho e renda, financiado com recursos do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Para implementação do Planfor, foram gradativamente estruturados e consolidados dois mecanismos, orientados pelas diretrizes de participação, descentralização e fortalecimento da capacidade de execução local: PEQs (Planos Estaduais de Qualificação), que absorvem o grosso dos recursos do Planfor, para programas circunscritos a cada uma das 27 unidades federativas do país. Os PEQs são complementados pelas Parcerias Nacionais e Regionais com sindicatos de trabalhadores, organizações patronais, fundações, universidades e organismos governamentais, para ações em âmbito regional ou nacional.



Os PEQs são executados sob gestão de Secretarias Estaduais de Trabalho, com aprovação e homologação obrigatórias de Comissões/Conselhos Estaduais de Trabalho (CETs), por sua vez articuladas a Comissões/Conselhos Municipais de Trabalho (CMTs) – ambas tripartites e paritárias. Trata-se, a rigor, de toda uma nova base institucional que, embora existente na estrutura de governo ou prevista na legislação do FAT, na prática vem se implementando e se consolidando no âmbito e em função dos desafios do Planfor. Sendo, ao mesmo tempo, fundamental para a implementação deste.

Não é mera força de expressão afirmar que o Planfor foi concebido e implementado “a partir” das datas acima. Sua concepção, embora balizada por alguns princípios básicos, foi – e continua sendo – um processo de construção coletiva, de pesquisa, envolvendo diversos atores histórica ou recentemente interessados na questão do trabalho e qualificação: governo, empresários, trabalhadores, universidades, entidades de educação profissional e outras organizações da sociedade civil.

Desde sua formulação, o Planfor foi pensado não apenas como um programa de treinamento em massa, mas sim como estratégia de articulação de uma política pública de Educação Profissional - EP, integrada à política pública de trabalho e renda. Redefinindo, nesse processo, o papel, o perfil e as relações entre os atores e agentes da EP, promovendo a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho e consolidando um novo modelo e um novo conceito de EP.

Ou seja, incorporou de forma explícita a dimensão da igualdade de oportunidades, assumindo que essa é uma categoria fundamental para se construir um novo modelo de educação profissional, focado na dinâmica do mundo do trabalho, para se enfrentar a exclusão social e para a construção da cidadania. Trabalho, exclusão, cidadania – três dimensões básicas da concepção do Planfor – impõem a consideração das questões de gênero, entre outras como idade, raça e etnia, necessidades especiais, escolaridade e outras características que tendem a estreitar o leque de oportunidades das populações vulneráveis.

**QUALIFICAÇÃO
PROFISSIONAL, EM SI E POR
SI MESMA, NÃO PROMOVE O
DESENVOLVIMENTO,
NÃO GERA
EMPREGO, NEM FAZ
JUSTIÇA SOCIAL.
MAS É UM COMPONENTE
INDISPENSÁVEL DE
POLÍTICAS
PÚBLICAS QUE VISEM A
TAIS PROPÓSITOS**

Três focos de desigualdade ou discriminação foram desde logo explicitados no Planfor: gênero, raça/cor e necessidades especiais. Reconhecendo que essas três dimensões não esgotam o problema, mas são fonte de forte iniquidade no mercado de trabalho e na educação profissional – ainda mais quando incidem, cumulativamente, sobre populações pobres e de baixa escolaridade. Por isso, sua proposta de educação profissional estabelece foco prioritário e privilegiado nessas populações, usualmente excluídas ou com maior dificuldade de acesso a outras alternativas de qualificação profissional.

Desde 1995, quando se colocou o desafio de dinamizar o componente “qualificação profissional” no âmbito do sistema público de trabalho e renda – e o Planfor sequer existia como programa ou sigla – algumas idéias-chave têm estado presentes na sua concepção, estruturadas em três eixos: articulação institucional, avanço conceitual e apoio à sociedade civil.

Em matéria de articulação, exigiu (e segue exigindo) diálogo e negociação do MTE com diferentes conjuntos de atores: Codefat (Conselho do Fundo de Amparo ao Trabalhador), outros Ministérios (em particular o da Justiça, na área de direitos humanos), representações da sociedade civil organizada (fóruns, conselhos, associações e ONGs que atuam junto a

mulheres, negros, portadores de deficiências), parlamentares (isoladamente ou em comissões do Senado e da Câmara), organizações internacionais. Tem sido um aprendizado mútuo, difícil, conflituoso, com avanços nem sempre lineares, mas também significativos – o que, aliás, ocorre na construção de qualquer política pública em bases democráticas.

Implicou, na esfera conceitual, ênfase em um novo modelo de educação profissional, para superar o paradigma “masculino, branco, urbano, industrial” que historicamente tem orientado os modelos e sistemas de EP no Brasil. Essa proposta tem sido exposta a amplo debate em seminários, oficinas, congressos promovidos ou apoiados pelo Planfor, em todo o país. É também objeto de livros, teses, ensaios, artigos, relatórios e termos de referência produzidos e divulgados em larga escala, como ponto de partida para discussões, mobilização e formação de atores em todo o país.

Negociações, conflitos, debates, no plano institucional e conceitual, tem orientado e fomentado ações de apoio à sociedade civil, traduzidas em atendimento massivo a esses segmentos, usualmente excluídos da qualificação profissional, mas também em experiências inovadoras, de focalização e discriminação positiva. Dois marcos desse processo tornam o



Planfor destacável como experiência de promoção de igualdade de oportunidades:

- a obrigatoriedade de registro de características de gênero, raça/cor e necessidades especiais nas fichas de identificação de treinandos/as, implantadas a partir de 1996 – uma decisão que ainda enfrenta resistências abertas ou veladas, enraizadas em séculos de preconceito disfarçado em cordialidade;

- a adoção do perfil da PEA como parâmetro da igualdade de oportunidades, assumindo o compromisso de garantir, aos diferentes segmentos – mulheres, negros, pessoas de baixa escolaridade – pelo menos a mesma proporção nos programas do Planfor.

Uma idéia da complexidade envolvida nesses processos é dada pela escala atingida pelo Planfor, em matéria de treinandos, investimentos e mobilização de novos atores. No período 1995-99, o Planfor qualificou um total de 8,3 milhões de pessoas, investindo R\$1,4 bilhão do FAT, complementado por contrapartidas médias de 20% dos Estados e demais parceiros. As ações de qualificação se realizaram em pelo menos 70% dos 5,5 mil municípios do país, cobrindo 75% dos que são considerados focos de pobreza e exclusão (segundo classificação do Comunidade Solidária). Uma rede de 1,5 mil entidades executoras – com destaque para as universidades, os sindicatos, o Sistema “S” (Senai, Sesc etc.) e as Ongs – foi mobilizada para a execução dos programas.

A meta global do Planfor é, a médio e longo prazos, construir oferta de qualificação profissional suficiente para atender a pelo menos 20% da PEA ao ano. Essa proporção parece ambiciosa quando se calcula que, em números de hoje, 20% da PEA são 15 milhões de pessoas. Mas fica modesta quando se pensa que implica uma chance de atualização profissional, por trabalhador, a cada cinco anos – uma eternidade neste mundo de aceleradas mudanças em que vivemos e principalmente no Brasil onde a média de escolaridade da PEA não passa de 6 anos de estudo.

Em 1995, o país estava qualificando, em média, 5% da PEA, por ano. Com o Planfor, chegamos, em 1999, a 12%. Queremos chegar a 20% até 2002. Mas essa meta vem sempre com uma

condição: para isso, é preciso articular a competência e capacidade instalada de EP no país, pública e privada. O recurso do FAT entra como alavanca – mas não como único nem principal financiador desse processo. Em 1999, os R\$355 milhões do FAT garantiram a qualificação de 2,6 milhões de pessoas, algo como 4% da PEA maior de 15 anos de idade; no mesmo ano, estima-se que foram investidos outros R\$4 bilhões, por meio do Sistema “S”, escolas técnicas federais e estaduais, empresas, fundações, Ongs, que atingiram 5 milhões de pessoas, 8% da PEA. Isto quer dizer que, do investimento total em educação profissional no país, em 1999, estimado em R\$4,4 bilhões, o Planfor/FAT entrou com 8%.

Apesar da escala atingida e visada, o mais importante do Planfor não são os números, mas seu foco permanente em um projeto nacional de desenvolvimento sustentado. Com esse escopo, o Planfor vem progressivamente se articulando a outros mecanismos do sistema público de trabalho e renda, em especial o seguro desemprego, intermediação de mão-de-obra e crédito popular. As pessoas beneficiárias desses programas integram, obrigatória e prioritariamente, os grupos de público-alvo a ser atendidos em 2000, somando – na meta inicial – 3,6 milhões de treinandos e investimentos na casa dos R\$480 milhões do FAT, junto com as mencionadas parcerias (ver tabela 1). A perspectiva, baseada no desempenho do Planfor em anos anteriores, é chegar a perto de 4 milhões de treinandos.

Ao mesmo tempo, à medida que formação de recursos humanos se torna ingrediente obrigatório em políticas e programas de desenvolvimento sustentado, o Planfor vem permeando diversas ações do Programa Plurianual de Ação (PPA) do governo. Qualificação profissional – com recursos do Planfor/FAT – é componente básico de programas como o Comunidade Solidária, o Plano Nacional de Direitos Humanos (por meio do Serviço Civil Voluntário, implementado em todas as unidades federativas), o Plano Nacional de Segurança Pública (formação de policiais civis e militares), o Proep – Programa de Reforma e Melhoria do Ensino Técnico Profissional, o Profae – Programa de Formação de

Tabela 1

Planfor/FAT – 2000

Metas de treinandos e investimento, segundo o público-alvo

Público-alvo	Treinandos (mil)	Invest. (R\$ milhões)
• pessoas desocupadas/beneficiários do seguro desemprego	1.763,3	232,7
• pessoas sob risco de desocupação no setor urbano e rural	740,0	89,5
• pequenos e micro produtores urbanos/rurais, beneficiários do Proger, Pronaf e outras linhas de crédito do FAT	523,8	54,6
• trabalhadores por conta própria	416,4	45,4
• outros públicos*	185,8	28,0
Total**	3.629,3	484,3

Fonte: **Sigep** – Sistema de Informações Gerenciais sobre Educação Profissional

* Por determinação do Codefat, esses “outros públicos” devem ser categorias vitais para o desenvolvimento local, podendo absorver, no máximo, 10% dos recursos e 16% das vagas ofertadas no Planfor.

** Não inclui recursos nem treinandos do Proep (Programa de Reforma e Melhoria do Ensino Técnico Profissional) e do Profae - Programa de Formação de Auxiliares de Enfermagem, o Brasil Empreendedor - (ver tabela 2 a seguir), mas abrange investimentos em projetos de supervisão e avaliação dos programas.

Auxiliares de Enfermagem, o Brasil Empreendedor. As metas para 2000 alcançam 3 milhões de treinandos e R\$ 550 milhões de investimentos do FAT nesses programas (ver tabela 2).

Essa articulação reflete o duplo eixo do Planfor: de um lado, em populações que, normalmente, não teriam qualquer outra chance de se qualificar, por serem pobres e de baixa escolaridade: trabalhadores desempregados, jovens em busca do primeiro emprego, pessoas ocupadas na pequena propriedade rural, donos de pequenos negócios urbanos, além de outros grupos prioritários da área social e de direitos humanos. De outro, setores e atividades com grande potencial de geração de trabalho e renda, que podem absorver as pessoas que vão sendo qualificadas, como por exemplo: o turismo, a pequena agricultura, as atividades exportadoras, especialmente de micro e pequenos empreendimentos.

A progressiva costura e consolidação de todos esses elementos é que vai configurar uma política pública de trabalho e renda com foco no desenvolvimento e competitividade, mas sobretudo na equidade. Qualificação profissional, em si e por si mesma, não promove o desenvolvimento, não gera emprego, nem faz justiça social. Mas é um componente indispensável de políticas públicas que visem a tais propósitos. Porque qualificação agrega valor ao trabalho e ao trabalhador. Aumenta as chances de obter e manter trabalho. Amplia as oportunidades de geração de renda. Melhora a qualidade dos produtos e serviços. Torna as empresas mais competitivas. Torna o trabalhador mais competente. E, por tudo isso, é direito do trabalhador, em uma sociedade que quer abrir cada vez mais seu leque de oportunidades.

Tabela 2

Planfor/FAT – 2000

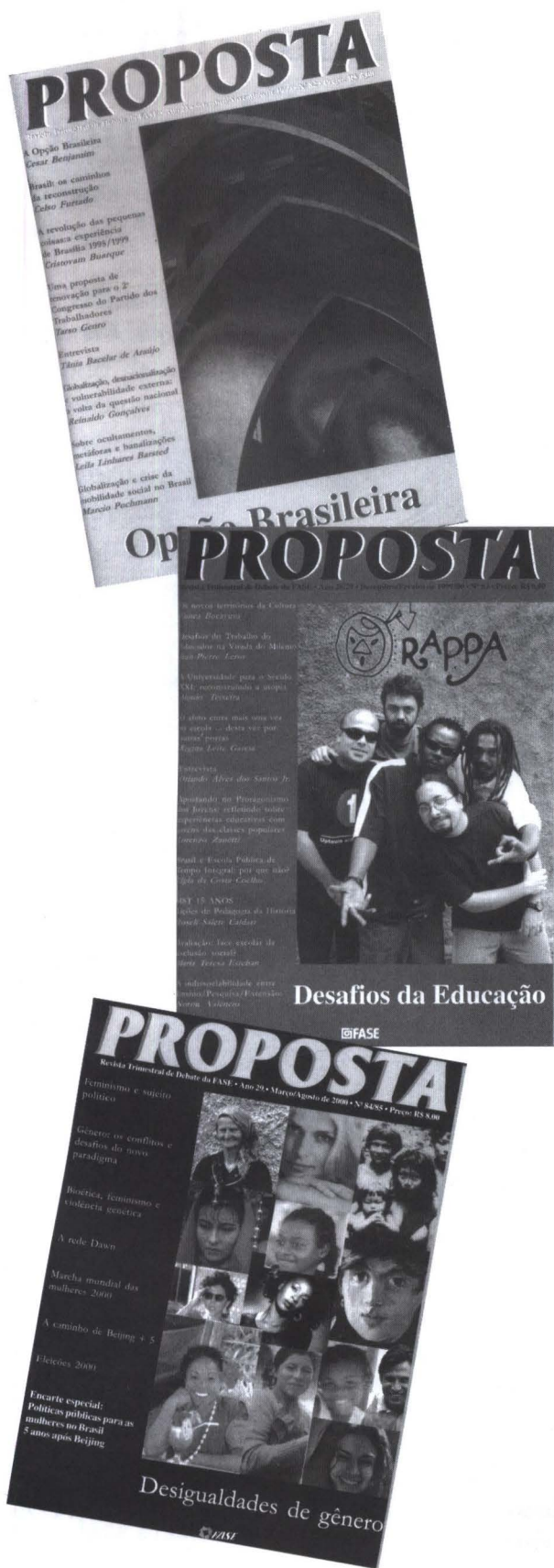
Metas de treinandos e investimentos segundo programas e projetos sociais do governo federal

Áreas/Programas	Treinandos (mil)	Invest. R\$ milhões
Programa Comunidade Solidária		
• Capacitação Solidária	18,0	10,0
• IDH-12 (cobrindo os mil municípios mais pobres do país)	1.053,4	109,8
▪ Comunidade Ativa	268,5	38,1
Programa Brasil Empreendedor		
✓ Micro, pequena e média empresa	1.336,5	201,1
▪ Turismo	143,2	16,1
Direitos Humanos		
✓ Serviço Civil Voluntário	21,0	22,1
✓ Segurança Pública – qualificação de policiais civis e militares	26,1	4,4
Assistência Social		
▪ Qualificação de pessoas que cuidam de idosos	10,2	1,8
▪ Qualificação de educadores infantis	18,0	2,8
Educação		
▪ Proep – Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Profissional*	17,4	30,0
▪ Telecurso 2000 (supletivo fundamental e médio)	18,1	13,9
Saúde		
• Profae – Programa de Formação de Auxiliares de Enfermagem *	72,9	100,0
Total**	3.003,3	550,1

Fonte: Sigep

* Metas não computadas na tabela 1, uma vez que se trata de linhas de financiamento específicas.

** Os programas mencionados nesta tabela estão incluídos nas metas da tabela 1, exceto Proep e Profae. Por outro lado, os programas da tabela 1 incluem outros públicos/setores, além dos que estão arrolados nesta tabela.



Em **Proposta**, você vai encontrar artigos que trazem diferentes perspectivas e a análise mais apurada sobre a realidade brasileira e o retrato extraído diretamente da experiência dos movimentos populares. Você vai ler e refletir em profundidade sobre um Brasil que discute, luta, se organiza e encontra soluções alternativas, em inúmeras experiências em diferentes regiões e cidades do país, para a construção de uma sociedade justa, democrática e sustentável.

Valor da Assinatura Anual
R\$ 28,00 (vinte e oito reais).

Como Fazer sua Assinatura de Proposta
Fazer um depósito no valor acima à FASE no Banco Bradesco, na conta 31947-3, agência Catete 3019-8.

Enviar o comprovante de depósito com seu nome e endereço para o fax (021) 286-1209. Em breve você receberá a Revista em sua casa pelo correio.

Ou então,

Enviar um cheque nominal à FASE no valor de R\$28,00, juntamente com seus dados para o endereço: Rua das Palmeiras, 90 Cep 22270-070, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ

Para maiores informações: (021) 286 1441 ou sbrandao@fase.org.br

A Educação Profissional do Cidadão Produtivo à Luz de uma Análise de Contexto

Maria Ciavatta¹



¹ Licenciada em Filosofia, Doutora em Ciências Humanas, Professora Titular de Trabalho e Educação da Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro. Uma primeira versão deste tema foi apresentada no “II International Fórum Paulo Freire: nuove tecnologie e sviluppo sostenibile” realizado na Università degli Studi di Bologna, Itália, de 29 de março a 1º de abril de 2000. O texto tem base na pesquisa “Avaliação do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador”, do Ministério de Trabalho e Emprego (MTE)/Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional (Sefor), desenvolvido pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)/Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (Unitrabalho), São Paulo, 1996-1999. Mas a análise aqui apresentada expressa pontos de vista pessoais da autora.

“O aprendizado das técnicas de ler e escrever ou das técnicas de manejar o arado ou usar fertilizantes (bem como o aprendizado de um programa de ação), enfim, todo aprendizado deve encontrar-se intimamente associado à tomada de consciência da situação real vivida pelo educando”. (Paulo Freire)

Dois aspectos são fundamentais na trajetória histórica de Paulo Freire e de seu revolucionário método de alfabetização. O primeiro é o tratamento essencialmente histórico e político que ele dá a questão da aprendizagem. O segundo é o autoritarismo e a tecnificação como que o governo promoveu a distorção de seu método nos anos 60, tratando como funcional o que é político.

A análise do contexto pessoal e político, que devia acompanhar a aprendizagem de cada palavra geradora, evocava a totalidade social, o conjunto de relações sócio-econômicas, políticas, culturais que constituem cada fenômeno, que lhe dá sentido e significado e que tem ressonâncias conscientes ou inconscientes no sujeito que aprende. Esta “revelação”, simples e ao mesmo tempo fabulosa, era tanto mais importante tratando-se de trabalhadores analfabetos, vitalmente inseridos na sua realidade cotidiana, em um país de extremas condições de desigualdade de renda e subalternidade social. Destes pressupostos inferimos que os planos e as ações educacionais só podem alcançar seus objetivos especificamente educativos se desenvolverem a consciência política dos entraves à emancipação humana em todos os seus aspectos e não apenas nas questões de domínio técnico ou operacional.

A negação deste princípio básico, de seu potencial gerador de aprendizado da língua escrita, desencadeador de emoções e conhecimentos e sua substituição por procedimentos técnicos, supostamente neutros, “apolíticos” (que se institucionalizou no Movimento Brasileiro de Alfabetização – Mobral), abortou todo um movimento social que buscava transformar a sociedade brasileira nos anos 60. Ao mesmo

tempo, ganhou força a outra face da cultura brasileira, o formalismo, a metafísica, que prevalecem através da fragmentação e da descontextualização que caracterizam muitos processos educacionais, tomando a parte pelo todo, isolando-os de sua totalidade histórica, das relações que lhes dão sentido e significado.

Esta unilateralidade no tratamento das questões de interesse social tem uma história antiga no Brasil. A própria noção de colônia evoca a dominação que apresenta o interesse particular dos colonizadores como o interesse de todos que aqui vivem e trabalham. É como o duplo paradoxo “*Na República que não era, a cidade não tinha cidadãos*”, que José Murilo de Carvalho (1987), assinala a “castração política” da cidade do Rio de Janeiro, neutralizada politicamente pela República, impedindo seu autogoverno e reprimindo a mobilização política de sua população urbana. O interesse das elites se apresenta como o interesse de toda a sociedade e se instaura um novo sistema político sem que se alterem substancialmente as condições de vida precárias da população. Regimes ditatoriais, autoritarismo e repressão, paternalismo e clientelismo alimentam a subalternidade e o atraso social, conduzindo-o à uma “modernização conservadora”.

Seria inócuo, nas dimensões restritas deste artigo, fazer uma retrospectiva dos indicadores sociais que regem, historicamente, a vida dos trabalhadores brasileiros. Os baixos índices de escolaridade, de habitação, de saneamento, de saúde e os alentados índices de analfabetismo e de pobreza, chegando a miserabilidade, são lugares comuns na literatura acadêmica e na grande imprensa. Nem mesmo o último censo do IBGE consegue afastar o mal-estar do retrato de um país que, secularmente, deixa a grande maioria de sua população fora dos limites elementares da sobrevivência humana. Retrato que se mostra ao vivo, todos os dias, nas grandes cidades brasileiras, nos sinais de trânsito, nas camas de papelão, nas ruas centrais desertas após o horário comercial, no inchamento crescente das periferias com as levas de migrantes em busca de comida, de trabalho, de terra ou apenas de comisseração.



De outra parte, a utopia da esperança freiriana nos aconselha a ver os fatos na sua dialética, nas suas continuidades e rupturas, nos avanços possíveis na teoria e na prática. O que significa buscar ir além da fragmentação que nos transmite uma visão ideologizada das transformações econômicas e da reestruturação produtiva em curso, da informatização dos processos produtivos e da flexibilização das relações de trabalho como processos inevitáveis, assim como o atual nível de desemprego, subemprego e exclusão social em curso no país.

O contexto contraditório de um país rico e de uma população pobre é o pressuposto básico para uma análise em profundidade das políticas sociais no país. A partir desta base, buscamos apresentar alguns elementos de análise sobre um amplo programa de educação profissional de trabalhadores, destinado, principalmente, aos pobres, aos desempregados, aos deficientes visando torná-los cidadãos produtivos.²

O Governo brasileiro está promovendo, desde 1996, o Planfor (o atual Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador, inicialmente, Plano

Nacional de Educação Profissional), desenvolvido pela Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional (Sefor) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). São os seguintes os elementos críticos que nos dispomos a apresentar: o Plano no seu contexto; a pretensão de ser uma educação continuada; os estudos de contexto e a educação com foco no mercado.

1. O contexto econômico-social do PLANFOR

Elaborado em 1995, com a vitória de Fernando Henrique Cardoso, por meio da Resolução 126/1996 do Codefat, o Planfor definiu prioridades setoriais e clientelas, programas nacionais e estaduais que começam efetivamente a ser executados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT, Lei nº 8.019/90). Mediante a apresentação e aprovação de projetos

² Mtb. SEFOR. *Educação profissional. PLANFOR, Formando o cidadão produtivo*. S.I., FAT/Codefat, s.d.

de educação profissional pelos conselhos estaduais e/ou municipais e pelas Secretarias de Trabalho estaduais, uma ampla gama de instituições passa a executar programas de educação profissional, de objetivos e duração muito variados. São sindicatos, Organizações Não-Governamentais (Ongs), fundações e universidades, outras associações da sociedade civil, instituições tradicionais empresariais como o Sistema "S" (Senai, Senac, Senar, Senat, Sebrae), escolas técnicas federais e estaduais. Posteriormente, introduziram-se os projetos especiais, chamados de Parcerias, diretamente selecionados pela Sefor/MTE.

Dados dos relatórios estaduais da avaliação externa e do Anuário Estatístico do Ministério do Trabalho informam que de 1995, ano em que a iniciativa começou a ganhar forma, até 1998, 14.471 entidades se cadastraram e as executoras que desenvolveram projetos financiadas pelo Planfor, com recursos do FAT, foram 490 em 1996, 658 em 1997 e 963 em 1998. Nos anos de 1996 a 1998, esses projetos atenderam um total aproximado de 4.820.700 treinados e foram investidos cerca de 849,2 milhões de reais (Lima Neto, 1999 anexos). O Plano tinha por objetivo integrar as redes de formação profissional em todos os níveis, de modo a atender, até 1999, 15 milhões de trabalhadores, ou seja, 20% da População Economicamente Ativa – PEA (Planfor, 1996, p. 24).

**O CONCEITO HUMANISTA DE
EDUCAÇÃO COMO
FORMAÇÃO DE VALORES E
COMPORTAMENTOS
CEDE LUGAR À
NECESSIDADE DO
DOMÍNIO DAS
INFORMAÇÕES
E À SUA
OPERACIONALIZAÇÃO PARA
AS NECESSIDADES DO
MERCADO**

**A CRISE DE
DESENVOLVIMENTO DOS
ANOS 80
SINALIZOU DESDE ENTÃO “A
ESTAGNAÇÃO
DA RENDA, DETERIORAÇÃO
NOS INVESTIMENTOS E
DEGRADAÇÃO
DOS INDICADORES
SOCIAIS”**

O Plano, objeto desta breve análise, foi elaborado no início dos anos 90, em um momento da vida nacional onde, superado o longo período da Ditadura Militar, ensaia-se a consolidação da democracia, dentro de um governo liberal, representativo. Contraditoriamente, vencido o período de redemocratização, aprovada uma nova Constituição impulsionada pelos movimentos sociais, as medidas de ajuste econômico e a integração subordinada ao sistema econômico internacional geraram novas formas de exclusão social.

Teoricamente, o processo de internacionalização das economias leva à maior circulação de capitais e abre oportunidades para a mobilidade da mão-de-obra. Mas em um país que não chegou a superar as formas tradicionais de exclusão social: subemprego, baixos rendimentos, informalidade do trabalho, precárias condições de vida, baixos níveis de escolaridade, com a nova política, novas formas de exclusão aparecem: desemprego aberto, ocupações atípicas, precarização das condições e das relações de trabalho. Este quadro conduz à redução da mobilidade de amplas parcelas da população, limita os laços de solidariedade e compromisso nacionais, aumenta a desigualdade na repartição dos benefícios da produção da riqueza social.

Observa-se um movimento geral de precarização do mercado de trabalho no período que vai do final dos anos 70 até nossos dias. Há uma “redução na capacidade de gerar novos

empregos regulares e regulamentados, a destruição de parte das ocupações formais existentes, a diminuição do poder de compra dos salários e a ampliação da sub-utilização da força de trabalho". A crise de desenvolvimento dos anos 80 sinalizou desde então "a estagnação da renda, deterioração nos investimentos e degradação dos indicadores sociais" (Pochmann, 1999, p. 49-50). O discurso da globalização e da necessidade da desregulamentação (flexibilização) das relações de trabalho exigidos pelas inovações tecnológicas atua como elemento de legitimação do presente para a construção de um futuro melhor.

Alguns dados sobre os compromissos financeiros do Brasil ajudam a compreender o aspecto crítico e contraditório de um programa de formação profissional em um país em processo de recessão econômica e redução na capacidade de gerar novos postos de trabalho. O Brasil tem o pagamento das dívidas internas e externas como prioridade, mantém altas taxas de juros e, conseqüentemente, uma política econômica recessiva, uma das fontes do desemprego e do empobrecimento da população. A parcialidade de programas como o Planfor pode ser ilustrada com dados sobre os encargos financeiros do governo

e o valor dos benefícios obtidos pelo capital: a taxa de lucro dos bancos estrangeiros no Brasil foi de 852% em 1999; o pagamento dos encargos financeiros da dívida comprometeu 64% do orçamento nacional (agosto/99); a taxa de desemprego (para a grande São Paulo) foi de 17% (Dieese, fevereiro/00) e o salário mínimo passou de US\$ 77.00 para US\$ 86.30 em maio (Pacs, 2000).

A concepção do Planfor responde à realidade de um mercado de trabalho instável, onde a base material da produção de bens e serviços sofre uma progressiva reestruturação, tendencialmente de acordo com as exigências do mercado internacional. Não obstante a este quadro, e talvez por isso mesmo, o próprio Plano tem o aval de entidades de classe dos trabalhadores que participam da gestão de seu financiamento através do Codefat (Conselho do Fundo de Amparo ao Trabalhador).

O Planfor tem o mérito de ter permitido o acesso e o gerenciamento de recursos públicos pelas organizações dos trabalhadores, secretarias estaduais e municipais do trabalho, comissões de emprego e dezenas de entidades da sociedade civil (Ongs, associações, escolas, universidades etc.).



Muitos sindicatos estão utilizando esses recursos para proporcionar oportunidades de formação a seus associados, principalmente os desempregados. Entre os programas em curso alguns podem representar um avanço na educação para a emancipação dos trabalhadores (por exemplo, o apoio aos projetos de economia solidária, o projeto de formação negociada da Federação Nacional dos Metalúrgicos).

No entanto, do ponto de vista político, ele parece contribuir para o enfraquecimento da classe trabalhadora na sua capacidade de autonomia e resistência frente ao projeto econômico em curso. Visto de uma ótica político-pedagógica, a concepção do Planfor orienta-se pela funcionalidade da formação profissional para um mercado de trabalho seletivo, restrito, privilegiando os aspectos prático-técnicos da preparação para o trabalho. Seu sentido maior é funcional ao modelo econômico vigente, atenuando as tensões sociais e elidindo as contradições intrínsecas à formação profissional para o trabalho incerto (Franco, 1999).

2. A pretensão de ser uma educação continuada

Pela análise da produção abundante de documentos da Secretaria de Formação Profissional, constata-se uma preocupação inicial e permanente com a “população alvo”, isto é, os desempregados, os jovens em busca do primeiro emprego, os trabalhadores de baixa escolaridade e aqueles que são alvo de algum tipo de discriminação, como os negros, as mulheres, os deficientes, os idosos. A educação profissional nos cursos oferecidos deveria conduzir os trabalhadores a um processo de educação continuada. Mas é preciso analisar este objetivo louvável no quadro maior de um presente cheio de incertezas.

Sua primeira contradição é preparar para o trabalho incerto, para um mercado de trabalho pautado pelos países desenvolvidos, pelas exigências da “sociedade do conhecimento” (ver,

entre outros, Toffer, 1983). Neste processo, a educação passa a ser considerada matéria de valor estratégico para a produção econômica e para os indivíduos que devem adquirir os conhecimentos necessários para enfrentar mercados de trabalho em constante transformação. Com isso, abem-se duas vertentes de debate: primeiro, o conceito humanista de educação como formação de valores e comportamentos cede lugar à necessidade do domínio das informações e à sua operacionalização para as necessidades do mercado. Segundo, mesmo envolta em polêmicas, a educação ganha espaços de valorização nos países desenvolvidos. Na maior parte dos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, que reúne os países mais ricos), dados de 1995 mostram que mais de 60% da população entre 25 e 64 anos completaram, ao menos, o ensino médio. Em cinco países (República Tcheca, Alemanha, Noruega, Suíça e Estados Unidos) tal população supera os 80% (Ceri-Ocse, 1996, p. 37). No Brasil, pelas mesmas fontes, 75% estariam abaixo do ensino médio, 15% completaram o ensino médio e 10% o ensino universitário (Sguardo, 2000; Bossetti, 2000, p. 6).

Os indicadores sociais no Brasil apontam em uma direção inversa. Desenham um quadro de escolarização insuficiente e fragmentada, com baixos índices de investimento em educação pública, limites de acesso à educação fundamental e média por carência de vagas, pela baixa qualidade da educação oferecida e pelos índices preocupantes de abandono escolar (polemicamente decrescentes em vista da promoção automática implantada no ensino fundamental). Assim, senão no seu sentido ideologizado, como pretensão ou proposta, a oferta de educação continuada está visivelmente comprometida. O sentido próprio, mais adequado de educação continuada implica um processo educativo completo, onde educação geral de qualidade, cursos iniciais de formação profissional, cursos especializados ou técnicos e atualização perma-



nente são parte de um contexto de preparação para o trabalho e de promoção da cidadania.

Um segundo questionamento a ser feito ao Plano é ter como objetivo suprir carências de preparação para o trabalho em um quadro de políticas públicas insuficientes e descontínuas para atender às necessidades básicas de escolarização e de preparação técnico-científica (salvo se o país abrir mão de um mínimo de soberania na produção do conhecimento científico-tecnológico). Embora polêmica e apoiada na controvertida “tese” do fim da centralidade do trabalho (Frigotto, 1995), o termo “sociedade do conhecimento” sinaliza a importância do conhecimento e da educação em uma economia global com base no desenvolvimento tecnológico e na disseminação vertiginosa das informações.

3. A integração acrítica ao paradigma das competências

A área de educação e trabalho, onde se situam a educação profissional e os variados processos de qualificação dos trabalhadores, está sujeita a

uma certa obscuridade e impasses. Isto ocorre não apenas no campo da interpretação dos processos em andamento mas, também, nas instâncias burocráticas da administração pública e no equacionamento teórico-prático dos cursos. Alguns poucos elementos históricos ajudam a compreender as dificuldades intrínsecas de uma área situada na divisão social do trabalho, ou mais precisamente, na divisão do trabalho manual/trabalho intelectual como parte da divisão das classes sociais.

Nos anos 40, os bastidores da administração pública do trabalho e da educação passaram por intensa disputa quanto ao modelo de formação técnica e profissional que deveria ser criado no país, face à expansão industrial após a Revolução de Trinta. Dois ministérios, o de Trabalho e o da Educação disputavam projetos que pudessem melhor atender à necessidade do aumento de mão-de-obra preparada para as novas funções industriais. Desse embate, criaram-se dois sistemas de formação profissional: no âmbito do pensamento empresarial, junto ao Ministério do Trabalho, criou-se o Sistema Nacional de

Aprendizagem Industrial (Senai) e seu correlato relativo ao comércio (Senac), com fundo próprio deduzido da produção industrial, cursos de duração variável, modulares, de diversos níveis, de acordo com as necessidades da indústria e do comércio. No âmbito do Ministério da Educação, criou-se o sistema nacional das escolas técnicas, com o objetivo de oferecer educação técnica de nível médio integrada ao sistema regular de ensino.

Estas duas vertentes de formação técnica e profissional sofreram novos ajustes a partir das novas necessidades postas pelo desenvolvimento econômico e tecnológico. Nos anos 70 foi a profissionalização compulsória do ensino fundamental e médio (Lei n.º 5692/71). Nos anos 80 houve

No âmbito da administração pública, a intercessão da educação e do trabalho mantém-se dividida em dois sistemas, os projetos do Planfor no Ministério do Trabalho e Emprego e o sistema de educação média e tecnológica do Ministério da Educação. No entanto, ambos, assim como o Sistema “S”, passam por transformações que têm uma base comum na nova ideologia da educação profissional, a idéia de “trabalhabilidade” e de “empregabilidade”, e no que se considera a emergência de um novo paradigma, o modelo das competências. Os dois primeiros são termos novos, noções de elaboração que buscam ressignificar e legitimar a transformação. O modelo das competências, sobre o qual já existe razoável

**O SENTIDO PRÓPRIO, MAIS ADEQUADO DE EDUCAÇÃO
CONTINUADA IMPLICA UM PROCESSO EDUCATIVO
COMPLETO, ONDE EDUCAÇÃO
GERAL DE QUALIDADE, CURSOS INICIAIS DE FORMAÇÃO
PROFISSIONAL, CURSOS
ESPECIALIZADOS OU TÉCNICOS E ATUALIZAÇÃO
PERMANENTE SÃO PARTE
DE UM CONTEXTO DE PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO
E DE PROMOÇÃO DA
CIDADANIA**

um movimento de expansão do número de escolas técnicas (o projeto de criação de “duzentas escolas técnicas” durante o Governo Sarney). Nos anos 90, sob a influência das políticas de ajuste econômico e a interferência do Banco Mundial nas políticas educacionais do Brasil (e da América Latina), tanto o Sistema “S” quanto os sistemas federal e estaduais das escolas técnicas vêm passando por uma reestruturação. Separa-se o ensino técnico do ensino médio, restringe-se o número de vagas em ambos e abrem-se cursos modulares de preparação profissional, de duração variável. Fragmenta-se em cursos e até em escolas diferentes o que se concebia como a integração dos fundamentos técnico-científicos com a prática na formação profissional.

literatura, inclusive de nível internacional, ainda é um conceito polêmico e de difícil operacionalização em um quadro de baixos níveis de escolaridade como o brasileiro.

Alguns documentos iniciais da reforma mostram essa base comum em ambos os ministérios (a exemplo do MEC, 1996 e MTb/Sefor, 1996). O conceito de habilidades básicas, específicas e de gestão integram a idéia de competência. O desenvolvimento posterior das reformas nos dois ministérios veio mostrar que o conceito de competências moldou as Referências Curriculares para a Educação Profissional de Nível Técnico (MEC, 1999) e que o conceito de habilidades foi privilegiado pelo Planfor (entre outros, MTb/Sefor, 1996).



Ao buscar deslocar o foco do trabalho educacional “do ensinar para o aprender (...) a escolha de métodos, de estratégias e de recursos de ensino são substituídas pela visão de que os conteúdos não constituem núcleo do trabalho educacional, mas insumos ou suportes de competências (...)”. Produtividade e competitividade são as palavras de ordem do mundo da produção. Segundo os Referenciais Curriculares para a Educação Profissional de Nível Técnico, a competência caracteriza-se pela capacidade de alocar os saberes cognitivos, psicomotores e sócio-afetivos “como recursos ou insumos, através de análises, de sínteses, inferências, generalizações, analogias, associações, transferências, ou seja, de esquemas mentais adaptados e flexíveis, em ações próprias de um contexto profissional específico, gerando desempenhos eficientes e eficazes” (MEC, 1999, p. 6-7).

Sua implementação evidencia duas contradições, as competências descritas nas Matrizes de Competências “assemelham-se muito mais a uma lista de saberes desvinculados do contexto em que são postos em prática, ou do significado que adquirem nesses mesmos contextos”. Estão, assim, ausentes as dimensões subjetivas e coletivas de sua aplicação. “As habilidades, por sua vez, acabam por se transformar em uma lista de tarefas que, mesmo sendo

a expressão prática dos saberes apropriados, quando abstraídos de uma contextualização, adquirem um aspecto mecanicista, embora isso venha a ser negado pela definição oficial do que venham a ser habilidades” (Ramos, 2000, p. 5-6). O que podemos perceber deste depoimento é que mudanças sociais complexas demandam um tempo de amadurecimento mais longo do que a pressa dos governos.

3. Os estudos de contexto e o foco da demanda do mercado de trabalho³

Uma das exigências básicas do Planfor é “promover a adequação das ações de qualificação às tendências do mercado de trabalho, ao perfil da clientela e às prioridades do desenvolvimento local ou regional”. Os estudos de contexto visam traçar um mapa tanto quanto possível aproximado de um mercado de trabalho que combina setores tradicionais, inclusive artesanais, outros de natureza taylorista e alguns de avançados processos tecnológicos. O que, na prática, significa, inverter a tendência tradicional da oferta de cursos a partir da

³ Os comentários desta seção têm por base Lima Neto, 1999 e Salm, 1999.

capacidade instalada das instituições. O que pode significar romper os esquemas clientelísticos das instâncias de financiamento, ou, ao contrário, reforçá-los, ou, ainda, abrir espaço à presença mais efetiva das Comissões Municipais ou Estaduais de Emprego na seleção dos cursos.

A avaliação do primeiro ano de implementação do Plano, 1996, mostra que foram raros os estudos de contextualização orientando a oferta de cursos. Os anos seguintes mostraram um avanço neste sentido. Em 1998, 78% dos Estados procuraram relacionar questões do setor produtivo com problemas de emprego, desemprego e renda ou com a questão fundiária. Houve, também, tentativas de utilizar os dados da PEA e de informações estatísticas como Rais e Caged-MTE) para identificar “demandas de mercado” (Lima Neto, 1999, p. 9-10).

A proposta de focalização na demanda do mercado de trabalho, segundo a Resolução 194/98 do Codefat, requer alguns comentários (ver Salm, 1999). O termo tem a ver com as ocupações (e respectivas capacitações) demandadas por empregadores no mercado de trabalho e não se aplica a todos os cursos oferecidos. Isto porque raramente e de forma discutível foram feitos estudos de mercado para orientar a oferta de cursos. O que significa que esses cursos promovem habilidades que não encontram uma oferta ocupacional adequada.

**HÁ UMA “REDUÇÃO
NA CAPACIDADE DE GERAR
NOVOS EMPREGOS
REGULARES E
REGULAMENTADOS, A
DESTRUIÇÃO DE PARTE DAS
OCUPAÇÕES
FORMAIS EXISTENTES, A
DIMINUIÇÃO DO PODER DE
COMPRA DOS SALÁRIOS E A
AMPLIAÇÃO DA SUB-
UTILIZAÇÃO DA FORÇA DE
TRABALHO**

**NO BRASIL, 67% DA
POPULAÇÃO
ECONOMICAMENTE ATIVA
OCUPADA
APRESENTA NÍVEIS DE
ESCOLARIDADE QUE
NÃO ALCANÇAM
OS OITO
ANOS DE EDUCAÇÃO
FUNDAMENTAL**

Um segundo aspecto relativo à demanda se refere aos cursos que capacitam para demandas institucionais, geralmente dos órgãos dos setores públicos (professores, agentes de saúde, bombeiros etc.) o que mais se aproxima da demanda de mercado e de uma visão mais global da relação demanda e oferta ou necessidades dos trabalhadores e oferta de cursos de formação profissional. Neste sentido, a empresa Rodhia utilizou e ajudou a divulgar o termo “empregabilidade”, justificando sua intenção de preparar a empresa para os novos desafios do mundo do trabalho e para proporcionar aos seus “empregados condições para que se mantenham permanentemente preparados para enfrentar as demandas de qualificação que estão surgindo a cada momento (...)” (Grubisich, 1997, p. 7-8).

Em seu trabalho político pedagógico o Planfor valeu-se do termo “empregabilidade”, amplamente divulgado pela política oficial, pelos empresários e pelos meios de comunicação, termo que, hoje, faz parte da linguagem corrente no Brasil. Não se trata de um conceito estruturado, resultado de uma reflexão amadurecida e fundamentada. Antes, a empregabilidade é uma noção, a idéia da capacidade que o indivíduo deve desenvolver para manter-se empregado ou desempregado, para reinserir-se no mercado de trabalho, ou para criar um meio de geração de renda.

Do ponto de vista de uma análise crítica, contextualizada, do Planfor que propõe a univer-



salização da formação profissional, o termo empregabilidade merece alguns comentários (Gentili, 1999). Um primeiro significado pode se referir à necessidade objetiva que os indivíduos têm de adquirir habilidades e competências para o desempenho de atividades em um mercado de trabalho marcado pela heterogeneidade (produção taylorista-fordista e artesanal ao lado de empresas de tecnologia avançada e modelo toyotista de relações produtivas) e por acelerada transformação.

Há um segundo significado que não se articula fundamentalmente com o primeiro, porque ainda não se tem clareza das habilidades e competências a serem desenvolvidas, nem se pode saber exatamente, salvo se uma empresa demanda, em que setor específico do mercado do trabalho, em que tempo, em que lugar, essas qualidades do trabalhador podem lhe servir para obter um posto de trabalho ou uma atividade remunerada. Neste sentido, o termo empregabilidade tende a ganhar força como um poderoso mecanismo ideológico, incorporando-se ao senso comum, orientando as ações e opções

dos indivíduos no campo da formação geral e/ou profissional e repassando-lhes a responsabilidade pelo sucesso ou insucesso no mercado de trabalho.

Um outro tipo de demanda é a social, isto é, tem por base as necessidades de formação das pessoas, que podem ser as habilidades básicas ou gerais ou mais específicas, como no caso das habilidades de informática básica. No caso brasileiro, há 74 milhões de trabalhadores de 15 anos ou mais, dos quais 38% têm menos de quatro anos de estudo, incluindo-se aí 20% de analfabetos; e 67% da População Economicamente Ativa ocupada apresenta níveis de escolaridade que não alcançam os oito anos de educação fundamental (Ministério, 1997). O que significa que a demanda social fundamental é a educação fundamental e, complementarmente, a formação profissional.

Deixa a desejar, segundo a avaliação nacional do Planfor, a insuficiente articulação dos PEQs com outras Políticas Públicas, de modo especial, de educação, dado o baixo nível de

escolaridade do trabalhador brasileiro. São residuais os dados sobre a preocupação em articular, com as secretarias de educação, cursos de educação profissional com a oferta de educação básica para trabalhadores analfabetos ou de baixa escolaridade.

Este amplo programa de formação profissional corre o risco de se tornar substitutivo da educação básica, fundamental e média. A necessidade iniludível de encontrar um emprego ou um trabalho ou uma forma qualquer de garantir a sobrevivência diária, torna a escola um bem supérfluo e os jovens passam a buscar prioritariamente, a preparação imediata para o trabalho. O Brasil tem perto de 60% de sua PEA no mercado informal, o que significa trabalhando por conta própria, ou como autônomos, como ambulantes ou na contravenção. De um modo geral, são trabalhadores sem nenhuma garantia de direitos trabalhistas ou previdenciários. Isto é tanto mais grave em um país onde apenas 24% da população jovem, entre 15 e 24 anos, chega ao ensino médio.

**A QUESTÃO CRÍTICA
ESTÁ NOS PARÂMETROS
QUE BALIZAM A
CONCRETIZAÇÃO
DA CIDADANIA NO PAÍS.
SOMOS UMA
SOCIEDADE ONDE OS
DIREITOS
BÁSICOS DE SOBREVIVÊNCIA
E DA EDUCAÇÃO
BÁSICA, SE ESTÃO
GARANTIDOS
NA LEI, NÃO SE EFETIVAM,
COMO MOSTRAM OS
INDICADORES
SOCIAIS, SALVO PARA A
MENOR PARCELA DA
POPULAÇÃO**

4. Considerações finais

O Brasil é um país carente de medidas eficazes de incorporação de toda a população aos benefícios mínimos de riqueza social, à garantia dos direitos que assegurem educação básica pública, gratuita e de qualidade; serviços de saúde e saneamento; políticas de habitação, trabalho e previdência social. Neste contexto, um programa amplo de formação profissional, com a participação de entidades da sociedade civil, representa uma oferta de algum tipo de oportunidade a uma população secularmente abandonada pelos poderes públicos.

Mas são, justamente esses setores o maior alvo dos componentes ideológicos da aceitação do Plano, a exemplo da idéia de empregabilidade, um de seus pilares. Gentili propõe que o termo seja entendido no contexto da ‘crise da promessa integradora’, expressão da própria crise da modernidade, com referência à ofensiva conservadora contra o caráter potencialmente integrador atribuído à escola pública. O uso generalizado e ideologizado desta expressão faz prevalecer “a função simbólica central na demonstração do caráter limitado e aparentemente irrealizável” da “promessa integradora” no campo econômico e social. A escola seria uma instância de integração dos indivíduos no mercado que não comporta a integração de todos (Op. Cit. P. 86-79). As tensões sociais geradas pela exclusão de grandes parcelas da população, como vemos ocorrer hoje, principalmente nos países dependentes de economias centrais, é, ideologicamente, atenuada pela transferência aos indivíduos da responsabilidade de gerar os próprios meios de sobrevivência.

A análise dialética do conjunto das políticas de governo, de que o Planfor faz parte, revela outra de suas insuficiências e contradições. Se retomarmos o princípio freiriano de acompanhar todo elemento de aprendizagem de seu entorno histórico, das relações sociais, culturais e afetivas, compartilhadas pelo sujeito que aprende, este programa de formação profissional é uma resposta parcial aos problemas do analfabetismo, da educação, da formação profissional e do trabalho.



Este, como outros programas ao longo da história da educação brasileira, desloca a atenção do problema político da formação para uma alternativa funcional à atenuação das condições adversas do mercado de trabalho, principalmente, para os trabalhadores de baixa escolaridade, insuficiente qualificação, e pouca proteção social. Solução que se prevê temporária em razão dos limites dos recursos do FAT.

É um programa que não está institucionalizado no âmbito do poder legislativo, portanto, sua continuidade depende dos projetos da burocracia governamental (Tesser, 1999). Não está articulado ao sistema público de ensino de modo a garantir o resgate dos analfabetos e o aumento dos níveis de escolaridade da população. O que contribui para tornar difícil formar o “cidadão produtivo”.

A questão crítica está nos parâmetros que balizam a concretização da cidadania no país. Somos uma sociedade onde os direitos básicos de sobrevivência e da educação básica, se estão garantidos na lei, não se efetivam, como mostram os indicadores sociais, salvo para a menor parcela da população. Por isso, o indivíduo produtor que se exaure na produção sem integrar em si as dimensões políticas e culturais da cidadania; e o “cidadão” é um indivíduo aquém das expectativas geradas em torno de sua capacidade de atender às exigências das novas competências e habilidades que lhe estão destinadas na produção. Esse não é apenas um raciocínio circular. Circular, viciado, é o tratamento que, historicamente, as elites têm dispensado à população brasileira. Em síntese, queremos dizer que somente com um projeto de

país que integre toda a população nos meios de vida é possível importar os belos modelos ou gerar idéias promissoras e realizáveis.

Referências bibliográficas

CERI-OCSE. Uno sguardo sull'educazione. Gli indicatori internazionale dell'istruzione. Roma: Armando Editore, 1998.

BOSETTI, Giancarlo. Istruzione nel mondo, Italia parente povero. *L'Unità*. Cotidiano di política, economia e cultura. Suplemento Scuola e Formazione, Roma, ano 2, numero 11, mercoledì, 15 março 2000, p. 6.

DELUIZ, Neise. O PLANFOR em ação: entidades, cursos e formadores. In: LODI, Lúcia (org.) *Avaliação do PLANFOR: uma política pública de educação em debate*. São Paulo: UNITRABALHO, 1999.

FRANCO, Maria Ciavatta. Acompanhamento de egressos na avaliação dos PEQs. possibilidades e limites. In: LODI, Lúcia (org.) *Avaliação do PLANFOR: uma política pública de educação em debate*. São Paulo: UNITRABALHO, 1999.

_____. Formação profissional para o trabalho incerto. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.) *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

FREIRE, Paulo. *A educação como prática da liberdade*. 2a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

FRIGOTTO, Gaudêncio (org.) *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

GENTILI, Pablo. O conceito de empregabilidade. In: LODI, Lúcia (org.) *Avaliação do PLANFOR: uma política pública de educação em debate*. São Paulo: UNITRABALHO, 1999.

GRUBISICH, José Carlos. Apresentação. In: CASALI, Alípio et al. (orgs.) *Empregabilidade e educação*. Novos caminhos no mundo do trabalho. São Paulo: EDUC/RODIA, 1997.

LIMANETO, Newton (coord.). *Relatório de Avaliação Comparativa dos PEQs - 1996 a 1998*. Versão Preliminar. Parte I. São Carlos: FAI-UFSCar, 1999.

LODI, Lúcia (org.) *Avaliação do PLANFOR: uma política pública de educação em debate*. São Paulo: UNITRABALHO, 1999.

MINISTERIO do Trabalho. Secretaria de Formação. *Educação profissional*. PLANFOR. Formando o cidadão produtivo. Brasília: MTb/SEFOR/FAT/CODEFAT, 1997.

_____. *Habilidades, uma questão de competências*. Brasília: MTb/SEFOR, 1996.

_____. *PLANFOR. Plano Nacional de Educação*

Profissional. Termo de Referência dos Projetos Especiais. Avaliação, acompanhamento e supervisão. Cadastro de Executores. Brasília: MTb/SEFOR, 1996.

Ministério da Educação e do Desporto. *Reforma do ensino técnico*. Brasília: MEC/MTb, 1996.

_____. Referências curriculares para a educação profissional de nível técnico. Texto introdutório. S.d.. Mimeo.

PACS. Políticas Alternativas para o Cone Sul. Clamor fúnebre. Rio de Janeiro, 26-03-2000.

POCHMANN, Márcio. *O trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Contexto, 1999.

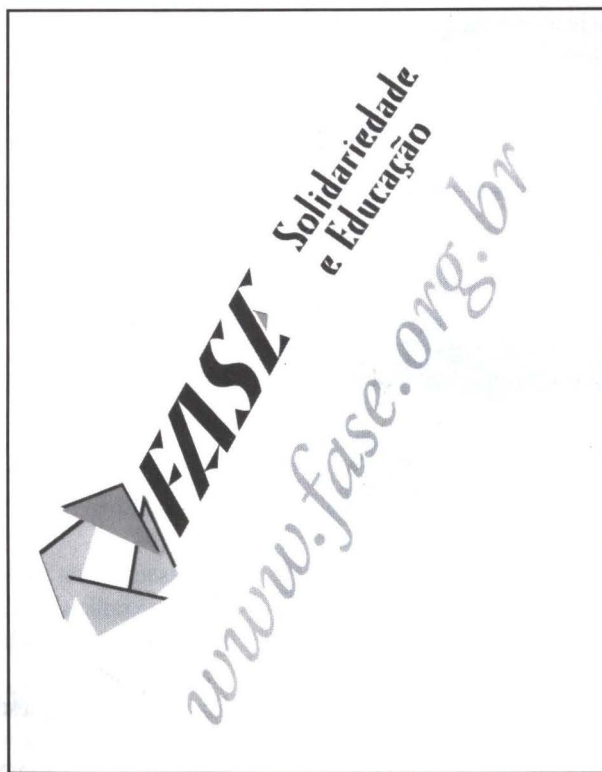
RAMOS, Marise. Novas diretrizes da educação profissional de nível técnico. Rio de Janeiro: CEFETEQ, 2000, mimeo.

SALM, Cláudio. Adequação dos planos de educação profissional às necessidades regionais. In: LODI, Lúcia (org.) *Avaliação do PLANFOR: uma política pública de educação em debate*. São Paulo: UNITRABALHO, 1999.

SGUARDO sull'educazione.. Gli indicatori internazionale dell'istruzione. Editore Armando, 1998, apud *L'Unità*, Scuola e Formazione, 15-03-2000

TESSER, Ozir. O PLANFOR: uma nova educação profissional. Debate. In: LODI, Lúcia (org.) *Avaliação do PLANFOR: uma política pública de educação em debate*. São Paulo: UNITRABALHO, 1999.

TOFFLER, Alvin. *O choque do futuro*. Rio de Janeiro: Artenova, 1973.



Proposta Recomenda



O Futuro das Metrôpoles: Desigualdades e Governabilidade

Organizador: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

Observatório IPPUR/UFRJ/FASE

Este livro conta com artigos de Adauto Lucio Cardoso, Carlos A de Mattos, Jesús Leal Maldonado, José Luís Fiori, José Luis Coraggio, Licia Valladares, Orlando dos Santos Jr., Suzana Pasternak Daschner, entre outros.

Esta é uma obra fundamental para aqueles que desejam compreender o nosso tempo e que acreditam que o futuro não está predestinado, mas que será resultado da história construída no passado, presente e no próprio futuro.

632 p. R\$50,00

Pedidos pelo tel: (XXX21) 286-1441 ou pelo e-mail sbrandao@fase.org.br

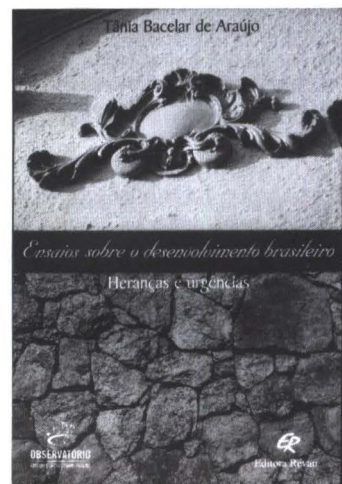
Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: Heranças e urgências **De Tânia Bacelar de Araújo**

Observatório CMG/UFPE - NESC/CPOAM – FASE/NE

Os trabalhos de Tânia Bacelar reunidos neste livro são um norte para pesquisas e ações pelo entendimento dos rumos do crescimento econômico brasileiro; um processo dinâmico e potente marcado, pelas suas características de exclusão social e de injustiça espacial, comprometendo o alcance do desenvolvimento. São ensaios que iluminam problemas e questões que a elite brasileira não tem nenhum interesse em ver compreendidas e discutidas pelos que não a integram. É certamente uma leitura pouco cômoda para alguns e da maior importância e significado para a maioria.

389 p. R\$35,00

Pedidos pelo tel: (XXX21) 2861441 ou pelo e-mail: sbrandao@fase.org.br



Desigualdades e Segregação na Metrôpole: O Rio de Janeiro em tempo de crise

De Luciana Corrêa do Lago

Observatório IPPUR/UFRJ/FASE

A classe média está indo para as favelas? As camadas populares continuam sendo expulsas dos bairros da orla marítima? Os segmentos mais ricos estão mesmo abandonando a Zona Sul, refugiando-se nos condomínios fechados da Barra da Tijuca?

Eis algumas das questões para as quais o leitor encontrará respostas neste livro.

238 p. R\$25,00

Pedidos pelo tel: (XXX21) 286-1441 ou pelo e-mail sbrandao@fase.org.br

Proposta

Integração regional, questão democrática e projeto nacional

O próximo número da Revista Proposta debaterá os desafios colocados pelo contexto latino-americano, marcado por instabilidades de natureza econômica, política e social. A região vive um momento de profundas incertezas, onde intervenções como o Plano Colômbia somam-se a um cenário de fragilização das democracias, sociedades civis desarticuladas, instabilidade social, erosão das soberanias, e extrema vulnerabilidade econômica que tende a se aprofundar com a formação da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas).

Qual são as perspectivas do Mercosul frente a este cenário? Como retomar o debate sobre um projeto nacional em bases democráticas e sustentáveis diante dos modelos de integração e de liberalização comercial que se apresentam? Como o contexto de fragilidade das democracias latino-americanas condiciona e restringe as possibilidades de construção de processos de integração democráticos? Como as propostas em torno da agricultura familiar, da sustentabilidade e dos direitos humanos podem moldar uma agenda de integração em novas bases?

Estas e outras questões serão analisadas visando contribuir para a ampliação do debate na sociedade brasileira sobre as consequências das opções de política externa, de relações comerciais e de integração regional sobre as condições de vida da população brasileira.

ONDE ADQUIRIR:

FASE: Rua das Palmeiras, 90 • Botafogo • CEP 22270-070 • Rio de Janeiro • RJ
Tel: (021) 286-1441 • Fax: (021) 286-1209

próximo número



Em **PROPOSTA**, você vai encontrar artigos que trazem diferentes perspectivas e a análise mais apurada sobre a realidade brasileira e o retrato extraído diretamente da experiência dos movimentos populares. Você vai ler e refletir em profundidade sobre um Brasil que discute, luta, se organiza e encontra soluções alternativas, em inúmeras experiências em diferentes regiões e cidades do país, para a construção de uma sociedade justa, democrática e sustentável.

Valor da Assinatura Anual

• R\$ 28,00 (vinte e oito reais).

Como Fazer sua Assinatura de **PROPOSTA**

- Fazer um depósito no valor acima à FASE no Banco Bradesco, na conta 31 947 - 3, agência Catete 3019 -8.
- Enviar o comprovante de depósito com seu nome e endereço para o fax (021) 286-1209. Em breve você receberá a Revista em sua casa pelo correio.

Ou então,

- Enviar um cheque nominal à FASE no valor de R\$ 28,00, juntamente com seus dados, para o endereço:
Rua das Palmeiras, 90 Cep - 22270-070, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ
Para maiores informações: (021) 286-1441 ou sveiga@fase.org.br.